



Número: **0001819-04.2014.8.15.0061**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Araruna**

Última distribuição : **04/06/2014**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ (AUTOR)		POLLYANNO HENRIQUE PEREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
36203434	03/11/2020 19:55	[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial
36203034	03/11/2020 19:55	[VOL 2]	Autos digitalizados
37028294	24/11/2020 13:22	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
37028936	24/11/2020 13:31	Expediente	Expediente
40263169	05/03/2021 11:54	Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos
40263171	05/03/2021 11:54	KIT_SEGURADORA_LIDER	Procuração
40263173	05/03/2021 11:54	SUBSTABELECIMENTO- SUELIO	Substabelecimento

02
8

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE CACIMBA DE DENTRO-PB.

0000448-23.2014.815.0831



SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ, brasileiro, solteira, agricultor, RG: 3093176 SSP/PB e CPF: 081.860.004-70, residente e domiciliada na Rua Projetada, Conjunto Benjamim Maranhão, s/n, Cacimba de Dentro/PB, por seu Advogado constituído nos termos do incluso instrumento de mandato e ao final assinado, com escritório profissional na Rua Benjamim Gomes Maranhão, n° 56, Centro, Cacimba de Dentro – PB, CEP: 58.230-000, vem respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA c/c REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 09.248.608/0001-04, Av. Senador Dantas, 74 - 5º andar - Centro – RIO DE JANEIRO RJ - CEP 20031-205

I – DA CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA

O Promovente desde já requer os benefícios da justiça gratuita, por não ter condições de suportar as despesas do presente processo, sem comprometer o seu sustento próprio e de sua família, com fundamento no que preceitua o art. 4º da Lei nº 1.060/50 e a Súmula 29 do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

II – SINOPSE FÁTICA

1. O promovente, no dia 15/06/2013, sofreu acidente de trânsito, conforme inclusos Boletim de Ocorrência Policial e/ou Declaração do SAMU e Boletim de Atendimento Médico, sofrendo seqüela de/no(a) **membro inferior E**, conforme Laudo Médico incluso.

III – DAS PRELIMINARES

Avenida Benjamim Gomes Maranhão, N° 56, Centro, Cacimba de Dentro – Paraíba.

CEP: 58.230-000 – fone: 3379-1222/email: Adv_phenrique@hotmail.com

2



03
4

2. É praxe das seguradoras, em contestação, arguir preliminares sobre as quais aqui se antecipa a devida manifestação:

- a) **Ilegitimidade passiva:** Todas as seguradoras, inclusive a Demandada, formam um consorcio (NÃO EXTINTO), instituído pelo Art. 7º da Lei 6.194/74, ao qual se vinculam e em que se obrigam, todas, a efetuarem o pagamento do DPVAT. Tal entendimento se confirma com Decisões do TJRN nas Apelações Cíveis nº 2010.001747-7 e 2010.001758-7 que tem a Demandada como Apelada: *"Inocorrência, Consorcio de seguradoras, parte legítima. Nulidade da sentença. Retorno dos autos à primeira instância. Recurso conhecido e provido. "e"... reformando a sentença atacada, para afastar a ilegitimidade passiva da seguradora líder dos consórcios do seguro DPVAT S.A."*
- b) **Carência da ação** – falta de interesse de agir: A parte autora não está obrigada a, primeiro, buscar Prévio Procedimento Administrativo uma vez que o texto constitucional em seu art. 5º, XXXV não impõe nenhum condicionamento, muito menos esse, para que seja excluída, da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito seu. No mesmo sentido, em ementa na Apelação 2009.006430-0 (Apelada: a mesma demandada), assim decidiu o TJRN: *"O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para recebimento de indenização securitária, não obstaculiza o ingresso no juízo..."*. Conquanto a presente exposição, ainda há magistrados que intimam a Parte Autora para provar **pretensão resistida**, o que, neste item, data vênua, bem esclarecido se apresenta (CF e Ementas) a desnecessidade de tal prova, vez que foi demonstrado, acima, que não é exigido a busca do prévio processo administrativo para, depois, buscar a Prestação jurisdicional do Estado. Ainda: nesta ação, conforme o capítulo IV abaixo, a ré foi buscada e não atendeu in totó o direito preconizado. Ademais, houve procedimento administrativo, conforme abaixo explicitado, nos itens "3" e "4".
- c) **Documentos indispensáveis:** toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 foi carreada na exordial, aos autos, com exceção do laudo do Médico, sendo que, com o deferimento do pedido na inicial para encaminhamento à perícia médica, supra-se-á tal lacuna.
- d) **Megadata:** tal suposto documento nenhum valor jurídico tem, pois não passa de mero espelho de computador, sem prova alguma de efetivação de pagamento de DPVAT. Se o valor do mesmo for o de R\$ 1.687,50 a parte Autora não se oporá.
- e) **Prescrição:** O prazo prescricional começa sua contagem a partir do resultado positivo do Exame Pericial. Assim corrobora a Súmula 278 do STJ: *"o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral"*. No presente caso o prazo foi interrompido em 05 de fevereiro de 2014, data em que a Demandada efetuou o pagamento a menor, conforme itens 3/4 abaixo. Assim, requer que sejam, as preliminares suscitadas na contestação, consideradas impugnadas na forma acima exposta, sem a necessidade de

R

Avenida Benjamim Gomes Maranhão, Nº 56, Centro, Cacimba de Dentro – Paraíba.

CEP: 58.230-000 – fone: 3379-1222/email: Adv_phenrique@hotmail.com



04
8

nova manifestação, com exceção de outras aqui não elencadas, com a rejeição de todas.

IV - DO PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

3. É comum a Demandada alegar falta de interesse de agir. Entretanto, a parte autora buscou na via administrativa, a satisfação do seu direito nos termos da legislação que regula o Seguro DPVAT, mas teve o seu direito preterido em face de pagamento a menor do que a legislação determina, pois o valor a ela pago foi o de R\$ 1.687,50, na data de 05/02/2014, ficando a diferença que ora pleiteia, no valor de R\$ 11.812,50, já que o valor determinado por Lei 6.194/74 (com as alterações introduzidas pela Lei 11.482/07) é de até R\$ 13.500,00 para invalidez permanente, que é o caso da Parte Demandante.

4. Há que se ressaltar que, na época própria, toda a documentação exigida pela Lei foi apresentada à Seguradora que fez o referido pagamento, pois se assim não fosse, obviamente a mesma não teria efetuado o pagamento nem mesmo do citado valor. Logo, não cabe à Demandada, a esta altura, achar de exigir apresentação de quaisquer outros documentos para provar o sinistro, nexos causal e o direito da Parte Autora, já que tais provas foram cristalinamente consubstanciadas com tal documentação já em posse do Consórcio a que a Demandada está vinculada.

V - DO DANO MATERIAL

5. Determina o Código Civil nos artigos 876 e 884, *ipsis litteris*:

"Art. 876. Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a resistir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição".

"Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários".

VI - DO DIREITO

6. A Lei nº. 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou sua carga, a pessoas transportadas ou não, dispõe em seu art. 5º, § 1º, "a" e art. 7º que:

"Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na

R

Avenida Benjamim Gomes Maranhão, N° 56, Centro, Cacimba de Dentro – Paraíba.

CEP: 58.230-000 – fone: 3379-1222/email: Adv_phenrique@hotmail.com



05
4

praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

Art. 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei."

7. Tem sido comum a alguns órgãos regionais do IML se negar a proceder o exigido exame médico, mesmo quando a vítima é encaminhada pelo Juiz, o que pode ser passivo de intervenção do Estado por descumprimento de Lei Federal, a de nº 11.945/2009, que, em seu art. 31 altera o § 5º da Lei 6.194/74 o qual passa a textualizar:

"§ 5º O Instituto Médico Legal da Jurisdição do acidentado ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e qualificação das lesões totais ou parciais."

Outrossim, os danos pessoais cobertos pelo Seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, que serão pagas diretamente ao beneficiário, observados os valores previstos nas normas vigentes, por pessoa vitimada.

VII – DO PEDIDO

8. ISSO POSTO, requer a Vossa Excelência:

- a) *Ab initio*, deferimento da(s) preliminar(es) prefacial(is) (1º pág. da presente);
- b) O deferimento da assistência judiciária gratuita, nos termos acima requeridos;
- c) A Citação da Demandada através de **AR(correios- Art. 221, I do CPC)** no endereço retro declinado, para, no prazo legal determinado, sob pena revelia e confissão, apresentar proposta de **acordo e/ou contestação**;
- d) Para cumprimento do disposto no Art. 5º, §5º da Lei do DPVAT, com as alterações introduzidas pelo art. 31 da Lei 11.945/09, **requer seu encaminhamento para o IML local**, o qual tem obrigação de, consoante o citado dispositivo legal, verificar e qualificar as lesões sofridas pela vítima

R

Avenida Benjamim Gomes Maranhão, N° 56, Centro, Cacimba de Dentro – Paraíba.

CEP: 58.230-000 – fone: 3379-1222/email: Adv_phenrique@hotmail.com



06
8

(item 1 da Exordial). Para tanto, apresenta, ao final, seus quesitos, dispensando indicação de assistente técnico.

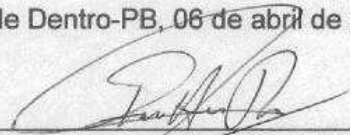
- e) A condenação da Promovida ao pagamento da diferença da indenização no valor de **R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, referente ao seguro DPVAT, face a debilidade sofrida pela parte autora;
- f) Com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativos à data do sinistro;
- g) Seja, a demandada, condenada no pagamento de honorários advocatícios à base de 20% sobre o valor sentenciado, mais custas processuais e demais emolumentos.

Atribui-se à causa, o valor **R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**.

Nestes termos,

Pede DEFERIMENTO.

Cacimba de Dentro-PB, 06 de abril de 2014.


POLLYANNO HENRIQUE PEREIRA
OAB/PB - 16.689

QUESITOS

Sequela de/no(a): **membro inferior E**

- 1. Das lesões sofridas houve sequelas permanentes? ()
- 2. Qual o grau de debilidade? _____

Avenida Benjamim Gomes Maranhão, N° 56, Centro, Cacimba de Dentro - Paraíba.

CEP: 58.230-000 - fone: 3379-1222/email: Adv_phenrique@hotmail.com



07
8

PROCURAÇÃO - AD JUDICIA

OUTORGANTE: Sebastião Salvino da Cruz, brasileiro, agricultor, agricultora RG: 3.093.176 SSP/SP e CPF: 081.860.004-70, residente e domiciliada no Conjunto Benjamim Gomes, Cacimba de Dentro/PB.

OUTORGADO: POLLYANNO HENRIQUE PEREIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-PB sob o Nº 16.689, com endereço profissional na Avenida Benjamim Gomes Maranhão, Nº 56, Centro, Cacimba de Dentro-PB.

Pelo presente instrumento de procuração, ora assinado, o outorgante, nomeia e constitui seu procurador e advogado, conferindo-lhe amplos poderes para o foro em geral, com cláusula **ad judicia**, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendendo nas contrárias, seguindo umas e outras, até a decisão, usando recursos legais e acompanhando-as. É conferido-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromisso, ou acordos, dar e receber quitação, propor execução, requerer falência, habilitar, crédito, ação ordinária, procedimento sumaríssimo, ação rescisória, embargos, agravos, representando a outorgante, para o fim disposto no art. 447 e 448 do CPC, agindo em conjunto ou separadamente, podendo, ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por firme e valioso.

Cacimba de Dentro, 05 de fevereiro de 2014.

Sebastião Salvino da Cruz



28
I

Declaração de Hipossuficiência

Eu, **Sebastião Salvino da Cruz**, brasileiro, agricultor, agricultora, RG: 3.093.176 SSP/SP e CPF: 081.860.004-70, residente e domiciliada no Conjunto Benjamim Gomes, Cacimba de Dentro/PB. **Declaro**, para todos os fins de direito e sob pena de ser responsabilizado criminalmente por falsa declaração, que sou pobre no sentido jurídico do termo, pois não possuo condições de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, sem prejuízo de meu sustento próprio e de minha família, necessitando, portanto, da gratuidade da justiça.

Cacimba de Dentro, 06 de janeiro de 2014.

Sebastião Salvino da Cruz



09
X

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3093176 DATA DE EXPEDIÇÃO 30 JAN 2003

NOME SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ

FILIAÇÃO Severina Maria da Conceição

Cacimba de Dentro-PB 06.06.1962

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nasc. Nº 7.088, Fls. 277-Vr, Livr.

DOC. ORDEM A-7, Cart. Cacimba de Dentro-PB

CPF

João Pessoa - PB

LEI Nº 7.116 DE 29/09/63

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Não Alfabetizado

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

081.860.004-70

Nome

SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ

Nascimento

06/06/1962

Canção de uso pessoal e intransferível

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão

Março 2005

CORREIOS



10
4

MARIA DE LOURDES SALVINO DA SILVA
RUA PROJETADA, S/N - CENTRO
CACIMBA DE DENTRO / PB CEP: 59230000 (AG: 82)

Classe: RESIDENCIAL MONOFÁSICO - BR
Roteiro: 7-49-670-7140 Referência: Mar/2013
Nº medidor: 00000880635 Emissão: 14/03/2013

ENERGISA PARABÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 26 - Centro, Parabense - João Pessoa / PB - CEP 58071-690
CNPJ 05.935.193/0001-40 - Ins. Est. 15.015.823-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 456031
Código para Débito Automático: 00008061418

R035 820d c1f2 2599 ifac 850c 20b3 ae13

5/809141-5

Mar/2013

Tarifa Social de Energia Elétrica - TOSEE forçada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

14/03/2013

15/04/2013

6378607486

Data	Leitura	Data	Leitura
14/02/13	5084	14/03/13	5125

41 28

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 09/03/2013 PAGAS
OBRIGADO!

FORNECIMENTO DE ENERGIA

Valor (R\$)

30 x 0,10780
11 x 0,18445

3,22
2,02

IMPOSTOS E ENCARGOS

PIS
COFINS
JUIROS DE MORA 02/2013
MULTA 02/2013
ICMS (Base de Cálculo R\$ 15,79 (Alíquota 17,00%))

0,09
0,43
0,01
0,19
2,88

Fev/13	44
Jan/13	58
Dez/12	72
Nov/12	110
Out/12	106
Set/12	75
Ago/12	95
Jul/12	79
Jun/12	126
Mai/12	135
Abr/12	153
Mar/12	142

Média dos últimos meses
100 kWh

21/03/2013

R\$ 8,64

1/2013 - Anual

DIMENSIONAL	7,70	0,06
DIC TRIMESTRAL	15,32	
DIC ANUAL	30,65	
FIC TRIMESTRAL	3,70	1,00
FIC ANUAL	7,47	
DMC	14,55	0,06
DMC	4,31	
DMC	1,22	

NOMINAL 220
CONTRATADA 201
LIMITE INFERIOR 201
LIMITE SUPERIOR 220

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/PB	2,87	33,21
Compra de Energia	2,01	23,26
Serviço de Transmissão	0,12	1,39
Encargos Setoriais	0,24	2,76
Impostos, Danos e Encargos	3,40	39,38
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	8,64	100,00

Valor de desconto do Sistema de Distribuição
para 1/2013: R\$ 6,58

- Sua unidade foi faturada como Base Fixa, tendo um desconto de R\$7,35
- Leitura confirmada



11
8

BOLETIM DE OCORRENCIA

Livro nº. 001/2013
Ocorrência nº. 332/201

DESCRIÇÃO (acidente automobilístico)

Ao(s) dez(10) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e doze (2013), nesta cidade de Cacimba de Dentro/PB, na Delegacia de Polícia, sob a responsabilidade do Bel. PAULA MONALIZA PINHO CABRAL, Delegada de Polícia Civil, comigo escrivão de seu cargo ao final assinado compareceu o (a) Senhor (a).

Nome: SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ

Idade: 51 anos

Data nascimento: 06/06/1962

Nacionalidade: Brasileiro

Naturalidade: Cacimba de Dentro /PB.

Estado Civil: solteiro

Profissão: Agricultor

Filiação: Pai não declarado e Severina Maria da Conceição

Endereço: Rua Projetada, Conjunto Benjamim Maranhão Sn, Cacimba de Dentro /PB

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

RG: 3093176 SSP/PB

CPF: 081.860.004.70

HISTORICO:

Noticiou no dia 15 de junho de 2013, por volta das 14:00 horas, na entrada da cidade de Cacimba de Dentro/PB; O Sr Sebastião vinha em cima de um caminhão do Senhor Helio da borracharia; que entrou na curva em direção ao colégio Senador Humberto Lucena; Quando estava fazendo a curva, O SENHOR Sebastião caiu de cima do Caminhão, vindo a sofrer diversas escoriações pelo corpo; Que o mesmo foi socorrido pelo SAMU da cidade de Cacimba de Dentro, Sendo encaminhado para o hospital de trauma de cidade de Campina Grande/PB onde permaneceu por dezessete dias internado; Que o caminhão de marca GM/CHEVROLET D.60, ANO/MODELO 1982, COR VERMELHA, PLACA MNS 0367, CHASSI BC688PXB60350, Que se encontra em nome de GRAZIELLE SAMANTHA DE ARAUJO. Nada mais havendo a consignar, ciente o (a) noticiante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, caso o quanto aqui se reportou não for a verdade e depois de lido e achado conforme vai devidamente assinado.

Cacimba de Dentro/PB, 10 Dezembro de 2013

Assinatura do (a) noticiante

Evangelista Xavier Lima
AGENTE DE INVESTIGAÇÃO
MAT. 132.324-0



12
2

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº **9522746130**
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA: 1 COD. RENAVAM: 17952051-2 R.N.T.R.C.: 00/00000000 EXERCÍCIO: 2011

NOME: GRAZIELLE SAMANTHA DE ARAUJO

CPF / CNPJ: 03824725436 PLACA: MNS0367/PB

PLACA ANT. / UF: RS0867 PE CHASSI: BC688PXB60350

ESPECIE TIPO: CAR/CAMINHAO/CARR. ABERT COMBUSTIVEL: DIESEL

MARCA / MODELO: GM/CHEVROLET D60 ANO FAB.: 1982 ANO MOD.: 1982

CAP / POT / CIL.: 7.00T/140 /CV CATEGORIA: PARTIC COR PREDOMINANTE: VERMELHA

COTA ÚNICA: IPVA ISENTO VENC. COTA ÚNICA: 00/00/0000 VENC. / COTAS: 1º

FAIXA I.P.V.A.: ***** PARCELAMENTO / COTAS: 0 2º

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$): ***** ID (R\$): SEGURO PRÊMIO TOTAL (R\$): P A G O DATA DE PAGAMENTO: 09/11/2011

OBSERVAÇÕES: SEM RESERVA DE DOMÍNIO

2 EIXOS

SOLANEA - PB LOCAL: 10/11/2011

6297 13790

SEGURO OBRIGATORIO E DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 9522746130 BILHETE DE SEGURO DPVAT

GRAZIELLE SAMANTHA DE ARAUJO EXERCÍCIO:

CPF / CNPJ: 03824725436 PLACA: MNS0367/PB

BILHETE DE SEGURO DPVAT

PB Nº 9522746130 Exercício: 10/11/2011

GRAZIELLE SAMANTHA DE ARAUJO PLACA:

RENAVAM: MARCA / MODELO:

ANO FAB.: 1 CALIBRE: 03824725436 Nº CHASSI: MNS0367/PB

179520512 DIESEL / CAMINHAO / CARR. D60

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$): 1982 10 DENATRAM (R\$): BC688PXB60350 CUSTO DO SEGURO (R\$):

CUSTO DO BILHETE (R\$): ID (R\$): TOTAL A SER PAGO (R\$):

***** PAGAMENTO: SEGURO P A G O QUITAÇÃO

☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

CNPJ: 09.248.608/0001-04

13790-1027129-20111110



SAMU
192



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

13
f

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito que SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ, 51 anos, portador dos documentos RG: 3093176 SSPPB, CPF: 081.860.004-70, residente e domiciliado no Conjunto Benjamim Maranhão, Cacimba de Dentro, foi socorrido pelo SAMU – UBS do Município de Cacimba de Dentro no dia 15 Junho de 2013, em decorrência de acidente de trânsito, sendo este encaminhado ao Hospital de Trauma da Cidade de Campina Grande – PB.

Cacimba de Dentro, 26 de novembro de 2013

Isis Manuella Sousa dos Santos
Coordenadora
COEN 192 419

ISIS MANUELLA SOUSA DOS SANTOS
COORDENADORA SAMU CACIMBA DE DENTRO





Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da
Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES

2 - CNES

2 3 6 2 8 5 6

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES

4 - CNES

2 3 6 2 8 5 6

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

SCARLETO S. DA SILVA

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

210098

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

06/06/1962

9 - SEXO

Masculino ☒ 1 Feminino ☐ 3

10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL

11 - TELEFONE DE CONTATO

Nº DO TELEFONE

12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

Rua São Paulo / Centro

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Coinima de Dentro

14 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

15 - UF

16 - CEP

35823000

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Trauma em braço

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Necessidade de um braço

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

pro - X -

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Px. Acetabulum @

21 - CID 10 PRINCIPAL

T06.8

22 - CID 10 SECUNDÁRIO

191.11

PROCEDIMENTO SOLICITADO

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Tratamento de fraturas de localizações esqueléticas

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

0308101/0019

26 - CLÍNICA

ort.

27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

02

28 - DOCUMENTO

() CNS () CPF

29 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

Jose de Moura
Médico
CRM-PB 8212

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO

11/11

32 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

Jose de Moura
Médico
CRM-PB 8212

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

33 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

36 - CNPJ DA SEGURADORA

37 - Nº DO BILHETE

38 - SÉRIE

34 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

39 - CNPJ EMPRESA

40 - CNIE DA EMPRESA

41 - CBO

35 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO

AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

44 - Cód. ORSÃO EMISSOR

45 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

46 - DOCUMENTO

() CNS () CPF

47 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

48 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

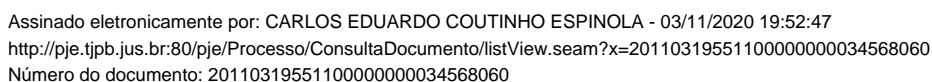
49 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

11/11



Diagnóstico

Convênio

MOD.035

Diagnóstico

Fatores de Risco

Folha de Tratamento e Evolução

Paciente) Sebastião Salvo da Cruz

Alojamento) Acomoda Leito)

Convênio)

Data

Prescrição Médica

Horário

Evolução Médica

06/04/13 01:00

alt

07:30

Evolution Médica

01 SRL 50ml EV pl - 1000ml

alt

08:00

Evolution Médica

02 Dipirona 200 + AD EV 06h

alt

08:30

Evolution Médica

03 Dipirona 400 + AD EV 10h

alt

09:00

Evolution Médica

04 Tetraciclina 500mg + AD EV 12h

alt

09:30

Evolution Médica

05 Novobina 1000 + AD EV 18h

alt

10:00

Evolution Médica

06 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

10:30

Evolution Médica

07 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

11:00

Evolution Médica

08 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

11:30

Evolution Médica

09 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

12:00

Evolution Médica

10 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

12:30

Evolution Médica

11 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

13:00

Evolution Médica

12 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

13:30

Evolution Médica

13 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

14:00

Evolution Médica

14 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

14:30

Evolution Médica

15 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

15:00

Evolution Médica

16 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

15:30

Evolution Médica

17 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

16:00

Evolution Médica

18 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

16:30

Evolution Médica

19 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

17:00

Evolution Médica

20 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

17:30

Evolution Médica

21 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

18:00

Evolution Médica

22 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

18:30

Evolution Médica

23 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

19:00

Evolution Médica

24 Tetraciclina 500mg + AD EV 18h

alt

19:30

Evolution Médica

Diagnóstico

Folha de Tratamento e Evolução

Paciente	SEBASTIAO SILVA DO CARVALHO	Alojamento	Leito	Convênio
----------	-----------------------------	------------	-------	----------

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
16/03/20	1) DIETA VO LIVRE		Ortopedia
	2) SXL 500 ML EV 11 MANEIRA	18h	Paciente refere dor em região lombar. S/ outros quadros em evidência.
	3) DIFIKONA 750 + AD EV 6/6H	24h	
	4) TRAMAL 100 MG + 100 ML SF 0,9% 10/10H	06h	
	5) OMEPRACOL 40 MG + AD EV 1x 10DIA		
	6) NAVESOLON 1AMP 7AD EV 6/6H SNU		
	7) TIRATIL 20MG + AD EV 12/12H		
	8) CCCC + 35V		

DR. SCHUBERT COSTA
Ortopedia Traumatologia
Cirurgia da Coluna
CRM 5523

DR. SCHUBERT COSTA
Ortopedia Traumatologia
Cirurgia da Coluna
CRM 5523

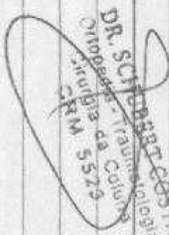
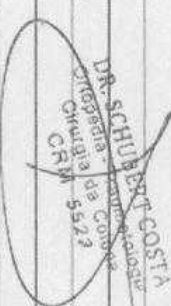
[illegible]

João Cavalcante Santos
 Técnico de Engenharia
 com curso de 1983



Folha de Tratamento e Evolução

Paciente	SEBASTIÃO GALVÃO DA SILVA	Alojamento	PRINCEZA	Leito		Convênio	
----------	---------------------------	------------	----------	-------	--	----------	--

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
16/06/2013	1) DIETA VO LIVRE	ATT	# Cetopédia
	2) SFL 500 ML EV / MANTE VEIA	12	Paciente evolui bem, queixa-se
	3) DILIRONE 2ml + AD EV 6/6H	12	de dor em no local do trauma.
	4) TERMAN 400MG + 400ML SFO 9/12/17H EV	12	Queixa-se também de inapetência.
	5) AMPERACOL 40MG + AD EV 1x 01h	12	Seu estado geral ev intercomédia
	6) MUSEBRON 1 AMP + AD EV 8/8H	12	
	7) TILANT 60 MG + AD EV 12/12H	12	
	8) CCEG + SSVU.	12	
	 DR. SCHUBERT COSTA Ortopedia - Traumatologia CRM 5523		 DR. SCHUBERT COSTA Ortopedia - Traumatologia CRM 5523

Folha de Tratamento e Evolução

Paciente	SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA	Alojamento	Leito	Convênio
----------	-----------------------------	------------	-------	----------

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
11/06/2013	1) DIETA VO LIVRE 2) SCL 500 ML EV MANHÃ VCN 3) DIPLONA 2ML + AD EV C/C/H 4) TERMAN 400 MG + 400 ML SF 0,9% 2012H EV 5) OMEPRAC 40 MG + AD EV 1x DIA 6) NAUSEIDON 10MG + AD EV 1x DIA 7) MILATIL 20MG + AD EV 12/12H 8) CCGG + 55VU	12 12 12 12 12 12 12	4 Ottopara Paciente evolui bem, 14 queixas ou intercorrências

Diagnóstico

FRATURA BACIA

Folha de Tratamento e Evolução

Paciente) Sebastião Soares da Cruz Alojamento) Leito) Convênio)

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
20/06/2015	1) DIETA NO LUCE	12h	# Ortopedia
	2) SRL 500 ML EV MANUTER VEIA	18h	Paciente repousa dor de leve intensidade no local de trauma;
	3) DIPIRONA 200 + AD 8 ML EV 6/6H	21h	Sintomas queixas em Antecedência
	4) TRAMAL 100 MG + 100 MG SF	24h	
	0,9 X 12/12H EV	26h	
	5) OMEPRAZOL 40 MG TID EV 1x dia		
	6) NAUSEDEON 1 AMP TID EV 8/8H S/O		
	7) TRATIL 20 MG + AD EV 12/12H		
	8) CCGG 750V		

CELESTINO COSTA
Secretário de Estado da Saúde
Assinatura de 552-9

CELESTINO COSTA
Secretário de Estado da Saúde
Assinatura de 552-9



678

GOVERNO
DA PARAIBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernandes

Folha de Tratamento e Evolução

Diagnóstico

TI B° Q21
TI FRATURA DE BACIN

Paciente) Sebastião Salgueiro da Cruz Alojamento) Amenda Leito) Convênio)

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
22/06/13	1) Dieta Livre		# Cirurgia
	2) 5 RL 500ml EV montela	18	Paciente evolui bem, aceita-se
	3) Expiram 1EA + AD EV 6/6h	18	de por em eventual estresse.
	4) Tromas 100mg + SF 0,9% 100ml	18	sem outras alterações.
	EV 12/12h	18	
	5) Tiotil 20mg EV 12/12h	18	
	6) Omeprazol 40mg EV 1x/dia	18	
	7) Moxidon 1EA + AD EV 8/8h	18	
	SE NECESSÁRIO	18	
	8) CCGG + SSIV	18	

DR. SCHUBERT COSTA
CRM 11.111-1
R. Almeida 6.552

DR. SCHUBERT COSTA
CRM 11.111-1
R. Almeida 6.552



[illegible]

**GOVERNO
DA PARAÍBA**

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernandes

Diagnóstico
fuerza BACVA

Folha de Tratamento e Evolução

Paciente)	SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ	Alojamento)		Leito)		Convênio)	
-----------	---------------------------	-------------	--	--------	--	-----------	--

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
24/06/13	1) Dieta Livre	ATI	# CTOPEDIA.
	2) SPL 500ml, EV, MANTA VERM	1 ^h 30 ^m	PACIENTE EMPLA RECALCADO DORES DE
	3) DIPIRENA 1FA + AD, EV, 6/6h	14 08 08	FASTE INTENSIDADE EM COMBATE (E).
	4) TRAMM 100mg + 100ml SF 0.9%	14 32 08	REFEÇA. PANDA SENSIBILIDADE, DGO
	EV, 08/08h		QUANTO SENSIBILIDADE A PAINTEIRA EM
	5) TITACIL 30mg TAB, EV, 12/12h (5IN)		WUE.
	6) QUERIDOL 40mg, EV, 1X/24h	08	
	7) NMSERDOP 1FA + AD, EV, 8/8h	14 32 08	WUE. HOMICIDAR E ALGOS PRECAUÇÕES
	8) CCGG 155V	ATI	SANITIZANDO DIVERSA ARE TUBOS.
			WUE COMEÇO CIV II



[illegible]

Folha de Tratamento e Evolução

Paciente)	SEBASTIÃO SÁVIO DA CRUZ	Alojamento)	Leito)	Convênio)
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica	
25/06/13	① DIETA LIVRE			Paciente evolui bem, está bem, na Baixa Média, se mantém bem, não há mais
	② SPL 500ml, EV, WATER VET	11h 20		
	③ DILUÇÃO 1/2 + AD, EV, 6/6h	12 18	14 06	
	④ TRAJUM 100mg + 100ml SF 0,9% EV 12/12h	14 22	06	
	⑤ TILANT 10mg + AD, EV, 12/12h	12 20		
	⑥ OUSIDOL 4mg, EV, 1x/12h	06		
	⑦ MUSEDEON 4mg + AD, EV, 8/8h	14 22	06	
	⑧ CCG + TSV			

2

35



GOVERNO
DA PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernandes

Diagnóstico
IX BACIA

Folha de Tratamento e Evolução

Paciente) SEBASTIÃO, SHIVINO DA CRUZ | Alojamento) 7 | Letto) 2 | Convênio)

Data	Prescrição Médica	JAT	Horário				Evolução Médica
26/06/13	1) DIETA LIVRE						Paciente evolui estável. Pequeno hematomia em região da nuca, sem alteração da consciência e do estado geral.
	2) SPL 500ml, IV, MANUTENÇÃO VEIA						
	3) DILIRONA 150mg + AD, IV, 6/6h						
	4) TRAMAL 100mg + 100ml SF 0.9% 1						
	IV LEVO, 8/8h						
	5) TILATIL 200mg + AD, IV, 12/12h						
	6) NASSEDON 40mg + AD, IV, 8/8h						
	7) DUSPATERA 20mg, IV, 12/12h						
	8) CEGG 150mg, IV, 12/12h						



Data	Hora	T	P	R	PA	Diurese	Observações Enfermagem	ASSIS
26/06	12:00						A medicação de 12:00hs não foi administrada por superlotação do setor e sem apenas 5 técnicos para demandas, antes - meias de plantão e sem	
26.06.13	14:00	-	-	-	-	-	Paciente admitido da ala amarela, consciente, supineiro com fclco salinizado em MSE, sem queixas no momento segue as cuidados da equipe de plantão.	
26.06.13	16:25	-	-	-	-	-	Paciente consciente e orientado e venoclise no MSE, sem queixas segue as cuidados da equipe de plantão.	
26/06 13	16:30	36,8°			40%			
26/06	20h	-	-	-	-	-	Id. segue estável, sem alterações no momento. Salvando-se UEPN e seguintes até a equipe de plantão.	
26.06.13	20:30	36,8°			120/90			

36
J



Folha de Tratamento e Evolução

Paciente) Sebastião Solim da Cruz Alojamento) 7 Leito) 2 Convênio)

Data Prescrição Médica Horário Evolução Médica

27/06/13 1) Beta 100 2) SRL 1000ml IV em 24h 3) Digoxina 1mg + AD 3V 6/6h 4) Fomeal 100mg + 100ml SF 0,5% 5V Beta 8/8h 5) Fomeal 100mg + AD 3V 12/12h 6) Fomeal 100mg + AD 3V 5/1h 7) Digoxina 1mg + AD 3V 1x/d 8) CCG + SS IV

Ev. Sem intercorrências notadas. Boa evolução com mel.

Assinado eletronicamente por: CARLOS EDUARDO COUTINHO ESPINOLA - 03/11/2020 19:52:47
http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2011031955110000000034568060
Número do documento: 2011031955110000000034568060

Assinado eletronicamente por: CARLOS EDUARDO COUTINHO ESPINOLA - 03/11/2020 19:52:47
http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2011031955110000000034568060
Número do documento: 2011031955110000000034568060



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Hospital de Emergência e Trauma

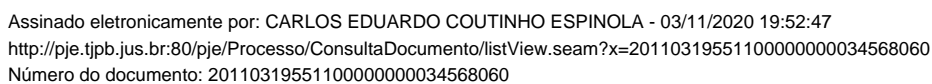
Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernandes

天

Fx. Brn

Alojamento

CRM-Prod. 2012
Assessoria de Marketing



40

28/06 9:50
2013
Elonix afiança Proptex
de laços estreitos
afiança procedimentos
civis.

Parado visto mudo
com guinças
Mudando-se de dor
for mado com
proetico abetico.

28/06/2013 22:00

Pelita constante e por todo no tempo e lugar,
com provado, de 10 dias e com provado
sua. Segue em um list, com com provado
e quando do cargo de 10 dias e com provado

INSTRUMENTO
(CNPJ 001 555)



Folha de Tratamento e Evolução

Diagnóstico

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
------	-------------------	---------	-----------------

3) Dipirona 1 amp + AD IV 6/6h	28	27	26	
--------------------------------	---------------	----	----	--

4) Tramial 100mg + 100ml SF 0.9% IV 8/8h	14	23	60
--	----	----	----

6) Nauseatron 4mg IV S/N

[illegible]

8:00 pm, we were

[Handwritten signature]

2008-08-28
C. J. Smith

[illegible]

• •



Assinado eletronicamente por: CARLOS EDUARDO COUTINHO ESPINOLA - 03/11/2020 19:52:47
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110319551100000000034568060>
 Número do documento: 20110319551100000000034568060

Num. 36203434 - Pág. 40

29/06/13 — 15:02 m — T: 36 °C
PA = 110 x 80

29/06/13 — 15:00 T = 36 °C
PA 140 x 140 x 80

02
J



30-06-2013

Paciente segue em exame
em EGR com sinais e sintomas
afetando todo o corpo
presente em exames presentes
Segue em obs e com cuidado
dos da equipe de plantão

44
F

Fabiane Santos Gomes
ENFERMEIRA
CCRE

30/06/13 09:10

PA: 120 x 80 →

T: 36.7 °C

Paciente consciente orientado
estável aceita dieta sem
queixas medicado sob
prescrição médica e
aguarda cirurgia.

tlc. enf.
Alexsandra.

30/06/13

20h15min → Paciente estável,
dominante no momento,
T=35°C, eufórico, acordado e
R= 120x80 mmHg, anictico. Segue UEPM
e as cuidados da equipe.

Carvalho
Ribeiro Sales
Enfermeira
Régua 15.230571



Diagnóstico

Paciente	Sebastião Salvyo da Cruz
----------	--------------------------

Mojamento	7
-----------	---

Leito	2
-------	---

Convênio



04.07.13

Paciente avaliado em EGD, consciente,
orientado, eufórico, normotenso-
do, admitindo dieta VO, não re-
lata queixas, conduta médica,
alta hospitalar.

46
J

Chunus
Christina M. de L. Nunes
ENFERMEIRA
COREN-PI 270.574





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernandes

47

AVALIAÇÃO CARDIOLÓGICA COM RISCO CIRÚRGICO

NOME: Sebastião Salino do Cruz IDADE: 51 SEXO: M
IMC: _____ PROCEDÊNCIA: _____ PROFISSÃO: _____ DATA: 22/06/17

1 - SIMTOMATOLOGIA CARDIOVASCULAR:

(☒) Assintomática () Sintomática () Oligossintomática

SINTOMAS:

() Cefaléia () Tontura () Sincopse
() Dispneia de esforço () Grande () Pequena
() Média () Ortopnéia
() Palpitações () Tosse Seca () Expectoração
() Dor Precordial () Típica () Atípica
Relacionada: () Esforço () Emoções () Frio () Pós-prandial

Comentários: _____

2 - PATOLOGIAS EM CURSO:

(☒) Hipertensão Arterial Sistêmica () Hipertensão Pulmonar () DPOC () Outros
() Diabetes Mellitus () Insut. Cardíaca Congestiva () Insuficiência Coronariana
() Arritmias () Insuf. Renal () Aguda () Crônica

3 - ANTECEDENTES PESSOAIS:

() Alergia a Medicamentos: _____ (☒) Tabagismo
() Etilismo () Sedentarismo
() Dislipidemia () Cirúrgico _____ () Outros

Medicamentos em uso: (☒) Não

() Sim

4 - EXAME FÍSICO:

() Estado Geral (☒) Bom () Regular () Comprometido () Precário () Altura () Peso
Cardiovascular - Comentários: ruído 2a SL

ECG: 50 b.p.m P.A.: 130/90 mmHg

Ap. Respiratório - Comentários: ruído 2a SL

Abdômen - Comentários: ruído

Membros Inferiores - Comentários: _____

5 - E.C.G.: 3ª derivação Sinus

Ex. Laboratoriais: _____

6 - CONCLUSÃO - RISCO CIRÚRGICO:

() Grau I - AVC e ECG - normais (Risco Cirúrgico Normal)
(☒) Grau II - AVC e ECG - anormais (Risco Cirúrgico Normal)
() Grau III - AVC e ECG - anormais (Indicado Monitorização Cardíaca)
() Grau IV - AVC e ECG - com graves alterações (Alto Risco Cirúrgico - não possível evitar)

Obs.: _____

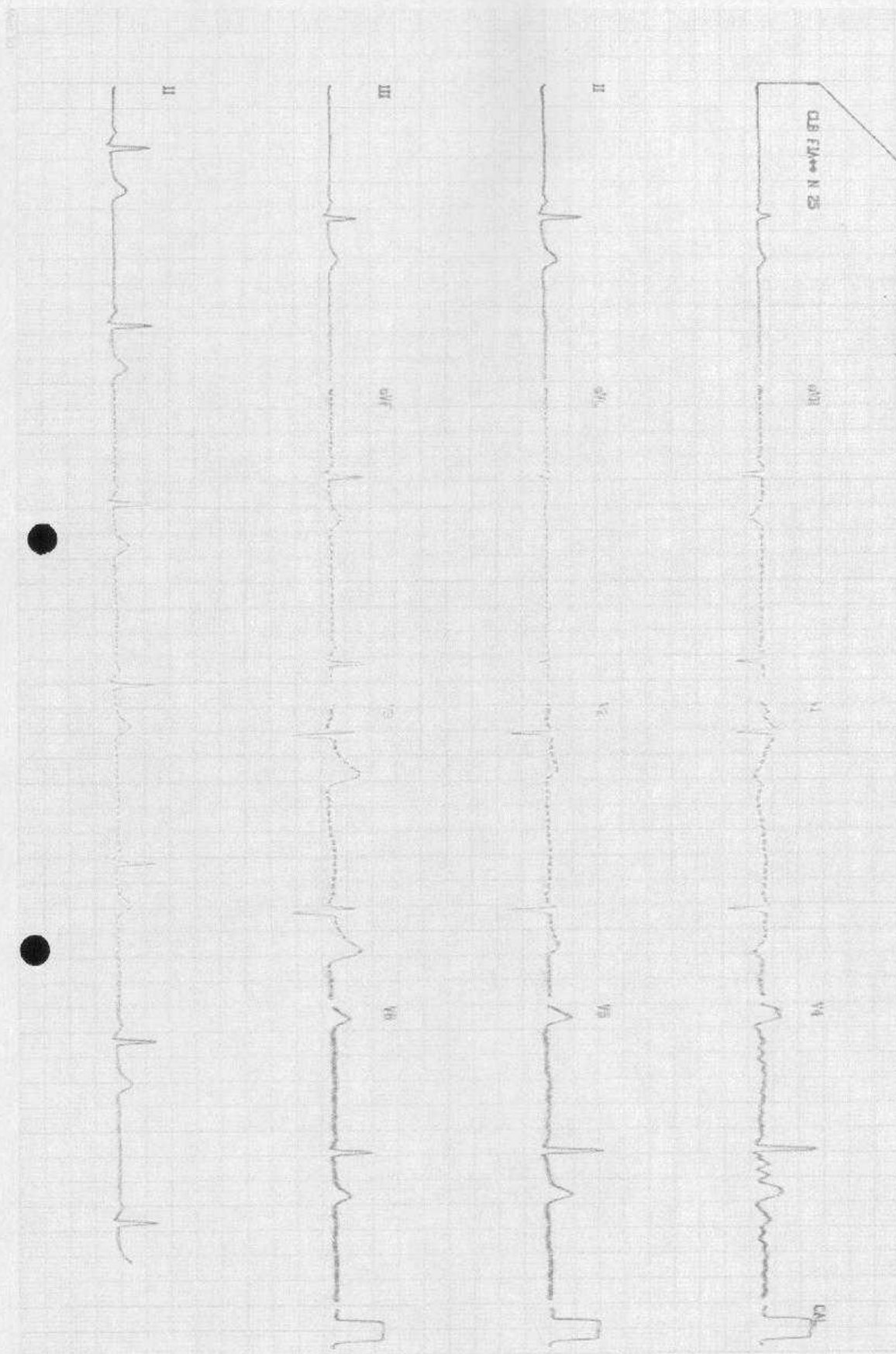
Dr. Gustavo Moura Neto
Médico Cirurgião e Internista
CRM 5464 - CRM 5511
FONE 336 854 700



Substituto Salustiano, da Bahia
84
51 anos
22/06/2013
11. anos



GOVERNO
DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
Hospital de Emergência e Trauma Dom Luis Gonzaga Fernandes



6.9



GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
Hospital de Emergência e Trauma Dom Luis Gonzaga Fernandes



50
f

Sr(a): SEBASTIAO SABINO DE CRUZ Protocolo: 0000094215 RG: AMARELA
Dr(a): JESSE DE MOURA Data: 16-06-2013 09:05 Origem: AMARELA
Convênio: HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES Idade: 51 anos Destino: AMARELA

HEMOGRAMA

[DATA DA COLETA: 16/06/2013 09:04]

	Resultados		Valores de Referência
SÉRIE VERMELHA			
Eritrócitos.....	3.97 milhões/mm ³		4.2 à 6.0 milhões/mm ³
Hemoglobina.....	11.8 g/dL		13.5 à 16.0 g/dL
Hematócrito.....	35 %		40.0 à 52.5 %
V.C.M.....	89 fL		82.0 à 92.0 fL
H.C.M.....	30 pg		27.0 à 31.0 pg
C.H.C.M.....	33 g/dL		32.5 à 36.0 g/dL
SÉRIE BRANCA			
Leucócitos.....	5.800 /mm ³		5.000 à 10.000 /mm ³
	(%)	(/mm ³)	
Neutrófilos			
Promielócitos.....	0	0	
Mielócitos.....	0	0	
Metamielócitos.....	0	0	
Bastonetes.....	3,0	174	
Segmentados.....	57,0	3.306	40 à 70 % - 1.800 à 6.500 / mm ³
Eosinófilos.....	1,0	58	0,5 à 6,0 % - até 520 / mm ³
Basófilos.....	0	0	0 à 2,0 % - até 100 / mm ³
Linfócitos			
Típicos.....	36,0	2.088	20 à 45 % - 1.000 à 3.500 / mm ³
Atípicos.....	0	0	
Monócitos.....	3,0	174	2,0 à 10 % - até 1.000 / mm ³
CONTAGEM DE PLAQUETAS.....	180.000 mm ³		140.000 a 400.000 mm ³

Dr. Edson O. Brandão
CRP: 2922 - PB





ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS
GONZAGA FERNANDES
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



SUS
Sistema
Único
de
Saúde

51
A

Sr(a):	SEBASTIAO SABINO DE CRUZ	Protocolo:	0000094215	RG:	AMARELA
Dr(a):	JESSE DE MOURA	Data:	16-06-2013 09:05	Origem:	AMARELA
Convênio:	HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES	Idade:	51 anos	Destino:	AMARELA

PROVAS DE COAGULAÇÃO

[DATA DA COLETA: 16/06/2013 09:05]

Material: SANGUE

Resultado

Método: BELL-ALTON

TEMPO DE SANGRAMENTO (DUKE)..... 1'30"

TEMPO DE COAGULAÇÃO (LEE-WHITE)..... 5'30"

Valor de Referência

1 a 2 minutos

5 a 11 minutos

Dr. Cristiane G. Brandão
CRF: 3922 - PB



PNCQ
Programa Nacional
de Controle de Qualidade





GOVERNO
DA PARAÍBA

52
J

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES
SERVIÇO SOCIAL

FICHA SOCIAL

Nome: Sebastião Salveiro da Cruz Idade: 51 anos
Como é conhecido(a) Ala 0103 Enf 4 Leito 2
Data de admissão 15/06/13 Procedência Cacimba de Dentro - PB
Endereço: Conj. Benjamin Ugaranhães - S/N
Ponto de Referência Rua. ao Ginásio de Esportes
Com quem reside? Com uma irmã
Resp. Ref^a de Lourdes Salveiro Telefone: 8134-4111 (Cacimba =
da Cruz (irmã) irmã)

DADOS SOCIAIS:

Está inserido em algum Programa Social? Não () Sim (x) Qual? Bolsa Família
É acompanhado por algum Serviço de Saúde? Não () Sim (x) Qual? Atenção Básica
Causa da admissão: Queda do caminhão

Se adulto ou idoso:

Estado civil: Separado Tem filhos: Não () Sim (x) Quantos? 02
Profissão: Servente de Fuma? Não () Sim (x) Faz uso de bebida alcoólica?
pedreiro
Não () Sim (x) Eventualmente (x) É etilista ()

Se criança ou adolescente:

Estuda: Sim () Não () Que série está cursando? _____
Profissão dos pais ou responsável: _____

Observações Sozinho no momento da Visita Social
recebeu as orientações sobre instituições
nao contribuinte para a Previdência Social

Luciana Coelho de S. Silva
Assistente Social
CRESS nº 2.683

Mod. 076





GOVERNO
DA PARAÍBA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernandes

Ficha de Acolhimento

Nome: *Sebastião Roberto da Cruz*

End.: *R. 505 Paulo*

Bairro: *Curumbeira de dentro*

Data de Nascimento: *06/06/1996*

Documento de Identificação:

Queixa: *Queda do*

Data do Atend.: *15/06/13*

Hora: *17:20* Documento:

comminhas.

Classificação de Risco

Nível de consciência: () Bom () Regular () Baixo

Aspecto: () Calmo () Fácies de dor () Gemente

Frequência respiratória:

Frequência cardíaca:

Pressão arterial:

Temperatura axilar:

Dosagem de HGT:

Mucosas: () Normocorada () Pálida

Deambulação: () Livre () Cadeira de rodas () Maca

MOD. 119

Estratificação

() Vermelho - atendimento imediato

() Amarelo - atendimento até 1 hora

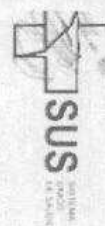
() Verde - atendimento até 4 horas

() Azul - atendimento ambulatorial

Francine G. de Oliveira
ENFERMEIRA

COREN-PB 337471

Assinatura e carimbo do profissional



ESTADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

ENTIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO

XOIGO DA UNIDADE: 0023671 CNPJ/CPF: 08.778.288/0001-60

NOME: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES

ID: AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS

INÍCIO: CAMPINA GRANDE ESTADO: PARAIBA UF: 25

PRONTUÁRIO Nº: 1616554

PACIENTE: SEBASTIAO SALVINO DA CRUZ

SEXO: MASCULINO IDADE: 51,1

DOCUMENTO: 3083176

BAIRRO: CENTRO

CEP: 250350

ESTADO: PB

CACIMBA DE DENTRO

INÍCIO: 15/05/2013

DATA: 17/05/2013

CODIGO DO MUNICIPIO: 250350

QUADRA: GUARDA DO CAMINHO

CA / COR:

() 1 - BRANCA

() 2 - PRETA

() 3 - PARDAS

() 4 - AMARELA

() 5 - INDIGENA

() 99 - SEM INFORMAÇÃO

ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:

Última de 2 dias de dor no abdômen, com

em região da base

AMES REALIZADOS NA UNIDADE:

TIPOS

Rx Torax e abdômen

RESULTADOS

TERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS

DIAGNÓSTICO / CID:

Trombose de veia

NATURALEZA DA CONSULTA

CONSULTA BÁSICA (PAB)

CONSULTA ESPECIALIZADA

PROCEDIMENTO

TIPO DE ATENDIMENTO

01 - URGÊNCIA

02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA

03 - ACIDENTE NO TRAFETO PARA O TRABALHO

04 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTE DE TRANSITO

05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS E FÍSIC

MEDICAÇÃO

1 - PRESCRITA

2 - APLICADA

ENCAMINHAMENTO

OBSERVAÇÃO

OUTRO HOSPITAL

RESIDÊNCIA

INTERIO

OBITO

OUTRO

SERVIÇOS REALIZADOS:

CODIGO / PROCEDIMENTO

CRM

IDADE

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(IAIS) ASSISTENTE(S) - CARIMBO(S)

ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

OU PELEGAR DIREITO

ASS. DO REVISOR TÉCNICO (CARIMBO)

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO

04.21.06

OK



15/11
não imputada

8.40 Processo em Breve

Processo em Breve

Processo em Breve

Processo em Breve

Processo em Breve

Processo em Breve

Processo em Breve



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DE CACIMBA DE DENTRO - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

56
7

Tipo de distribuição: SORTEIO - 04/06/2014 08 horas 33 minutos

Processo: 0000448-23.2014.815.0831

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 11812,50

Serie : 10

Autor : SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA CACIMBA DENTRO

Juiz : RUSIO LIMA DE MELO

Promotor:



DATA

Recebidos nesta data em Cartório

Cacimba da Dentra 05.06.14

+
Técnico / Auxiliar

CONCLUSÃO

Conclusos nesta data ao MM. Juiz de Direito.

Cacimba de Dentra 10.06.14

[Assinatura]
Técnico / Auxiliar



57

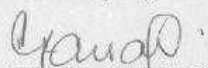


ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CACIMBA DE DENTRO

Vistos etc.

Defiro o pedido de AJG.
Cite-se para contestar a ação, no prazo legal, sob pena de se presumirem como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.

Cacimba de Dentro (PB), 11 de junho de 2014


CLARA DE FARIA QUEIROZ
Juíza de Direito em Substituição

DATA

Recebido nesta data em cartório.
Cacimba de Dentro, 11/06/14


Analista/Técnico Judiciário



58



**ESTADO DA PARAÍBA,
PODER JUDICIÁRIO**

COMARCA DE CACIMBA DE DENTRO

Rua Capitão Pedro Moreira, s/n, CEP 58230-000, Tel. 0XX.83.3379-1171

Cacimba de Dentro, 01 de agosto de 2014

Proc. N. 0000448-23.2014.815.0831

Ação: AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS

Autor(a): SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT.

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a) Representante Legal da
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT

Av. Senador Dantas, 74, 5º andar, centro, Rio de Janeiro-RJ,
CEP 20031-205

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a)
Dr(a). **CLARA DE FARIA QUEIROZ**, Juiz de Direito da Comarca de Cacimba de Dentro-Pb,
através desta, fica Vossa Senhoria CITADA de todos os termos da ação supracitada para,
querendo, apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, e por todo o teor da petição inicial e
do despacho proferido nos autos da ação mencionada.

Ficando advertida a parte citada que, não sendo contestada a
ação, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor constantes da
inicial, cuja cópia segue em anexo. Art. 285 e 319 do CPC.

Atenciosamente,

GIVALDO DE PONTES

Analista Judiciário

Mat. 470.714-1



JUNTADA
Junto a estes autos AL

Que segue(m) _____
Cacimbo de Povo 25 09 de 14

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

AO Sr. Repres. Legal da Seg. Lider dos Cons. DPVAT

ENDEREÇO / ADRESSE

Cto Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

20 031-205 Rio de Janeiro RJ

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

448-23.2014, 449-08.2014

CARTAS CITAÇÕES

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
CARIMBO DE DESTINO
CARIMBO DE DESTINATÁRIO

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

ELEAZAR ESTANISLAU SANTOS
RG: 12.753.207-9 DIC

01/SET

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

CARLOS LUIZ
8.953.783-7
010 1º DE MARÇO

01 SET 2014

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm





CORREIOS
BRASIL

AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JH 34378557 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /
:	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Forum Des. João Antônio de Moura
Rua Capitão Pedro Moreira, s/n - Centro
Cacimba de Dentro/PB - CEP: 58.230-000

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--



60/

EM Branco



R.H.
30/09/2014

1366112 C1 / 2014-13035/ INV

61

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

Jcão Barbosa
Jcão Martins
Rafaela Barbosa
Jcnelaine Maura
Fernando Barbosa
Adriana Moura
Amãnda Mala

Caroline Mançana
Cristiane Flosi
Cristina Ferreira
Diego Silva
Elisama Silva
Evelyn Castillo
Fellipe Carvalho

Isabel Chagas
Jessica Correa
Marcos Carmo
Noemia Teixeira
Osmar Aquino
Paloma Oliveira
Paulo Silva

Roberto Costa
Taisa Silva
Tamires Farias
Tiago Leão
Walter Araújo

Assistentes jurídicas
Breno Azambuja
Carlos Eduardo
Kellen Drummond
Lohan Mota
Michael Cunha
Rita Nogueira
Roberta Oliveira

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CACIMBA
DE DENTRO/ PB.

Súmula 474 STJ:

"A indenização do seguro
DPVAT, em caso de
invalidez parcial do
beneficiário, será paga
de forma proporcional ao
grau da invalidez."

Processo n.º 0000448-23.2014.815.0831

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua
Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº
09.248.608/0001-0, neste ato representada por seus advogados que
esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**,
que lhe promove **SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ**, em trâmite perante
este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui
respeitosamente, à presença de V. Exa., com fulcro nos artigos
300 e seguintes da Lei nº Adjetiva Civil, e, demais cominações
legais pertinentes à espécie, apresentar sua

CONTESTAÇÃO

consoante as razões de fato e de direito que passa a expor:

DOS FATOS ALEGADOS NA PEÇA VESTIBULAR

Alega o Autor em sua peça vestibular ter sido vítima de acidente
automobilístico ocorrido em 15.06.2013, restando **PARCIAL**
permanentemente inválido.





17:36

Felipe Vasconcelos Nunes
Atendente
CPF: 072.811.994-30



62
10

Desta maneira, de posse de todos os documentos necessários à regulação do sinistro, o autor realizou pedido administrativo junto a Ré, referente ao valor da indenização correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT.

Impende esclarecer que de acordo com o art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei 6.194/74, quando se tratar de invalidez parcial incompleta será efetuado o enquadramento da perda anatômico ou funcional, que será de 75% do valor do membro para as perdas de repercussão intensa, 50% para as de repercussão média, 25% para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% nos casos de sequelas residuais.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitória em 03.02.2014, no importe de R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais cinqüenta centavos) valor este correspondente ao percentual da invalidez **PARCIAL e permanente** apresentada pelo Autor.

A regulação do sinistro, bem como o seu pagamento, estão em conformidade com o art. 3º, § 2º, inc. II, da Lei 6.194/74, uma vez que, no presente caso, trata-se de sinistro de invalidez permanente parcial incompleta, tendo sido realizado o enquadramento funcional e a sua redução proporcional, em conformidade com a previsão da citada norma legal.

Cabe destacar que a jurisprudência do STJ se consolidou no sentido de aplicar a tabela de gradação aos casos de invalidez permanente decorrentes de sinistro de trânsito, em conformidade com os percentuais acima destacados, culminando na edição da Súmula 474: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".

Deste modo, entendendo o Autor, erroneamente, que o valor pago a título de indenização foi inferior ao que efetivamente deveria receber, propôs a presente demanda, pleiteando a diferença que entende ser devida.

PRELIMINARMENTE

IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO- AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO PÚBLICO DE PROCURAÇÃO

Em primeiro, impõe-se o reconhecimento da nulidade no tocante aos pressupostos processuais, uma vez que o autor não juntou aos autos instrumento público de procuração.

Importante consignar que referido documento é de suma importância a esses autos, eis que, para que a representação da

45



63/6

parte seja válida é necessária à outorga de mandado por instrumento público, quando a parte se declarar não alfabetizado.



Haja vista, que há cópia nos autos do documento de identidade do autor, onde se verifica ser o mesmo analfabeto. No caso em tela, não há nos autos nenhuma procuração pública, logo resta claro o defeito de representação.

Pedimos escusas para transcrever um trecho da obra da doutrinadora Maria Helena Diniz acerca do tema:

"...a procuração consubstancia uma autorização representativa, feita por instrumento particular, exigindo apenas em casos excepcionais o instrumento público, como nos dos relativamente incapazes, dos cegos e do analfabeto." (grifo nosso) Código Civil anotado, 2ª ed., São Paulo, Saraiva: 1996, p. 857 (grifo nosso)

Diante do exposto, em face da irregularidade na representação processual do autor e da consequente ausência de pressuposto processual de validade, motivação pela qual a ré, requer a extinção do feito sem resolução do mérito, na forma do art. 267, IV do Código de Processo Civil.

A



64

DO MÉRITO

AUSÊNCIA DE INVALIDEZ TOTAL E PERMANENTE - REQUISITO PARA SER BENEFICIÁRIO DA INTEGRALIDADE DO PRÊMIO DO SEGURO DPVAT

Instituído pela Lei nº 6.194/74 e alterado pela Lei nº 8.441/92, o Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT tem por finalidade dar cobertura a danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas, ou não, nos casos de morte, invalidez permanente parcial ou total por acidente e despesas de assistência médica e suplementares.

É evidente que a intenção do legislador ao utilizar a expressão invalidez permanente foi abranger aqueles casos em que **A LESÃO SOFRIDA PELO ACIDENTADO SEJA EXPRESSIVA A PONTO DE TORNÁ-LO INCAPAZ PARA O TRABALHO**, em razão do risco social da atividade automobilística.

Aduz o Autor que faz jus a integralidade do Seguro DPVAT, em razão de ser vítima de acidente de trânsito, ao qual, SUPOSTAMENTE, lhe acarretou em invalidez permanente.

Contudo, as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor.

Como se vê, o autor não juntou aos autos o Laudo do IML a comprovar a alegada invalidez, bem como o sua extensão, como exige a legislação. Assim, não há como se concluir pela existência de invalidez total e permanente, a ensejar o pagamento da indenização máxima pretendida.

Notadamente, as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o laudo médico particular atesta que a lesão apresentada não pode ser considerada INVALIDEZ PERMANENTE OU INCAPACIDADE PARA O TRABALHO.

Em verdade, o Autor tenta ludibriar o juízo, no intuito de enriquecimento sem causa, pleiteando verba indenizatória no importe total, sob o argumento de se encontrar inválido, incapacitado para as atividades de trabalho e demais atividades habituais da vida, no entanto, sofreu lesão recuperável que não podendo, jamais, ser considerado inválido ou inapto para o trabalho por esse motivo.

Assim, não se vislumbra a existência de INVALIDEZ TOTAL, o que não autoriza o pleito da indenização máxima permitida por lei, como pretende o autor!

B



64/2

Em verdade, o Autor tenta ludibriar o juízo, no intuito de enriquecimento sem causa, pleiteando verba indenizatória no importe total, sob o argumento de se encontrar inválido, incapacitada para as atividades de trabalho e demais atividades habituais da vida, no entanto, em verdade, não apresenta provas de seu estado de invalidez ou inaptidão para o trabalho.

Nesse sentido, acrescentamos entendimento jurisprudencial em perfeita consonância:

"Não comprovada, de forma inequívoca, a seqüela permanente, causadora da invalidez, que dificulta a atividade normal da autora, improcedente é a ação, pois esta prova é requisito para a indenização postulada. Apelo desprovido" (5ª Câmara Cível do Estado do Rio Grande do Sul - na Apelação Cível nº 70008585523 - Relator: Desembargador UMBERTO GUASPARI SUDBRACK).

Cumpre ressaltar, entendimento da Juíza Relatora da 4ª Turma de Recursos de Criciúma/SC, Juíza GABRIELA GORINI MARTIGNAGO CORAL quanto a necessidade de quantificação do grau de invalidez, senão vejamos:

"Vistos em despacho.

Segundo o art. 5º, § 5º, da Lei 6.194/74, o Instituto Médico Legal quantificará as lesões permanentes para fins de seguro DPVAT, tendo como base os percentuais fixados na tabela de condições gerais de seguro, a qual é elaborada pela SUSEP (Circular n. 29/1991);

§ 5º O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças.

OCORRE QUE O EXAME DE CORPO DE DELITO, JUNTADO PELA PARTE AUTORA, NÃO É CONCLUSIVO QUANTO AO PERCENTUAL DE INVALIDEZ SOFRIDO, EM OUTRAS PALAVRAS, NÃO QUANTIFICA AS LESÕES, CONFORME ORDENA O DISPOSITIVO ACIMA CITADO.

Sendo assim, intime-se a parte requerente para, no prazo de 30 dias, trazer aos autos, documento (parecer médico) que demonstre o grau de invalidez sofrido pelo demandante, de forma quantificada, fotografias, caso possível, bem como a documentação hospitalar referente ao sinistro.

8



66

Criciúma, 07 de dezembro de 2006.
Gabriela Gorini Martignago Coral
Juíza Relatora."

Com efeito, da análise das circunstâncias fáticas narradas, e das provas produzidas não há que se falar que o Autor padeça de invalidez permanente, motivo pelo qual não faz jus a indenização máxima do seguro DPVAT como pretende.

**ÔNUS DA PROVA - INCUMBÊNCIA IMPOSTA A PARTE AUTORA NAS SUAS
ALEGAÇÕES - ART. 333, I DO CPC- AUSENCIA DE PROVA DA INVALIDEZ -
INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO CAPAZES DE CORROBORAR COM O TETO
MÁXIMO INDENIZÁVEL**

O ônus da prova compete exclusivamente ao autor, por tratar-se de fato constitutivo do seu direito, em vista da disposição contida no art. 333, I, do CPC, sendo certo que tal obrigação incide perfeitamente sob o caso em concreto, especialmente porque a inicial não trouxe qualquer comprovação da invalidez total alegada.

Ademais, o juízo a quo deve atentar ao fato de que a Lei em vigor, exige quantificação, no momento em que foi utilizada a palavra **ATÉ** na referida Lei, conforme o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça e os demais Tribunais deste país.

**EXTINÇÃO DO FEITO COM JULGAMENTO DO MÉRITO - QUITAÇÃO OUTORGADA
DE PRÓPRIO PUNHO - TRANSAÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA**


E incontroverso na presente demanda que a parte Autoral recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela.

É usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

"...com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado."

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro, ou seja, a ora ré.

É de corrente sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autoral deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, discorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada





67
100

de próprio punho pela beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte Autoral não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é PRESUMIDA e somente poderia ser desconstituída por SENTENÇA.

E de mais a mais, não podendo o M.M. Juízo decidir a causa de maneira diversa da requerida pela parte Autoral conforme estabelece o artigo 460 da Lei Adjetiva Civil, temos que o ato jurídico liberatório da obrigação deve ser, por conseguinte, tido como inteiramente válido, o que conduz à total improcedência dos pedidos.

Corroborando com a tese ora sustentada, a melhor Jurisprudência já se manifestou favoravelmente a esse respeito, tendo o Egrégio Supremo Tribunal Federal decidido que:

"se as partes desavindas, por meio de documentos hábeis, delimitaram os interesses em controvérsia e firmaram documento de transação, esse ato jurídico complexo envolve-se para as partes e para todas as questões versadas com a força de coisa julgada, só rescindível por dolo, violência ou erro essencial, conforme o artigo 1.030, do Código Civil. E também, se na transação as partes não tornaram expresso que excluía dela uma dada questão, esta questão não pode a vir a ser questionada em juízo, primeiro porque obrigada pelos efeitos de coisa julgada da transação (artigo 1.030, do CC) e segundo por efeito do princípio da indivisibilidade da transação (art. 1.026, do CC)" (RE nº 93.861-3/RJ- 1ª Turma, DJU 18/12/81 - Rel. Min. Clóvis Ramalhe).

Acemais, temos que a parte Autoral poderia, e quiza deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, certo é que a ora ré limitou-se a disponibilizar-lhe o valor que era o devido e, uma vez que este foi aceito pela beneficiária legal, efetuou de pronto o pagamento da importância ccnvenconada.

Desta forma, o pedido constante na exordial é manifestamente improcedente, haja vista a transação realizada em âmbito administrativo quanto ao valor da verba indenizatória oriunda do Seguro DPVAT, não podendo a seu bel prazer pleitear suposta

8



68

diferença indenizatória sem qualquer embasamento legal junto a seguradora ré.

Subsistindo óbice intransponível ao suposto direito Autoral, deve o feito deve ser **julgado extinto com resolução de mérito**, o que se requer com fundamento nos arts. 3º e 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

ACIDENTE OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI 11.945/2009
ESTABELECIMENTO DE PERCENTUAIS INDENIZATÓRIOS

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

A Lei nº 11.945/2009 tem o fito de colocar fim à discussão acerca da validade ou não da utilização tabela de Normas de Acidentes Pessoais, que, dentre suas disposições, estipulou expressamente que a mesma deverá ser utilizada para efeito de pagamento da cobertura por invalidez contemplada na Lei 6.194/74, de modo que se impõe o acolhimento da presente tese.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última sub-dividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Para melhor visualização da questão, seguem dispositivos da referida Lei:

"Art. 31. Os arts. 3o e 5o da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"(...)Art. 3º(...)

II - quando se tratar de invalidez permanente **parcial incompleta**, será efetuado o **enquadramento da perda anatômica ou funcional** na forma prevista na alínea "a", procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de sequelas residuais."

Diante do ora esposado, nos acidentes automobilísticos ocorridos após a edição da Medida Provisória antes referida, atualmente convertida em Lei, tem-se que para a liquidação

8



69/2

do sinistro, em casos de invalidez permanente, total ou parcial, aplicar-se-á a regra do art. 3º, com a sua nova redação, inclusive os percentuais sobre o valor máximo da indenização em vigor, conforme o local, o tipo e a gravidade da perda ou redução de funcionalidade contidos na tabela anexa à Lei.

Portanto, resta claro que o pedido de indenização por invalidez no valor de R\$ 13.500,00 é totalmente descabido, tendo sido realizado pagamento administrativo de forma correta, pelo que as Seguradoras Ré rogam a este Nobre Magistrado pela **IMPROCEDÊNCIA** total dos pedidos do Autor.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
- NECESSIDADE DE GRADAÇÃO DA LESÃO PARA OS CASOS DE INVALIDEZ
TOTAL E PARCIAL PARA FINS DE PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO
DPVAT

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT é a suposta invalidez do Autor. Desta feita, o cerne da questão que motivou a lide é a invalidez do demandante, bem como, o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios.

Desta forma, a Legislação é clara ao dispor que em casos de invalidez permanente, o pagamento será em conformidade com o grau de invalidez apurado.

Assim, há de ser ressaltado que a parte autoral não faz jus a verba indenizatória integral, referente à indenização de seguro DPVAT, visto tratar-se o caso vertente de invalidez parcial, acrescentando a ré que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça está em consonância com o art. 5º, §5º da lei 6.194/74, donde se depreende que o laudo pericial, exarado pelo IML, deverá ser apresentado com a indicação do grau e percentual da invalidez para fins indenizatório.

Ora, basta a simples análise dos documentos adunados pela parte autoral que, logo se concluirá pela improcedência do pedido inicial, e na hipótese remota de acolhimento do mesmo, de plano se afasta a possibilidade de pagamento integral, haja vista não haver nos autos qualquer documento capaz de comprovar alguma extensão dos danos que corresponda ao grau total, ou seja, a repercussão na íntegra do patrimônio físico, para que assim, pudesse ter respaldo o requerimento de indenização no valor máximo indenizável.

Tanto é que a lei 6.194/74, quanto a lei 11.482/2007, bem como as alterações previstas na lei 11.945/2009, fazem distinções dos graus de invalidez auferidos em perícias para fins de pagamentos de indenização, pois essas leis limitam o valor indenizatório em **ATÉ R\$ 13.500,00** (Treze mil e quinhentos

8



20/2

reais), OU SEJA, DE ACORDO COM A APURAÇÃO DO GRAU DA LESÃO DA VÍTIMA.

Em continuidade, salienta a ré que a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, sendo esta última subdividida em completa e incompleta.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 474, pacificando que nos casos de invalidez permanente, as indenizações do Seguro Obrigatório DPVAT deverão ser pagas em conformidade com o grau de invalidez da vítima, vejamos:

"Súmula 474 STJ: A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

Ressalta-se, por oportuno, que a graduação é aplicável em todos os casos de invalidez, independentemente da data do acidente, ou da lei em vigor à época do acidente, visto que, conforme pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça, não faria sentido o Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74 dispor as quantificações das lesões se esses dados não refletissem nas indenizações pagas, in verbis:

"DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. TABELA.
Trata-se de ação de indenização decorrente de seguro DPVAT proposta, na origem, pelo recorrente para reparação de invalidez permanente (membro inferior esquerdo) em consequência de acidente de trânsito datado de 1999. Discute-se, no REsp, se é válida a fixação de tabela de redução do pagamento da indenização decorrente do DPVAT com fundamento em invalidez permanente parcial. A Min. Relatora destacou que o recorrente insurge-se contra a redução da tabela, com fundamento no art. 3º da Lei n. 6.194/1974, em vigor à época dos fatos; hoje, a redação dessa norma foi modificada pela Lei n. 11.482/2007, porém ela não tem pertinência neste julgamento. Também ressaltou que a redação original do art. 5º, § 5º, da citada lei disciplinava que o instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificaria as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto na lei, em laudo complementar, no prazo médio de 90 dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada nas restrições e omissões pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional de doenças. Logo, explicitou que não faria sentido a citada lei dispor as quantificações das lesões se esse dado não refletisse na indenização paga. Dessa

B



71/0

forma, concluiu que é válida a utilização da tabela de redução do pagamento da indenização decorrente do seguro DPVAT em caso de invalidez parcial e que o pagamento desse seguro deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedente citado: REsp 1.119.614-RS, DJe 31/8/2009. REsp 1.101.572-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 16/11/2010."

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização total ao autor, sendo incabível qualquer indenização integral, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA
APLICABILIDADE DA SÚMULA 426 DO STJ

Com relação aos juros moratórios, bem como a correção monetária, em caso de eventual condenação, o que definitivamente não espera, é crucial que seja analisada a questão acerca da data de início da contagem dos respectivos.

Consoante o disposto no artigo 219 da Lei Processual Civil vigente, que, ao dispor constituir em mora o devedor a partir da citação válida, entende a Contestante que o dies a quo para o cômputo dos juros moratórios deve ser a data de sua citação para responder os termos da presente ação, como pode se ver no art. 405 do Código Civil, senão vejamos:

"Art. 405 Contam-se os juros de mora desde a citação inicial."

Na mesma esteira, pacificou o STJ, vejamos:

"Súmula 426 - Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação."

Até porque estamos tratando de responsabilidade contratual tendo em vista que as partes celebraram contrato de seguro, e não extracontratual, sendo inaplicável à espécie o Enunciado n.º 54, da Súmula do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação, senão vejamos:

**"art. 1º . (...)
§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação."**

O Superior Tribunal de Justiça, através do REsp 43.640-G-SP, 6ª Turma, tendo como relator o Ministro Anselmo Santiago, retratou o seu entendimento sobre a correção monetária conforme ementa que passamos a transcrever:

AS



72/10

"Não ofende o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil o acórdão que restringe a incidência da correção monetária a partir do ajuizamento da ação e não antes, por falta de previsão legal" (STJ-6ª Turma, REsp 43.640-0-SP, rel. Ministro Anselmo Santiago, j. 21.6.94, não conheceram, v.u., DJU 28.11.94, p. 32.645).

Portando, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que os juros moratórios sejam computados a partir da citação válida, conforme disposto no art. 405 do Código Civil e que se incida correção monetária a partir do ajuizamento da ação, tendo em vista o esposado no §2º, do art. 1º da Lei 6.899/81, face aos argumentos suscitados na presente peça de bloqueio.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Resta claro ainda que sob nenhum aspecto cabe o pedido Autoral no sentido de pleitear a descabida monta de 20% de honorários nesta demanda, haja vista que desta forma pretende violar dispositivo de lei.

Há de se ressaltar que o Autor é beneficiário da Justiça Gratuita, haja vista a Lei 1.060/50.

Forém, o mesmo dispositivo legal determina que no caso de vencedor o beneficiário da Justiça Gratuita, ou seja, no caso em tela, a Autor, o montante de honorários advocatícios a ser pago pelo vencido deve respeitar o patamar máximo de 15% (quinze por cento). Vejamos:

"Art. 11. Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciais serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença. (...)."

Ressalte-se, oportunamente, o art. 20, § 3º do Código de Processo Civil, donde se depreende que o percentual máximo permitido, em casos de "fácil" instrução, por ser matéria de direito, é de 20% (vinte por cento):

"(...) § 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos: (Redação dada pela Lei n.º 5.925, de 1º.10.1973)

AB



- 13
10
- a) o grau de zelo do profissional;
 - b) o lugar de prestação do serviço;
 - c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (...)"

Ora, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono do Autor, tornando-se assim, injustificável o pedido de honorários no patamar de 20% (vinte por cento), o que ora se requer seja julgado totalmente improcedente!

Não fosse isso o bastante, tal pleito se faz demasiadamente severo, tendo em vista que restou comprovado que a Seguradora em momento algum agiu com intuito protelatório, muito menos de má-fé, agiu apenas e tão-somente em consonância com a determinação do órgão que regula o convênio DPVAT.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios sejam arbitrados na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

O acolhimento da preliminar acima suscitada, e caso ultrapassada requer a Ré a total improcedência da ação, tendo sido amplamente demonstrado o total descabimento de complementar-se a indenização já efetivamente paga, pelo que requer seja a demanda ao final julgada **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**, com julgamento de mérito, nos exatos termos do artigo 269, do Código de Processo Civil, visto que:

- (I) A indenização ter sido devidamente quitada - O pagamento realizado encontra-se em total consonância com o percentual cabível ao autor em razão da lesão sofrida apurada pelo médico perito avaliou a lesão autoral como de segmento parcial o que corresponde a indenização no importe de R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais cinquenta centavos), não havendo de se falar em verba integral, tampouco, eventual diferença de indenização devida ao mesmo, posto que o sinistro em tela ocorreu na vigência da lei n°. 11.945/2009;

Caso não seja este o entendimento do Ilustre Julgador, Requer, alternativamente, que em eventual hipótese de procedência do pedido inicial, o que não se espera, haja vista o pagamento já realizado em sede administrativa, este baseado em perícia realizada pela seguradora que efetuou o pagamento, sendo certo não haver prova nos autos que possa contraditar tal perícia, requer seja observada as regras do art. 3º, § 1º, incisc II, da Lei 6.194/74, que determina o pagamento de acordo com o valor

16



74

vigente na época da liquidação do sinistro, segundo o disposto na lei 11.945/09.

Visto que o autor requereu perícia na petição inicial, em cumprimento ao art. 276 do CPC, e por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, a ré, adiante aponta seus quesitos para resposta do perito, sendo certo que referida prova deverá ser custeada pela parte autora como determina o art. 33 do CPC, e ainda, por se tratar a matéria ventilada de ônus probante a encargo do autor, na forma do art. 333, I do CPC.

Protesta, ainda, por todo o gênero de provas admitido em direito, especialmente pericial, documental suplementar e o depoimento pessoal o autor, sob pena de confissão;

Por fim, merecem os juros moratórios serem calculados a partir da citação válida, a correção monetária a partir do ajuizamento da demanda e os honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Para fins do exposto no artigo 39, inciso I, do Código de Processo Civil requer, ainda, a Contestante que as futuras publicações sejam feitas em nome do advogado, JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, OAB/PB 4246-A, com endereço profissional localizado à Rua São José nº 90, salas 810/812- Centro Rio de Janeiro- CEP:20.010-901, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Cacimba de dentro, 25 de setembro de 2014.

João Barbosa
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
OAB/PB 15477

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br



75
e

ANEXO

(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

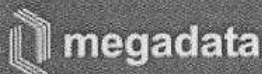
(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual da Per
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou re peritoneas cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que ha comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Pe
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das r	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Pe
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do braço	10

QUESITOS DA RÉ PARA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA

- 1) A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?
- 2) Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
- 3) Restando constatada a invalidez permanente, esta caracteriza-se como TOTAL ou PARCIAL?
- 4) Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado?





26/

```
*=====*
```

* Megadata Computacoes	D.P.V.A.T.	16/09/2014	10:55:34	*
* Danos Pessoais Causados por Veiculos Automotores de Via Terrestre *				
* DPV010T	*****	CONSULTA POR NOME DE SINISTRADO	*****	V205 / DPV613P *
=====				

ANO / NUM. / LANC -	2014 / 035097 / 01	<u>COD. DEPEND.. - 001</u>
<u>COD. SEG. - 6921</u>		TIPO DOCUMENTO - 4 EX -
<u>NUM. DOCUMENTO - PB179520512</u>		DT.CADAST.PARC.- 00 / 00 / 0000
CATEGORIA - 10		<u>DT. SINISTRO.. - 15/06/2013</u>
<u>DT. CADAST.... - 14/01/2014</u>		<u>DT. RATEIO ... - 07/02/2014</u>
NATUREZA - 2		CPF VITIMA - 08186000470
NOME DA VITIMA - SEBASTIAO SALVINO DA CRUZ		VALOR INDENIZ. - 1.687,50
<u>DT. NASC. - 06/06/1962</u>		VLR COR.MON/JUR- 0,00
SEQUENCIA - 001		<u>DT. PAGAMENTO</u>
<u>COD. REC/RECL. - 3</u>		
NOME RECEBEDOR - SEBASTIAO SALVINO DA CRUZ		<u>DT. ATUALIZ... - 03/02/2014</u>
CPF/CGC RECEB. - 00008186000470		BOLETIM - 332/201
PROCURADOR/INT.- JOSIETE PAULINO DA SILVA		UF DELEGACIA - PB
CPF/CGC PRC/INT- 00010972574441		SUB-JUDICE ... - DT. RECEB.
DELEGACIA - DP CIVIL		<u>CONF. PGTO -</u>
REGULACAO - 1		
<u>DT. RECLAMACAO - 06/01/2014</u>		
=====		

<u>ENTER = CONTINUAR</u>	PF03 = FIM	PF07 = VOLTA MENU
--------------------------	------------	-------------------

16/09/2014-10:59





Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO _____

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ

PORTADOR(A) DO RG Nº 3093176 EXPEDIDO POR SSP/PB EM 30/01/03

CPF 08180000470 / CNPJ _____, PROFISSÃO _____

RENDIMENTO MENSAL DE R\$ 250,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO

SEGURO DPVAT DA VÍTIMA SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO

DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

*1004339



Para evitar a reprogramação de um pagamento, lembre-se:

1) Os seguintes documentos não devem, de forma nenhuma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício;
- Conta pessoa jurídica;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for o titular;
- Conta tipo FÁCIL: atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta-POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidades Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$2000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (não será aceita proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);

2) O CPF do beneficiário/vítima não pode estar inválido, pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consultadora SIA RECEITA FEDERAL - www.receita.fazenda.gov.br);

3) O CPF da conta informada para depósito não pode ser diferente do CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistro.

☐ CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE (ACEITAS CONTAS DE TODOS OS BANCOS)

BANCO _____ AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-CORRENTE _____

☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO BRADESCO

BANCO 237 • AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA _____

☒ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL

BANCO 001 • AGÊNCIA 1942-9 (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA 6413-1

☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO ITAÚ

BANCO 341 • AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA _____

☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

BANCO 104 • AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA _____

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

LOCAL CACIMBA DE DENTRO

DATA 09/12/2013

ASSINATURA DO(A) BENEFICIÁRIO(A)

Sebastião Salvino da Cruz

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-022120.



78
C

Banco Postal

*** Depósito em Conta Poupança ***

Agência : 38300300-AC CACHIBA DE DENTRO
Terminal: 38303804 Id.Trx.: 343817
Nro Aut : 122926 Caixa : 84788585
Data : 13/12/2013 Hora : 12:29
(Horário de Brasília)

BANCO DO BRASIL

5757801027

8833

SAC BB 8808 729 8722

COMPROVANTE DE DEPÓSITO EM POUPANÇA
EM DINHEIRO

CLIENTE: SEBASTIAO SALVINO DA CRUZ
AGENCIA: 1942-9 CONTA: 6.113-1 VAR:51

DATA	13/12/2013
NR. DOCUMENTO	57.578.010.270.833
VALOR DINHEIRO	5,00
VALOR TOTAL	5,00

NR. AUTENTICAÇÃO B.2F5.16E.AEF.C66.C68

CREDITOS A PARTIR DE 04 05 2012 ESTAO
DISCIPLINADOS PELA MP. 567/2012.





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
3ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE CACIMBA DE DENTRO/PB

D. Rosa
79
@

BOLETIM DE OCORRENCIA

Livro nº. 001/2013
Ocorrência nº. 332/201

DESCRIÇÃO (acidente automobilístico)

Ao(s) dez(10) dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e doze (2013), nesta cidade de Cacimba de Dentro/PB, na Delegacia de Polícia, sob a responsabilidade do Bel. PAUL MONALIZA PINHO CABRAL, Delegada de Polícia Civil, comigo escrivão de seu cargo final assinado compareceu o (a) Senhor (a).

Nome: SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ

Idade: 51 anos

Data nascimento: 06/06/1962

Nacionalidade: Brasileiro

Naturalidade: Cacimba de Dentro /PB.

Estado Civil: solteiro

Profissão: Agricultor

Filiação: Pai não declarado e Severina Maria da Conceição

Endereço: Rua Projetada, Conjunto Benjamim Maranhão Sn, Cacimba de Dentro /PB

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

RG: 3093176 SSP/PB

CPF: 081.860.004.70

BOLETIM DE OCORRENCIA

1004026



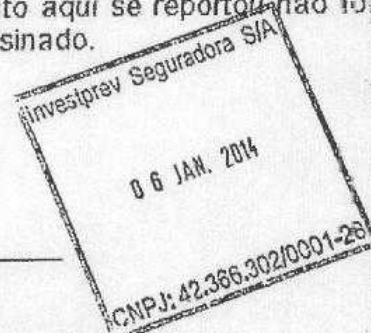
HISTORICO:

Noticiou no dia 15 de junho de 2013 por volta das 14:00 horas, na entrada da cidade de Cacimba de Dentro/PB; O Sr Sebastião vinha em cima de um caminhão do Senhor Helio da borracharia; que entrou na curva em direção ao colégio Senador Humberto Lucena; Quando estava fazendo a curva, O SENHOR Sebastião caiu de cima do Caminhão, vindo a sofrer diversas escoriações pelo corpo; Que o mesmo foi socorrido pelo SAMU da cidade de Cacimba de Dentro, Sendo encaminhado para o hospital de trauma de cidade de Campina Grande/PB onde permaneceu por dezessete dias internado; Que o caminhão de marca GM/CHEVROLET D.60 ANO/MODELO 1982, COR VERMELHA, PLACA MNS 0367/CHASSIB688PXB60350, Que se encontra em nome de GRAZIELLE SAMANTHA DE ARAUJO. Nada mais havendo a consignar, ciente o (a) noticiante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, caso o quanto aqui se reportou não for a verdade e depois de lido e achado conforme vai devidamente assinado.

Cacimba de Dentro/PB, 10 Dezembro de 2013

Assinatura de (a) noticiante

Evangelista Xavier Lima
AGENTE DE INVESTIGAÇÃO
MAT. 131.334-0



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

50
20


Eu, SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ, portador da carteira de identidade nº 30.93176 e inscrito no CPF/MF sob o nº 081.860.004-70, residente e domiciliado na RUA LUCIA BRAGA, S/N Cidade CACIMBA DE DENTRO, Estado PARNABÁ, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de validade permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.




Assinete Paulino da Silva
Assinatura do declarante
conforme documento de identificação



CACIMBA DE DENTRO, 09/12/2013.

Local e data



COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

1004040



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZRG nº 3093176, data de expedição 30/01/03, Órgão SSP/PB,


CPF nº 081.860.004-70, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>RUA LUCIA BRAGA</u>
Número	<u>S/N</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>CENTRO</u>
Cidade	<u>CACIMBA DE DENTRO</u>
Estado	<u>PARAIBA</u>
CEP	<u>58.230-000</u>
Telefone de Contato	<u>83 - 9134 6877</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: CACIMBA DE DENTRO, 09/12/2013.

Assinatura do Declarante

Sebastião Salvino da Cruz

52/10

JOAO BATISTA SALVINO DA SILVA
RUA LUCIA BRAGA, S/N - CENTRO
CACHOEIRA DE DENTRO / PB CEP: 58230000 (AQ: 82)

Energisa

ENERGISA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cidade Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-630
CNPJ: 09.006.183/0001-40 - Ins. Est. 10.015.823-0

Classificação: RESIDENCIAL / BARRA RENDA MONOFÁSICO
Referência: Nov/2013
Nº medidor: 00001770038 Emissão: 13/11/2013

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº000 628 750
Código para Débito Automático: 80812913888

Atendimento: 0800 089 0195

RESERVADO AO FISCO

0008 31cf 8540,0057,755 860c,32w,2038

5/1291388-6

Nov/2013

13/11/2013

13/12/2013

336484417

SATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 09/11/2013 PAGAS
GERADO

Data	Letura	Data	Letura	1	28	28
18/10/13	9070	13/11/13	9709			
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)			
Consumo em kWh	30	0,10454	3,13			
Consumo em kWh	9	0,17821	1,61			
IMPOSTOS E ENCARGOS						
PIS			0,03			
COFINS			0,17			
JUROS DE MORA 10/2013			0,01			
MULTA 10/2013			0,11			
ICMS (RENTO)						

Out/13	43
Set/13	44
Ago/13	54
Jul/13	48
Jun/13	41
Mai/13	43
Abr/13	48
Mar/13	43
Fev/13	50
Jan/13	37
Dez/12	43
Nov/12	42

Média dos últimos meses
45 kWh

21/11/2013

R\$ 5,08

DIMENSIONAL	7,70	0,00
DIMENSIONAL	15,72	0,00
DIMENSIONAL	30,85	0,00
DIMENSIONAL	3,70	0,00
DIMENSIONAL	7,47	0,00
DIMENSIONAL	14,25	0,00
DIMENSIONAL	4,31	0,00
DIMENSIONAL	12,22	0,00

NOMINAL 220
CONTRATADA
LIMITE INFERIOR 201
LIMITE SUPERIOR 231

Descrição	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia PB	2,33	46,05
Consumo de Energia	1,60	31,33
Serviços de Transmissão	0,14	2,77
Encargos Setoriais	0,78	15,33
Impostos e Encargos	0,22	4,33
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	5,08	100,00

Valor do encargo de Uso do Sistema de Distribuição
(Prez 8/2013) R\$ 3,58


Sua unidade foi faturada como BARRA RENDA, tendo um desconto de R\$7,12

Investprev Seguradora S/A
06 JAN. 2014
CNPJ: 42.365.302/0001-28

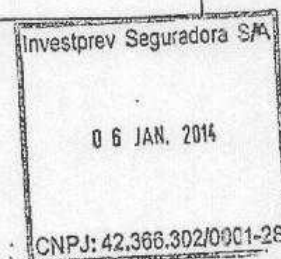


DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, JOSIETE PAWLINO DA SILVARG nº 3.451.976, data de expedição 30/06/06, Órgão SSP PB,CPF nº 109.725.744-41, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

COMPROVANTE DE RESIDENCIA	
Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	 <u>RUA: LUCIA BRAGA</u>
Número	<u>SIN</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>CENTRO</u>
Cidade	<u>CALIMBA DE DENTRO</u>
Estado	<u>PB.</u>
CEP	<u>58236.000</u>
Telefone de Contato	<u>83-91346877 / 9611754</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: CALIMBA DE DENTRO 09/12/2013.Assinatura do Declarante: Josiete Pawlino da Silva

84
10

JOAO BATISTA SALVINO DA SILVA
RUA LUCIA BRAGA, SN - CENTRO
CACIMBA DE CENTRO / PB CEP: 58230000 (AQ: 82)

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO
Rotêmetro: 0 - 40 - 535 - 7580
Número do medidor: 000301278939

Referência: Nov/2013
Emissão: 13/11/2013

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-080
CNPJ 08.066.183/0001-40 - Insc. Est. 16.016.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000 026 750
Código para Dívida Automática: 000 129 13888

Bufile 31cf 8540 ad57 7f55 893c 32af 2039

5/1291388-5

Nov/2013

13/11/2013

13/12/2013

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002.
- A partir de 2014 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras amarela e vermelha, quando adotadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de Novembro vigorará a BANDA VERMELHA, a qual implicará R\$ 0,17/kWh de 20 de novembro até 31 de dezembro. Mais informações em www.aneel.gov.br.

3584944417

Data	Leitura	Data	Leitura			
19/10/13	3678	13/11/13	3709	1	38	29

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 09/11/2013 PAGAS
QUOTADO

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	30	0,10451	3,13
Consumo em kWh	9	0,17821	1,61

IMPOSTOS E ENCARGOS

PS	0,03
COFINS	0,17
JUROS DE MORA 10/2013	0,01
MULTA 10/2013	0,11
ICMS (ISENTO)	

Out/13	43
Set/13	44
Ago/13	54
Jul/13	48
Jun/13	41
Mai/13	43
Abr/13	48
Mar/13	43
Fev/13	50
Jan/13	37
Dez/12	43
Nov/12	42

Média dos últimos meses
45 kWh

21/11/2013

R\$ 5,06

Investprev Seguradora S/A
06 JAN. 2014
CNPJ: 42.366.302/0001-23

9/2013 - Anuário

DIC MENSAL	1,70
DIC TRIMESTRAL	15,70
DIC ANUAL	30,65
FIC MENSAL	3,70
FIC TRIMESTRAL	14,85
FIC ANUAL	4,31
ONDC	12,22

0,00
0,00
0,00

NOMINAL 220
CONTRATADA
LIMITE INFERIOR 201
LIMITE SUPERIOR 231

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia/PB	2,33	46,05
Compra de Energia	1,69	33,33
Serviço de Transmissão	0,14	2,71
Encargos Sociais	0,28	5,53
Impostos Oribtos e Encargos	0,22	4,32
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	5,06	100,00

Valor do encargo do Uso do Sistema de Distribuição
(Art. 9/2013) R\$ 3,58

- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 7,12



DECLARAÇÃO CIRCULAR SUSEP 445/12



100

DECLARAÇÃO

Circular Susep nº 380/08 – Prevenção à Lavagem de Dinheiro

A Circular SUSEP¹ nº 380/08, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações e documentos requisitados neste formulário não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT. Contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu JOSETE PAULINO DA SILVA, portador(a) do RG nº 3.451.976, expedido por SSP/PB, em 30/06/06, CPF/CNPJ nº 109.725.744-41, na qualidade de procurador(a) / intermediário(a) do beneficiário(a) SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ do sinistro de DPVAT da natureza INVALIDAR da vítima SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ, e conforme determinação da Circular SUSEP nº 380/08, declaro as informações solicitadas:

Profissão: ABRICADORA

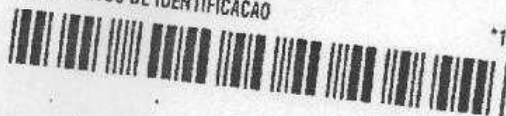
Renda Mensal: R\$ 200,00

Documentos comprobatórios: _____

JOSETE PAULINO DA SILVA
ASSINATURA – PROCURADOR / INTERMEDIÁRIO



DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO



*1004037

VALOR EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL 3.451.978	DATA DE EXPEDIÇÃO 30/05/2006
NOME JOSIETE PAULINO DA SILVA	
FILIAÇÃO LUIZ PAULINO DA SILVA MARIA DE LOURDES SALVEDO DA SILVA	
CIDADE DE DENTRO-PB	24/03/1990
RASC. N. 14366 FIS. 295VS LIV. A 13 CARTÓRIO CACIMBA DE DENTRO PB	
ASSINATURA DO TITULAR <i>Josiete Paulino da Silva</i>	
CARTeira DE IDENTIDADE	

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
109.725.744-41
Nome
JOSIETE PAULINO DA SILVA

Nascimento
24/03/1990
VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
605B.FF94.5F83.E4BC

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 14:12:28 do dia 22/06/2012 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

Investprev Seguradora S/A
06 JAN. 2014
CNPJ: 42.366.302/0001-28



DOCUMENTOS DE IDENTIFICACAO

*1004037



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3093176 DATA DE EMISSÃO 30 JAN 2003

NOME SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ

Matrícula Severina Maria da Conceição

Cacimba de Dentro-PB 06.06.1962

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert.Nasc.Nº 7.088, Fls. 277-Vr, Livr.

DOC ORIGEM A-7, Cart. Cacimba de Dentro-PB

CPF

Assinatura do Titular

LEI Nº 7.116 DE 1983

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Não Alfabetizado

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição

081.860.004-70

Nome

SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ

Nascimento

06/06/1962

Assinatura

Carteira de Identidade

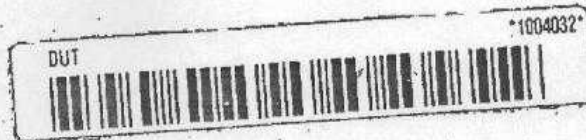
Correios

Investprev Seguradora S/A

05 JAN. 2014

CNPJ: 42.366.302/0001-28





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 9522746130
CERTIFICADO DE REGISTRO E ENCENHAMENTO DE VEÍCULO

VIA COD. RENAVAM R.N.T.R.C. EXERCÍCIO
1 17952051-2 00/00000000 2011

GRAZIELLE SAMANTHA DE ARAUJO

CPF / CNPJ PLACA
03824725436 MNS0367/PB

PLACA ANT. / UF CHASSI
RS0867 PB BC688PXB60350

ESPECIE TIPO COMBUSTÍVEL
CAR/CAMINHÃO/CARR. ABERT DIESEL

MARCA / MODELO ANO FAB. ANO MOD.
GM/CHEVROLET D60 1982 1982

CAR. / POT. / CIL. CATEGORIA COR PREDOMINANTE
7.00T/140 / CV PARTIO VERMELHA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA VENC. / COTAS
IPVA ISENTO 00/00/0000 1º
FAIXA IPVA PARCELAMENTO / COTAS 2º
A ***** D 3º

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
***** SEGURO P A G O 09/11/2011

OBSERVAÇÕES
SEM RESERVA DE DOMÍNIO

SOLANEA PB 2 EIXOS
029 10/11/2011 13790

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULO AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOA TRANSPORTADA OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 9522746130 BILHETE DE SEGURO DPVAT

GRAZIELLE SAMANTHA DE ARAUJO EXERCÍCIO

CPF / CNPJ PLACA
03824725436 MNS0367/PB

BILHETE DE SEGURO DPVAT

PB Nº 9522746130 DATA DO BILHETE

GRAZIELLE SAMANTHA DE ARAUJO PLACA

RENAVAM MARCA / MODELO
1 03824725436 MNS0367/PB

ANO FAB. - 5 CILINDROS ANO CHASSI
1 03824725436 MNS0367/PB

179520512-0 PRÊMIO TARIFÁRIO D60
FMS (R\$) DETRAN (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)
1982 10 BC688PXB60350

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL SEM IOF DO SEGURO
***** PAGAMENTO SEGURO A 65% DO COTIZADO

COTA ÚNICA PARCELADO

Seguradora Líder dos Consórcio do Seguro DPVAT S/A

CNPJ: 09.248.608/0001-04
13790-1027129-20111110

Investprev Seguradora S/A

06 JAN, 2014

CNPJ: 42.366.302/0001-28



PROCURAÇÃO

1004050

59



Serviço Registral e Notarial
Gomes de Souza
Rua Getúlio Vargas, 03-Centro
Cacimba de Dentro-PB
Fone: (83) 3379-1003
Genivaldo Gomes de Souza
TABELIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE CACIMBA DE DENTRO
MUNICÍPIO DE CACIMBA DE DENTRO

SERVIÇO REGISTRAL E NOTARIAL "GOMES DE SOUZA"

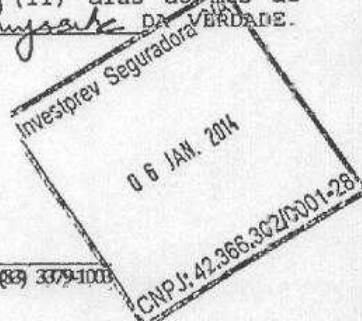
Genivaldo Gomes de Souza - Oficial Titular - Cecivânio Oliveira de Alcantara e Souza - Substituto - Aldrina Magda Gomes de Sousa Silva - Escrevente

Livro 53
Folha: 128-f

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ(EM): SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ, na forma abaixo

S A I B A M, os quantos este público instrumento de procuração bastante virem ao(s) onze (11) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze (2013), nesta cidade e Comarca de Cacimba de Dentro, Estado da Paraíba, neste Serviço Notarial e Registral perante mim escrevente e do Tabelião que este subscreve, compareceu(ram) como outorgante(s): SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ, brasileiro(a), solteiro, agricultor, portador(a) do CIRG nº 3.093.175-SSP/PB, CPF nº. 081.860.004-70, residente e domiciliado no Conjunto Benjamim Gomes Maranhão, nesta cidade de Cacimba de Dentro-PB; E, pelo(s) outorgante(s) me foi dito que por este público instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia(m) e constitui(em) como bastante procurador/a(es): JOSIETE PAULINO DA SILVA, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito na CPF nº 109.725.744-41, portador do RG nº 3.451.970-SSP/PB, residente e domiciliado no Conjunto Benjamim Gomes Maranhão, nesta cidade de Cacimba de Dentro-PB; A QUEM CONFERE OS MAIS AMPLOS PODERES ESPECIALMENTE PARA RECEBER E ACOMPANHAR JUNTO A SEGURADORA LIDER O SEGURO DPVAT REFERENTE AO ACIDENTE OCORRIDO COM A SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ, A QUE O MESMO TEM DIREITO, PODENDO PARA TANTO, DITO PROCURADOR, DAR ENTRADA NO PROCESSO DE SINISTRO PARA RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO OU REEMBOLSO DAS DESPESAS, TODOS OS ATOS EM DIREITO ADMITIDOS PARA O FIEL CUMPRIMENTOS DESSE MANDATO. ESPECIALMENTE PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E FORNECIMENTO DE DADOS PARA CRÉDITOS DE INDENIZAÇÃO DE SINISTRO DPVAT, NA FORMA DE PAGAMENTO NO BANCO DO BRASIL-S/A, PODENDO O MESMO ASSINAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO, ASSINAR PAPEIS E TUDO QUE FOR NECESSÁRIO, ENFIM, PRATICAR TODOS OS ATOS NECESSÁRIOS PARA O BOM E FIEL CUMPRIMENTO DO PRESENTE MANDATO. Assim o disse do que dou fé, e me pediu este instrumento, o qual feito lhe leu em voz alta e clara, por achá-la em tudo conforme, aceitou, outorgou e assina. A rogo dele por ser analfabeto Sheila Cristina Paulino Gomes, brasileira, solteira, autônoma, residente nesta cidade. Testemunhas dispensadas conforme Provimento nº 03/87- da Corregedoria Geral da Justiça do Estado da Paraíba nos termos do art 1º e publicado no Diário Oficial da Justiça do Estado. Custas: 14,98; Farpem 3,53 e 0,44 FEPJ. Eu GENIVALDO GOMES DE SOUZA, Titular, do 1º Ofício, a fiz lavrar. Dou fé, subscrevo e assino em público e raso que uso. Aos onze (11) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze (2013). Em Test.º *Luysane da Silva* Titular.

Aldrina Magda G. de Sousa Silva
Escrevente Autorizada



Rua Getúlio Vargas, nº 03 - Centro - Cacimba de Dentro-PB - Tele-Fax (83) 3379-1003



03/11/2020

2.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 21 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido

- c) ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima)
- c) ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima)
- c) ☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:
- a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

Segmento corporal acometido:

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão (ões) permanente(s) que não seja(m) n.ais suscetível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constar à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

- b) ☒ NÃO
- c) ☐ SIM, em que prazo:
- VI. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

QUADRILO ESQUERDO COM LIMITAÇÃO MODERADA DE ABDUÇÃO

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

c) ☒ Dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

a) ☐ Distúrbios apenas temporários

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- Se SIM descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):
- e) ☐ SIM b) ☒ NÃO
- III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

CONTUSÃO DE QUADRILO ESQUERDO DE TRATAMENTO CONSERVADOR

b) As alterações (distúrbios) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporariamente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

QUADRILO ESQUERDO

a) Qual (quais) região (regiões) corporal (is) encontra (m) - se acometida (s):

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

a) ☒ SIM b) ☐ NÃO c) ☐ PREJ.

I. Há lesão cuja etiologia (origem causa) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

Avaliação do Médico Perito Legista

Informações do Acidente

Síntese: 2014035097

Vítima: SEBASTIAO SALVINO DA CUNHA

Local: PB-CACIMBA DE DENTRO

Data do Acidente: 6/15/2013

Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes

16

Inscrições Complementares

Assinatura do perito examinador - CRM

Márcio Alberto L. Cavalcanti
Cirurgião de Otorrinolaringologia e Traumatologia
CRM: 11708 1508 1501 11708

[Assinatura]

Médico Perito: MARCIO ALBERTO DE LIMA CAVALCANTI CRM: 6508
Médico Revisor: FABIO SELERI FERNANDES CRM: 5263021-7

PB - CAMPINA GRANDE, 1/28/2014

Local e data de realização do exame médico legal:

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios abaixo representados:

Marque o percentual ☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75%

4ª Lesão

Marque o percentual ☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75%

3ª Lesão

Marque o percentual ☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75%

2ª Lesão

Marque o percentual ☐ 10% ☒ 25% ☐ 50% ☐ 75%

1ª Lesão

Segmento Anatómico

Assinatura do perito revisor - CRM

Fabio S. Fernandes
Medicina Interna
CRM 52.83021-7

[Assinatura]





SAMU
192



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito que SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ, 51 anos, portador dos documentos RG: 3093176 SSPPB, CPF: 081.860.004-70, residente e domiciliado no Conjunto Benjamim Maranhão, Cacimba de Dentro, foi socorrido pelo SAMU – UBS do Município de Cacimba de Dentro no dia 15 Junho de 2013, em decorrência de acidente de trânsito, sendo este encaminhado ao Hospital de Trauma da Cidade de Campina Grande – PB.

DOCUMENTAÇÃO MÉDICO HOSPITALAR



*10040

Cacimba de Dentro, 26 de novembro de 2013

Isis Manuella Sousa dos Santos
Coordenadora

CPF: 024.119.419

ISIS MANUELLA SOUSA DOS SANTOS
COORDENADORA SAMU CACIMBA DE DENTRO



93

nao impenhada

18.40 Fora da Brasão

Fora da Brasão

Após de no (a)

de 4 de no de

de de

Amo de no (a)

Carla de Mac
1287

Investprev Seguradora S/A
06 JAN. 2014
CNPJ: 42.366.302/0001-28



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍS GONZAGA FERNANDES

2 - CNES
2 3 6 2 8 5 6

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍS GONZAGA FERNANDES

4 - CNES
2 3 6 2 8 5 6

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE
Sergio S. da Silva

8 - Nº DO PRONTUÁRIO
210.093

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

6 - DATA DE NASCIMENTO
06/06/1962

9 - SEXO
Masculino ☒ 1 Feminino ☐ 3

10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL

11 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE
DDD

12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, CEP)

Rua São Paulo / Centro

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Cocimba do Dentro

14 - COD. IBGE MUNICÍPIO

15 - UF

16 - CEP

TP 3158103101000

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

Trauma em braço

Investprev Seguradora S/A

06 JAN. 2014

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

NECESSARIEDADE DE CURA

CNPJ: 42.366.302/0001-21

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

rx - X -

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Fx. Acetabulum @

21 - CID 10 PRINCIPAL

T06.8

22 - CID 10 SECUNDÁRIO

191.33

23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

PROCEDIMENTO SOLICITADO

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

TRATAMENTO DE FRACTURA DE LOCALIZAÇÃO ESPERANÇADA

030810110019

26 - CLÍNICA

27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

28 - DOCUMENTO

29 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

014

02

() CNS () CPF

30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO

32 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

Ass. de Mouta
Médico
CRM-PB 8212

11

Ass. de Mouta
Médico
CRM-PB 8212

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

33 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

36 - CNPJ DA SEGURADORA

37 - Nº DO BILHETE

38 - SÉRIE

34 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

39 - CNPJ EMPRESA

40 - CNIE DA EMPRESA

41 - CBOR

35 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO

() EMPREGADOR

() AUTÔNOMO

() DESEMPREGADO

() APOSENTADO

() NÃO SEGURO DO

AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

44 - COD. ÓRGÃO EMISSOR

49 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

45 - DOCUMENTO

48 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

() CNS

() CPF

47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

48 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)



Folha de Tratamento e Evolução

Paciente	SEBASTIAO	Prumo do Couro	Alojamento	Leito	Convênio
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica		
17/06/2013	1) DIETEM VO LIVRE 2) SCL 500 ML EV 11 MINUTOS VIA 3) DIFIKONA 7MS + AD EV 6/6H 4) TRAMET 700 MG + 100 MG SE 07H 12/12H 5) OME PRAZOL 40MG + AD EV 1x 1012 6) NIVASOLAN 1MM + AD EV 8/8H 510 7) PLATIL 20MG + AD EV 12/12H 8) CCCC + 5500	1 SCL 500 6/6 12/12 8/8 12/12 12/12	Ortopedia Paciente plus da sin. segão Lombon. S/ cabeça quedas em ambientes aparelho para com outro aparelho		
<p>DR. SCHUBERT COSTA Ortopedia Traumatologia Clínica da Coluna CRM 5523</p> <p>Investprev Seguradora S.A. 06 JAN 2014 CNPJ: 42.366.302/0001-28</p> <p>DR. SCHUBERT COSTA Ortopedia Traumatologia Clínica da Coluna CRM 5523</p>					



Data	Hora	T	P	R	PA	Diurese	Observações Enfermagem	ASSIS
17/06/13	9:00	—	—	—	130x70	—	<p>Paciente extubado sem queixas respiratórias indicadas com prescrição curativa medicamentosa. Feito os cuidados de enfermagem.</p> <p> <i>Justina Oliveira de Souza</i> <i>Téc. de Enfermagem</i> <i>CRP 14.553-5</i> </p>	

Investprev Seguradora S/A

06 JAN. 2014

CNPJ: 42.360.302/0001-28



Folha de Tratamento e Evolução

Paciente) SEBASTIÃO GILVINO DA LUIZ Alojamento) AMPELA Leito) Convênio)

Data	Prescrição Médica	ART	Horário	Evolução Médica
16/06/2013	1) DIETA VO LIVRE	ART		# Ortopedia
	2) SGL 500 ML EU MANTEVEIR	ART		Paciente evolui bem, queixa-se
	3) DIFERENÇA 2ml + AD EV 616H	ART	24, 26	de dor em no local do trauma,
	4) TRAMAL 400MG + 200ML SGL 1212H EV	ART	24	queixa-se também de incontinência.
	5) OMEPRAZOL 40MG + AD EV 14 01H	ART		sem sinais vitais ou intercorrências.
	6) NEUSEDON 1 AMP + AD EV 1800H SGL			
	7) TRAMAL 20MG + AD EV 1212H	ART	24	
	8) CCGE + SSVU.			

DR. SCHUBERT GOSTA
Ortopedia - Traumatologia
CRM 5522

Investprev Seguradora S/A
06 JAN. 2014
CNPJ: 42.866.302/0001-28

DR. SCHUBERT GOSTA
Ortopedia - Traumatologia
CRM 5522



Data	Hora	T	P	R	PA	Diurese	Observações Enfermagem	ASSIS
27/06	20h				130 +7		Paciente em sede monitorada sem queixas no momento. Dr. Marcelo Sônia	
28/06	21:00				130x80 +		Paciente under regu- lar care com ná- useas e vômitos segue sendo m.c.p. m. Controle de Sônia	

Data	Hora	T	P	R	PA	Diurese	Observações Enfermagem	ASSIS
27/06	20h				138 +7		Paciente em sede monitorada sem queixas no momento. Dr. Marcelo Sônia	
28/06	21:00				130x80 +		Paciente under regu- lar care com ná- useas e vômitos segue sendo m.c.p. m. Enfermagem Sônia	

12/06	20 n			139 +7	Paciente com do do. não notado nem quisto no diagnóstico.	
-------	------	--	--	-----------	--	--

Dr. H. H. H. H. H.

13	21:00	500+80 +	Paciente ordena regular, com odo na mais alta, baixo sítio sendo m.e.p. m.
----	-------	----------	--

[Handwritten signature]

Investprev Seguradora S/A

06 JAN. 2014

CNPJ: 42.866.302/0001-28



Folha de Tratamento e Evolução

Paciente	Sebastião Junior da Cruz	Alojamento	Leito	Convênio
----------	--------------------------	------------	-------	----------

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
19/08/2013	1) DICTA VO LUCE		
	2) SCL SOC ML EV MANEIR UCA		
	3) DIPLOMA 2ML + AD @ 6/6 M		
	4) TRAMAL 100 MG + 400 ML S.F.O. 5% 72/24 EV		
	5) OMEPRAZOL 40MG + AD @ 1x DIA		
	6) KANSEPTON 100MG + AD EV @ 12/12H		
	7) TILATIL 20MG + AD EV @ 12/12H		
	8) CLOZ + SSV		

DR. SCHIBERT COSTA
 CRM 55232
 Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul

Investprey Seguradora S/A
 06 JAN. 2014
 CNPJ: 42.366.302/0001-28

TR. GUSTAVO COSTA
 CRM 55232

Prescreite medicação para o paciente



103
@SUBSTABELECIMENTO

JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na OAB/PB sob o nº 15477, com escritório na AV. JOAO MACHADO 553, SALA 111 - 1º ANDAR - EDF. PLAZA CENTER, CENTRO - JOAO PESSOA - PB, CEP: 58013-520, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **SEBASTIAO SALVINO DA CRUZ**, em curso perante a Vara Cível da comarca de **CACIMBA DE DENTRO/PB**, nos autos do Processo nº **4482320148150831**.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2014.



FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO - OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

<http://joaobarbosaadvass.hospedagemdesites.ws/modelo-subspb.asp?op=1&idpasta=12...> 25/9/2014



206

Substabelecimento

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 134.307, HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 113.815 e FABIO JOÃO DA SILVA SOITO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 114.089, substabelecem, com reserva de iguais, nas pessoas dos Advogados JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 144.819, JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RJ sob o n.º 140.822, NICOLE VIANNA VIENTE, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o n.º 162.543 e FERNANDO DE FREITAS BARBOSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 152.629, os poderes que lhe foram conferidos pelas Sociedades Seguradoras integrantes dos consórcios do seguro DPVAT, para o foro em geral, com a cláusula Ad Judicia, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, usando de todos os recursos legais para defesa dos interesses das Outorgantes, em especial os poderes para substabelecer e nomear prepostos.

Rio de Janeiro, 29 de Fevereiro de 2012.

João Alves Barbosa Filho

OAB/RJ 134.307

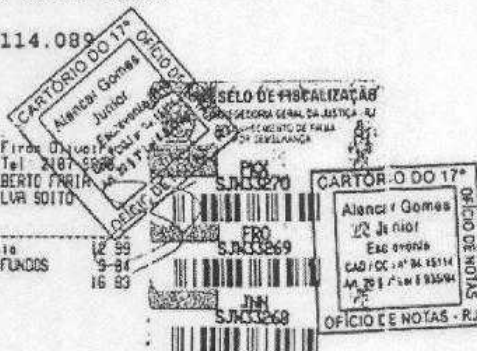
Henrique Alberto Faria Motta

OAB/RJ 113.815

Fabio João da Silva Soito

OAB/RJ 114.089

17º OFÍCIO DE NOTAS - Leônidas Carlos Alberto Faria Junior
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel. 2487-5888
Reconheço por autografos as firmas de HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA, JOÃO ALVES BARBOSA FILHO e FABIO JOÃO DA SILVA SOITO (Cod. 887EB27CC4B1)
Rio de Janeiro, 29 de março de 2012. Conf. por
Em testemunha da verdade. Serenista
Alencar Gomes Junior. Aut. 382 TJ-RJ/FUNDES
Total 16 93





107
10

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE nº 4.246; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819, CPF 098.884.617-96; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, solteira, OAB/RJ 140.522, CPF 071.463.857-95; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, solteiro, OAB/RJ 152.629, CPF 089.027.257-31; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681, CPF de número 010.766.304-05. Escritório situado a Rua São José, 90, grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro, RJ- CEP 20.010-020, tel.: (21) 3265-5600. TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/A, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a





Seguradora Líder - DPVAT

defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2014.

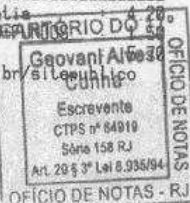
MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança a firma de MARCELO DAVOLI LOPES
(X000000038A)

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014. Conf. por: _____
Em testemunho _____ da verdade. Servente _____

Geovani Alves Cunha - Aut. _____
EACM-57192 UFL Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/site/legisla>



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança a firma de JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON
(X000000038B)

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014. Conf. por: _____
Em testemunho _____ da verdade. Servente _____

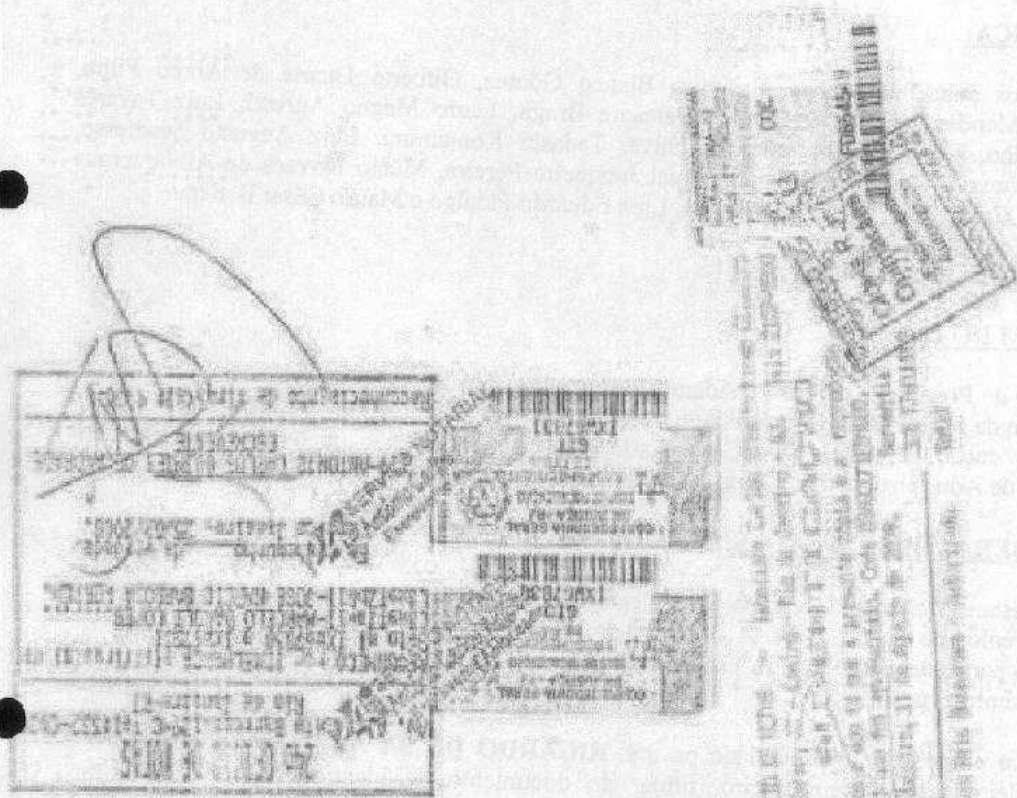
Geovani Alves Cunha - Aut. _____
EACM-57194 BDV Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/site/legisla>



Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



107/01



SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
(em organização)

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
realizada em 10 de Outubro de 2007.

1. DATA, HORA E LOCAL:

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro de 2007, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

2. PRESENÇA:

Presentes os conselheiros Srs. Casimiro Blanco Gómez, Gilberto Duarte de Abreu Filho, Idacelmo Mendes Vieira, Juvêncio Cavalcante Braga, Lauro Magno Agrizzi, Luiz Tavares Pereira Filho, Emerson Bernardes da Silva, Tadashi Komamura, Luiz Augusto Nomessp, Gustavo Pimenta Germano Santos, Miguel Junqueira Pereira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Júlio Cezar Alves de Oliveira, Luiz Eduardo Fidalgo e Mauro César Batista.

Secretário: André Leal Faoro

3. ORDEM DO DIA:

- (i) Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) Eleição da Diretoria da Companhia; e
- (iii) Convocação de Assembléia Geral Extraordinária para eleição de 6 (seis) membros do Conselho de Administração da Companhia, se necessário.

4. DELIBERAÇÕES TOMADAS:

- (i) Por estarem exercendo cargos equivalentes no Grupo de Trabalho de Reestruturação dos Convênios do Seguro DPVAT, foram eleitos por unanimidade os Srs. Luiz Tavares Pereira Filho para presidente e o Sr. Casimiro Blanco Gómez para vice-presidente deste Conselho de Administração;
- (ii) Foram eleitos por unanimidade os Srs. **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo SSP/IFP, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para diretor-presidente da Companhia; o Sr. **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e **REGINA MARIA RANGEL FARIAS**, brasileira, solteira, engenheira, titular do documento de identidade no. 04.834.066-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o no. 901.089.907-10, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para diretores da Companhia.
- (iii) Deliberou-se, por fim, por unanimidade convocar assembléia geral extraordinária, caso



109
exigida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para o dia 7 de Novembro de 2007, para eventual ratificação da eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia ocorrida na Assembléia realizada no dia 10 de outubro de 2007, tendo em vista a possível exigência de prévia publicação de declaração de propósito.

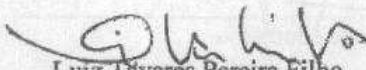
5. VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES

(i) Declaram os membros do Conselho de Administração abaixo assinados que estão cientes de que: Os atos aqui praticados estão condicionados à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP de sua eleição na Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. para integrar o presente Conselho de Administração, bem como à homologação pela SUSEP desta reunião.

6. ENCERRAMENTO:

Nada a mais a ser tratado, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ata.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2007

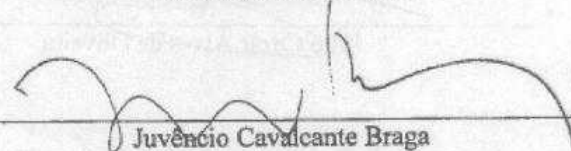

Luiz Távares Pereira Filho
Presidente do Conselho



André Leal Faoro
Secretário


Casimiro Blanco Gómez


Gilberto Duarte de Abreu Filho

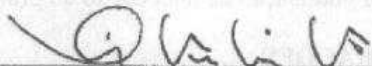

Idacelmo Mendes Vieira


Juvêncio Cavalcante Braga

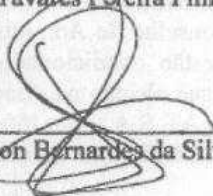

Lauro Magno Agrizzi



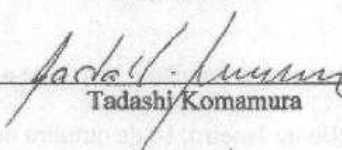
Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007



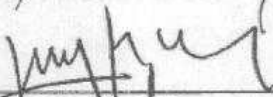
Luiz Tavares Pereira Filho



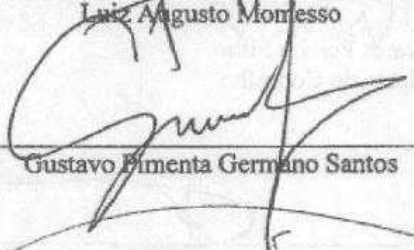
Emerson Bernardes da Silva



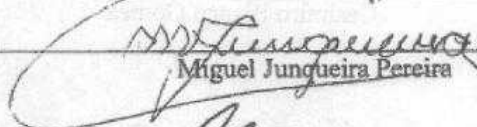
Tadashi Komamura



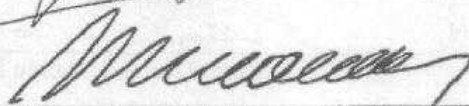
Luiz Augusto Monesso



Gustavo Bimenta Germano Santos



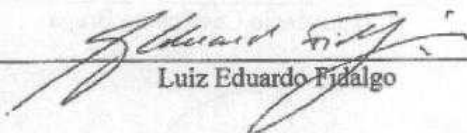
Miguel Junqueira Pereira



Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti



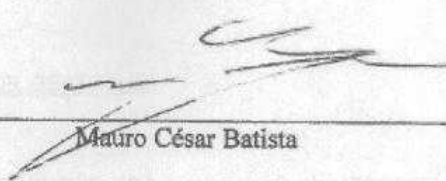
Júlio Cezar Alves de Oliveira

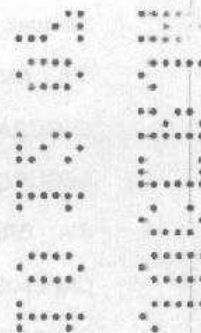


Luiz Eduardo Fidalgo

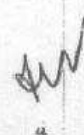


Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007


Mauro César Batista










SUBSTABELECIMENTO

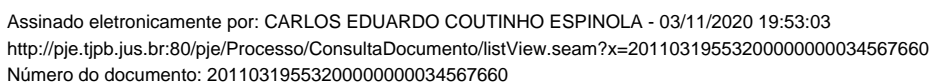
Na qualidade de procurador da Seguradora: ACE SEGURADORA S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS; AUSTRAL SEGURADORA S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESTES SEGUROS S/A; BCS SEGUROS S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; BVA SEGUROS S/A; CAIXA SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; CHARTIS SEGUROS BRASIL S/A; CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS; CIA DE SEGS MINAS BRASIL; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA EXCELSIOR DE SEGUROS; CIA MUTUAL DE SEGUROS; COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA; CONAPP CIA NACIONAL DE SEGUROS; CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; FATOR SEGURADORA S/A; FEDERAL DE SEGUROS S/A; FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A; ICATU SEGUROS S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; ITAÚ SEGUROS S/A; ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA DE CRÉDITO S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; JAVA NORDESTE SEGUROS S/A; MAPFRE NOSSA CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MAPFRE SEGURADORA DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A; MAPFRE VERA CRUZ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MARES MAPFRE RISCOS ESPECIAIS SEGURADORA S/A; MARÍTIMA SEGUROS S/A; MBM SEGURADORA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; PANAMERICANA DE SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; PQ SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; RURAL SEGURADORA S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SANTANDER SEGUROS S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS; TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; UBF SEGUROS S/A; USEBENS SEGUROS S/A; VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS; VIDA SEGURADORA S/A; ZURICH BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA



11/10


Gustavo Corrêa Rodrigues

SELO DE FISCALIZACAO
SPECIAL AGENT
DA AFRECA
MAY 1961
STREET 75



TJPB
VJB01J06

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA
SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS

06/11/2014
12:42:02

117
0

PUBLICACAO - LISTA DE PARTES

Processo: 0000448-23.2014.815.0831

Opcao	Nome	Tipo Stat.	
X	SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ Advogados: 16689_ PB	A	A
-	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT Advogados: _____	R	A
-	Advogados: _____		
-	Advogados: _____		

F3 - RETORNA
PUBLICACAO 1 INCLUIDA COM SUCESSO.

F9 - ENCERRA





- 00972 Processo: 0300648-23.2014.815.0831 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ ADV: POLLYANNO HENRIQUE PEREIRA. Despacho: Intime-se para impugnar a contestação.
- 00973 Processo: 0300449-08.2014.815.0831 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: FRANCISCO DE ASSIS RIBEIRO ADV: POLLYANNO HENRIQUE PEREIRA. Despacho: Intime-se para impugnar a contestação.
- 00974 Processo: 0300669-33.2014.815.0831 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: JOÃO DE WACELDO SILVA ADV: POLLYANNO HENRIQUE PEREIRA. Despacho: Intime-se para impugnar a contestação.
- 00975 Processo: 0300668-41.2009.815.0831 - ALVARA JUDICIAL - LEI AUTOR: MARIANA NEVES DE FARIAS NASCIMENTO ADV: SOLANGE CRISTINA S. DE S. SANTOS. Sentença: Julgo extinto a presente petição sem julgamento do mérito. 267. V. do CPC.
- 00976 Processo: 0300729-13.2014.815.0831 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: FRANGINETTE SOARES DA SILVA ADV: JOSÉ CARLOS NOVAIS DA FONSECA JUNIOR. REU: MARCEL FRANCISCO DA SILVA ADV: FERNANDO FADIN DE SOUZA SANTOS. Sentença: Pedido julgado improcedente.
- 00977 Processo: 0300748-01.2013.815.0831 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: MARIA DE LOURDES SILVA DE OLIVEIRA ADV: WALTER DE MELO. Sentença: Julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito. 267. V. do CPC.
- 00978 Processo: 0301308-33.2012.815.0831 - EMBARGOS A EXECUÇÃO REU: SEVERINO PEREIRA DA SILVA ADV: CLAUDIO GALDINO DA CUNHA. Despacho: Intime-se para embargar, através do seu advogado, para requerer a que se extinga o processo, no prazo de 10 dias.
- 00979 Processo: 0301329-31.2010.815.0831 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: ALCEU MASSA DE CASTRO CALDIERA NETO ADV: ALEXANDRE CAMPOS RUIZ. Despacho: Intime-se para comparecer ao cartório e fim do processo a parte, devendo intimar o réu a requerer para o mesmo fim.

CATOLE DO ROCHA

- 1A. VARA DE CATOLE DO ROCHA NF 140/14 (INTIMAÇÃO ART. 236 DO CPC).
- 00980 Processo: 0301781-31.2012.815.0161 - PROCEDIMENTO ORDINAR REU: TÁLIO DA SILVA ADV: FRANCISCO DE LIMA PINTO. Despacho: Intime-se Audiência de Instrução e Julgamento dia 19/11/2014, pelas 09:30 horas.
- 1A. VARA DE CATOLE DO ROCHA NF 140/14 (Parágrafo 2º do Art.370 do CPP Com redação da Lei 8.701 de 01-06-93).
- 00981 Processo: 0301144-01.2012.815.0161 - AÇÃO PENAL - PROCED. REU: ANTONIO PEDRO DOS SANTOS NETO ADV: JOSE WELTON DE MELO. Despacho: Intime-se Audiência de Instrução e Julgamento dia 19/11/2014, pelas 09:30 horas.
- 00982 Processo: 0301233-31.2010.815.0161 - AÇÃO PENAL - PROCED. REU: ALEXANDRE BENJUVINO DA SILVA ADV: MARCELO SUASSUNA LAUREANO. Despacho: Intime-se Audiência de Instrução e Julgamento dia 19/11/2014, pelas 09:30 horas.

- 1A. VARA DE CATOLE DO ROCHA NF 163/14 (Parágrafo 2º do Art.370 do CPP Com redação da Lei 8.701 de 01-06-93).
- 00993 Processo: 0301743-23.2014.815.0161 - INQUÉRITO POLICIAL INICIADO: DIÓGENES VIEIRA XAVIER ADV: RAYMOND DE LIMA PINTO, VITIMA: LARISSA LARY PULHRA DOS SANTOS. Despacho: Intime-se o réu para comparecer no dia 12 de novembro de 2014, às 08h00 no fórum local para audiência de instrução e julgamento, devendo vir acompanhado de sua testemunha, conforme copia as fls.31.
- 3A. VARA DE CATOLE DO ROCHA NF 140/14 (INTIMAÇÃO ART. 236 DO CPC).
- 00994 Processo: 0300641-12.2014.815.0161 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: MARIA VERA DA COSTA ADV: JESUMAR CRIBNER DELGADO DA COSTA. REU: EDUARDO DANTAS RIBEIRO. Despacho: Intime-se para comparecer a audiência de instrução e julgamento designada para 25/11/2014, às 10h.
- 00995 Processo: 0300330-23.2014.815.0161 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: F. M. S. ADV: GILBERTO BENJAMIN CAVALCANTE. REU: G. R. S. Despacho: Intime-se para comparecer a audiência de instrução e julgamento dia 25/11/2014, às 11h30.
- 00996 Processo: 0301070-42.2014.815.0161 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: MARIA EMILHINA DA SILVA ADV: BARTOLOMEU PEREIRA DA SILVA. REU: INSS INSTITUTO NACIONAL DO SERVIDOR SOCIAL. Despacho: Intime-se para comparecer a audiência de instrução e julgamento dia 11/12/2014, às 08h30.
- 00997 Processo: 0300112-26.2014.815.0161 - ALIMENTOS - LEI ESPE AUTORA: T. S. L. ADV: PAULO JOSE DO NASCIMENTO NETO. REU: A. S. A. L. REU: P. A. P. A. Despacho: Intime-se a parte autora, por seu advogado, para no prazo de 10 dias informar o endereço completo da parte provida.
- 00998 Processo: 0302164-10.2012.815.0161 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: ADELSON DA SILVA O. MARTINS DOS SANTOS ADV: ROBERTO JULIO DA SILVA ARACELI VIEIRA CARNEIRO. REU: MARIA A. JOSE PEREIRA ADV: JOSE HERCILIO MAIA MARCELO SUASSUNA LAUREANO. Despacho: Intime-se para comparecer a audiência de instrução e julgamento dia 25/11/2014, às 08h00.
- 00999 Processo: 0300326-66.2013.815.0161 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: H. G. S. Q. ADV: FLAVIO MARIANO DE SOUZA OLIVEIRA. REU: G. F. S. ADV: FRANCISCO DE LIMA PINTO. Despacho: Intime-se para comparecer a audiência de instrução e julgamento dia 25/11/2014, às 10h30.
- 00990 Processo: 0300602-81.2013.815.0161 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: KALINA L. G. DE SOUSA ADV: ANTONIA MARTA DA SILVA PAIVA. REU: PEDRO DA SILVA. Despacho: Intime-se para comparecer a audiência de instrução e julgamento dia 25/11/2014, às 09h30.
- 00991 Processo: 0300281-45.2013.815.0161 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: FRANCISCA ELETÓFORA DA COSTA ADV: ANTONIO ANZIO NETO MARIA FERREIRA DE SA. REU: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A ADV: CAMILLA EMANUELE LISBOA DA COSTA NELSON WILANS FRATONI RODRIGUES. Despacho: Intime-se para comparecer a audiência de instrução e julgamento dia 13/11/2014, às 08h45.

- 3A. VARA DE CATOLE DO ROCHA NF 140/14 (Parágrafo 2º do Art.370 do CPP Com redação da Lei 8.701 de 01-06-93).
- 00992 Processo: 0301844-62.2014.815.0161 - AÇÃO PENAL - PROCED. REU: ADELSON SILVESTRE DA SILVA ADV: ROBERTO JULIO DA SILVA ARACELI VIEIRA CARNEIRO. REU: JOSE ALENCAR DE SOUSA ADV: FRANCISCO MARTINS NETO. Despacho: Intime-se Audiência de Instrução e Julgamento dia 19/11/2014, pelas 09:30 horas.

CONCEICA

- 1A. VARA DA COMARCA DE CONCEICA NF 187/14 (Parágrafo 2º do Art.370 do CPP Com redação da Lei 8.701 de 01-06-93).
- 00993 Processo: 0300348-80.2014.815.0151 - AÇÃO PENAL - PROCED. REU: JAILSON MIGUEL ADV: BRAZ OLIVEIRA TRAVASSOS QUARTO NETTO. Despacho: Intime-se para Audiência de Instrução e Julgamento dia 20/11/2014, às 08h00 horas.
- 00994 Processo: 0300358-98.2014.815.0151 - AÇÃO PENAL - PROCED. REU: JAILSON MIGUEL ADV: BRAZ OLIVEIRA TRAVASSOS QUARTO NETTO. Despacho: Intime-se para Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 20/11/2014, às 08h30 horas.
- 1A. VARA DA COMARCA DE CONCEICA NF 188/14 (INTIMAÇÃO ART. 236 DO CPC).
- 00995 Processo: 0300364-12.2014.815.0151 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: LUZIA FERREIRA DE LIMA ADV: EMERSON NEVES DE SIQUEIRA. AUTOR: RIVALDO FERREIRA LIMA ADV: EMERSON NEVES DE SIQUEIRA. REU: SUL AMERICA NACIONAL DE SEGURO S/A ADV: NELSON LUIZ NOVEL ALESSANDRI LUIZ REGINA DEFLIPI DIAS LUIZ REGINA DEFLIPI. Despacho: Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento designado para o dia 05 de dezembro de 2014, às 08h30 horas, no fórum local, com os testemunhos independentemente de intimação.

- 1A. VARA DA COMARCA DE CONCEICA NF 189/14 (Parágrafo 2º do Art.370 do CPP Com redação da Lei 8.701 de 01-06-93).
- 00996 Processo: 0301701-10.2012.815.0151 - INQUÉRITO POLICIAL INICIADO: CLEBER MARYLSON DA OLIVEIRA ADV: PEDRO FURTADO DE LACERDA. Despacho: Intime-se para Audiência de Instrução e Julgamento dia 19/11/2014, às 11h00 horas.

COREMAS

- VARA ÚNICA DA COMARCA DE COREMAS NF 172/14 (INTIMAÇÃO ART. 236 DO CPC).
- 00997 Processo: 0300846-85.2012.815.0561 - AVERIGUAÇÃO DE FATER AUTOR: F. J. S. ADV: RONALDO MEDeiros, REU: G. S. A. ADV: JOSE LAESON ANDRADE SILVA. Despacho: Intime-se do exame de uma agnidade para o dia 14/11/2014, às 14h40 horas, no laboratório municipal, nesta cidade.
- 00998 Processo: 0300196-00.2013.815.0561 - AÇÃO PENAL - PROCED. REU: J. E. H. S. ADV: ANTONIO CARLOS DE LIRA CAMPOS. Adv: Ordinatório do exame de DNA a ser realizado no MicroLab na cidade de Coremas/PB, no dia 12/12/2014, às 10h00h.
- VARA ÚNICA DA COMARCA DE COREMAS NF 172/14 (Parágrafo 2º do Art.370 do CPP Com redação da Lei 8.701 de 01-06-93).
- 00999 Processo: 0300223-77.2008.815.0561 - AÇÃO PENAL DE COMPET. INICIADO: JOSE PAULO ARAUJO ADV: EDILSON CESAR SOUZA LOUREIRO, VITIMA: MANOEL DA SILVA. Despacho: Intime-se para apresentar razões de oposição.

CUITE

- 1A. VARA DA COMARCA DE CUITE NF 189/14 (INTIMAÇÃO ART. 236 DO CPC).
- 01000 Processo: 0300372-92.2013.815.0161 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: ANTONIO DANTAS DA SILVA ADV: JAILSON GOMES DE ANDRADE FILHO. Despacho: Intime-se para a realização de pericia designada para o dia 28/11/2014, às 08h00 horas, no CASC, devendo o autor no ato comparecer ao cartório da Vara Mista para receber o ofício de encaminhamento.
- 2A. VARA DA COMARCA DE CUITE NF 189/14 (INTIMAÇÃO ART. 236 DO CPC).
- 01001 Processo: 0301761-04.2010.815.0161 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS AUTOR: L. L. S. ADV: ADRIANA AUGUSTA DE AGUIAR AZEVEDO. Despacho: Intime-se a parte executante para, no prazo de 10 dias, manifestar-se acerca dos documentos do fls. 153/54.
- 01002 Processo: 0301312-72.2014.815.0161 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: HIGOR ROCHA SIMÕES TABU. ADV: FABIO VENANCIO DOS SANTOS. Despacho: Intime-se para comparecer a audiência designada para o dia 05/12/2014, às 09h00 horas, para interrogatório da parte.

ESPERANÇA

- 1A. VARA DE ESPERANÇA NF 172/14 (INTIMAÇÃO ART. 236 DO CPC).
- 01003 Processo: 0300472-81.2013.815.0171 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: IVANILDA DE SOUZA GONCALVES ADV: SEBASTIAO ARAUJO DE MARIA. REU: ARNAZES PARA SA N. CLAUDINO GILDA ADV: GEORGE CAMPOS DOURADO. REU: DCE ADV: TIAGO GURJAO COUTINHO DE AZEVEDO DANIEL ARAUJO CORREIA. Sentença: Processo extinto.
- 01004 Processo: 0301713-37.2013.815.0171 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: JULIO CESAR XAVIER DA SILVA ADV: LUIZAN SANTOS DE ANDRADE. REU: NEON ELETRO. Despacho: Intime-se parte autora, para requerer a que extinga o direito no prazo de 10 dias.
- 01005 Processo: 0300330-18.2013.815.0171 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: MARIA DAS DOHES LILITE CASALDO ADV: PEDRO RODRIGUES MENDES. REU: TIMOR NORTE TELECOMUNICAÇÕES S/A ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA. Despacho: Intime-se para apresentar a petição, a ser provida, em 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o crédito, em favor do credor, ficando autorizada, nas normas do art. 475, do CPC.
- 1A. VARA DE ESPERANÇA NF 172/14 (Parágrafo 2º do Art.370 do CPP Com redação da Lei 8.701 de 01-06-93).
- 01006 Processo: 0300513-31.2014.815.0171 - AÇÃO PENAL DE COMPET. REU: ADRIANO NASCIMENTO DOS SANTOS ADV: JOAO BARBOZA MEIRA JUNIOR. Despacho: Audiência designada para o dia 25/11/2014, às 09h30 h, bem assim para ciência da decisão de indeferimento e pedido de revogação de prisão preventiva.
- 01007 Processo: 0300380-34.2013.815.0171 - AÇÃO PENAL - PROCED. REU: VILALDO DOS SANTOS ADV: ANANDA DO NASCIMENTO MOREIRA. Sentença: Sentença assinalada.

- 2A. VARA DE ESPERANÇA NF 142/14 (INTIMAÇÃO ART. 236 DO CPC).
- 01008 Processo: 0300173-13.2014.815.0171 - DEMARCAÇÃO DIVISÃO AUTOR: ANA CARLA ALMEIDA DA SILVA ADV: ALIPIO BEZERRA DE MELO NETO. AUTOR: ANA PATRICIA DINIZ DA SILVA ADV: ALIPIO BEZERRA DE MELO NETO. Despacho: Intime-se para a realização de pericia, a ser provida, a parte autora o prazo de 10 dias para juntada da Lei Municipal que regulamenta o perímetro urbano.
- 01009 Processo: 0301313-13.2014.815.0171 - DIVÓRCIO LITIGIOSO AUTOR: MARCELA DA SILVA MARTINS LINS ADV: MABEL NUNES ROCHA. REU: CARLOS ALBERTO LINS ADV: JOSE CARLOS NUNES DA SILVA. Despacho: Intime-se para provida sobre a petição em que há o requerimento de prazo, devendo a parte se manifestar em 10 dias.
- 01010 Processo: 0302154-15.2013.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: ADILSON JACINTO DA SILVA ADV: BUNALY VIRGINIA DE MOURA. REU: BANCO FINASA S/A ADV: JOSE EDGARDO DA CUNHA BUENO FILHO. Despacho: Intime-se para, por seu advogado, para a audiência de conciliação para o dia 20 de janeiro de 2015, pelas 08h30 horas, neste fórum local.
- 01011 Processo: 0302244-90.2014.815.0171 - EXECUÇÃO DE TÍTULO AUTOR: JUDIANE MAGALHÃES RAZA DE OLIVEIRA ADV: KATHIANE DELGADO DE ARAUJO CAMARA. AUTOR: CLAUDEIR MAGALHÃES RAZA DE OLIVEIRA. Despacho: Audiência de conciliação designada para o dia 29 de janeiro de 2015, às 09h30 horas, ficando as partes intimadas a comparecerem à audiência sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o crédito, em favor do credor, ficando autorizada, nas normas do art. 475, do CPC.
- 01012 Processo: 0302145-43.2014.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: CHIELSON HANGEL MENDES DE COLOMBO ADV: KATHIANE DELGADO DE ARAUJO CAMARA. REU: TELEMAR NORTE LESTE S/A ADV: WILSON BELCHIOR WILSON SALES BELCHIOR. Despacho: Audiência de conciliação designada para o dia 29 de janeiro de 2015, às 09h30 horas, ficando as partes intimadas a comparecerem à audiência sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o crédito, em favor do credor, ficando autorizada, nas normas do art. 475, do CPC.
- 01013 Processo: 0300603-08.2013.815.0171 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: S. EYTON FARIAS COSTA CHAVES ADV: ANASTASIA D. C. A. DE VASCONCELOS. REU: MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAÇO DA ROÇA ADV: NATHALIA FERREIRA TEÓFILO. Despacho: Intime-se para, por seu advogado, para a audiência designada para o dia 12 de fevereiro de 2015, às 09h00 horas, neste fórum local.
- 01014 Processo: 0303070-40.2013.815.0171 - AÇÃO CIVIL DE IMPROB. AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA REU: LUCIO FLAVIO BEZERRA DE BRITO ADV: JOAO GONCALVES DE AGUIAR. REU: MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAÇO DA ROÇA ADV: NATHALIA FERREIRA TEÓFILO. Despacho: Audiência de Instrução designada para o dia 05 de fevereiro de 2015, às 09h00 horas, neste fórum local.

GUARABIRA

- 2A. VARA DE GUARABIRA NF 144/14 (INTIMAÇÃO ART. 236 DO CPC).
- 01015 Processo: 0300348-80.2014.815.0151 - AVERIGUAÇÃO DE FATER AUTOR: VITOR AMARAL DE MORAIS BELTRÃO. Despacho: Intime-se a parte autora para enviar a nota corrigida o valor dos danos, bem como, para juntar os autos documentais que comprovem a hipossuficiência, inclusive extrato bancário, em 10 dias, sob pena de indeferimento.
- 01018 Processo: 0300348-80.2014.815.0151 - GUARDA AUTOR: J. D. O. ADV: ANTONIO TEOTONIO DE ASSUNÇÃO. AUTOR: S. S. ADV: ANTONIO TEOTONIO DE ASSUNÇÃO. Despacho: Intime-se para a audiência para informar com qual dos requerentes se encontra o menor, qual o grau de parentesco entre Roscilde e a criança, bem como, juntar a declaração de existência de bens, no prazo 10 dias.
- 3A. VARA DE GUARABIRA NF 100/14 (INTIMAÇÃO ART. 236 DO CPC).
- 01017 Processo: 0301053-88.2013.815.0161 - AVERIGUAÇÃO DE FATER REU: JOSE CARLOS COSTA DA SILVA ADV: PAMELA C. DE CASTRO DANIELLY MOREIRA PIRES FERREIRA MARCIA DE LIMA TOSCANO UCHOA. Despacho: Intime-se DESIGNO O DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 09h00 HORAS, PARA TER LUGAR AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.
- 01018 Processo: 0301708-27.2014.815.0161 - INTERDIÇÃO DO BEM AUTOR: ALECIDO DA SILVA ROCHA. REU: FRANCISCO ADV: FRANCISCO BRILHANTE FILHO. Despacho: Intime-se audiência de instrução e julgamento designada para o dia 16/12/2014 às 08h30.
- 01019 Processo: 0303174-58.2014.815.0161 - INTERDIÇÃO AUTOR: SEVERINO FERREIRA DA SILVA ADV: HUMBERTO TROCOLI NETO. Despacho: Intime-se para a apresentação do pedido de tutela provisória por casar o interessado com o interessado, que desig para o dia 29/11/2014, às 09h30h, no fórum local, para ter lugar a audiência de conciliação, instrução e julgamento.
- 01020 Processo: 0303181-34.2014.815.0161 - ALIMENTOS - LEI ESPE AUTORA: G. L. ADV: S. MONNE MAUX DIAS. Despacho: Intime-se DESIGNO O DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2014 ÀS 08h00 HORAS NO FORUM LOCAL PARA TER LUGAR A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.

- 5A. VARA DA COMARCA DE GUARABIRA NF 149/14 (INTIMAÇÃO ART. 236 DO CPC).
- 01021 Processo: 0300362-62.2013.815.0161 - PROCEDIMENTO ORDINAR REU: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DE GUARABIRA, TCA ADV: TONIELLE LUCENA DE MORAIS. Despacho: Intime-se o apelado para apresentar as contrarrazões, no prazo legal.
- 01022 Processo: 0301010-49.2013.815.0161 - EXECUÇÃO DE TÍTULO REU: LUCIANO FURTADO DE INVENYTO RUIRETES CREDITO RUIRETES NAO PADRO ADV: PRISCILA MARTINS CARDOZO DIAS. Sentença: Intime-se o devedor a habilitação de subscritores no prazo de 10 dias, devendo a referida parte ser intimada de Sentença de fls. 42/43 que julga extinta, nos termos do art. 257, III, CPC, sem a devolução dos prazos na pessoa de advogado.
- 01023 Processo: 0301010-49.2013.815.0161 - PROCEDIMENTO ORDINAR REU: RY FRANCISCA S/A ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA, EDUARDO JORGE AZEVEDO, VINICIUS ARAUJO CAVALCANTI MOREIRA. Despacho: Intime-se a parte promovedora sobre petição de fls. 78/79, bem como acerca da origem dos depósitos de fls. 47/48, para que a mesma se manifeste no prazo de 10 dias.
- 01024 Processo: 0300362-62.2013.815.0161 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: G. L. DA TRINDADE MORAES FILHO ADV: MARCIO JOSE ALVES ELISIANE DA COSTA PLACIDINO. Despacho: Intime-se a parte executante para, no prazo de cinco dias, se apresentar sobre os cálculos da condenação judicial.
- 01025 Processo: 0300362-62.2013.815.0161 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: MARIA DA LUZ MACHADO BEZERRA ADV: PAULO WANDERLEY CAMARA. Despacho: Recolha a apelação, nos seus efeitos próprios, visto no apelo não se encontrar, quando, no prazo legal.
- 01026 Processo: 0300348-13.2014.815.0161 - PROCEDIMENTO ORDINAR AUTOR: JOSEFA FERREIRA DA SILVA ADV: CLAUDIO GALDINO DA CUNHA MARCOS EDSON DE AQUINO. REU: MUNICÍPIO DE PILÓZINHO, PB. Despacho: Intime-se as partes para, no prazo de dez dias, manifestarem-se acerca do ofício de fls. 53.



JUNTADA
Junto a estes autos IMPOVENÇÃO
A constituição.

Cacimbe de Dentro, 20 de 11 de 14
[Assinatura]

Técnico(a) Judiciário(a)



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA DA
COMARCA DE CACIMBA DE DENTRO-PB.

Processo nº 0000448-23.2014.815.0831

SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ, devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT, que move em desfavor de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através de sua procuradora signatária apresentar

IMPUGNAÇÃO A CONTESTAÇÃO

pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

I - Breve Histórico do Processo

O Autor propôs Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório em desfavor da Requerida objetivando receber o valor integral restante da indenização pertinente ao seguro DPVTA por invalidez, decorrente ao acidente de trânsito datado em 09/11/2013, onde recebeu apenas R\$ 1.687,50 (Hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Foi deferido ao Autor o benefício da assistência judiciária gratuita.

Após a Requerida foi citada e contestou a presente demanda.

Em síntese, os fatos.

II – DO MÉRITO

a) Dos Documentos Obrigatórios Para a Instrução do Processo

Explana a Requerida sobre os documentos necessários para ingressar com a presente ação, sobre o pretexto de não ter o Autor juntado todos os documentos obrigatórios para o deslinde do feito.



116
2

Ressalta ainda que inexistindo a presença de um destes documentos, a demanda estará prejudicada, não podendo assim o Magistrado averiguar se há impedimentos para o prosseguimento do feito.

Ocorre que o Autor juntou aos autos todos os documentos necessários para ingressar com a presente ação, documentos que comprovam: I) A data do sinistro, para comprovar a não prescrição da cobrança, com o BO; II) O local do acidente, comprovando assim o foro competente para a presente ação, também descrito no BO; III) Prontuários médicos, a fim de comprovar a sua invalidez, bem como o direito de receber o restante do valor do seguro DPVAT; IV) Documentos pessoais, a fim de identificar o acidentado.

Ademais, para propor a presente demanda, bastaria o Autor ter juntado aos autos a simples prova do acidente e do dano decorrente, conforme preceitua o Artigo 5º da Lei nº 6.194/74, o que logrou fazer, requisitos que foram preenchidos, conforme se extrai da ocorrência policial, bem como de todos os demais documentos.

Sendo assim, inconcebível requer a extinção do processo sem julgamento do mérito, sendo a inicial indeferida por falta de documentos indispensáveis, como assim aduz a Requerida, eis que o Autor juntou todos os documentos básicos para ingressar com a presente ação, com exceção apenas do Laudo Médico, sendo que, com o deferimento do pedido inicial para encaminhamento à perícia médica, suprase-á tal lacuna, de acordo com as alterações introduzidas pelo art. 31 da lei 11.945/09.

b) Da incapacidade da parte Autora

Alega a demandada que o valor da indenização para invalidez permanente só é pago à vítima a partir do momento em que foi determinado o caráter definitivo da invalidez e, ainda assim, proporcionalmente ao percentual da incapacidade de que a parte autora é portadora, devidamente comprovado através de rigorosa perícia médica.

Ocorre que de acordo com a Resolução nº 1/75 expedida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, torna-se indispensável para o deslinde da demanda para que assim possa ser constatada a invalidez permanente pela parte autora.

Logo, o autor deverá ser submetido ao Instituto Médico Legal – IML, para que possa realizar a perícia e desta forma comprovar sua invalidez.

c) Invalidez x Debilidade

Ressalta a Requerida em sua contestação que a Lei 6.194/74 prevê cobertura em casos de invalidez, e não debilidade, colacionando julgados que diferenciam uma palavra da outra.



117
6

Entretanto, frisa o Autor que, desprende-se de seus documentos, que possui invalidez, comprovado por documentos médicos acostado em sua inicial, bem como por prontuário médico acostado na inicial, certificando a invalidez deste, restando perfeitamente demonstrado que o caso do Autor não se trata de debilidade e sim de invalidez.

Neste sentido, colaciona-se o julgado que segue:

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE. LEI 11.945/09. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. Em face da Lei 11.945/2009 indispensável a realização de perícia para verificação da invalidez permanente e sua quantificação. No caso dos autos a perícia foi realizada, demonstrando o grau de invalidez da parte autora, assim deve ser aplicada a tabela anexa à lei 11.945/2009 e o percentual de invalidez apontado no laudo pericial. **Desnecessária a distinção entre invalidez e debilidade, visto que o laudo é conclusivo quanto a comprovação invalidez permanente da parte autora.** [...] (TJ-RS, Relator: Gelson Rolim Stocker. Data de Julgamento: 30/05/2012, Quinta Câmara Cível) (grifo nossos)*

d) Casos de invalidez permanente

A demandada em sua contestação demonstra que o valor pago ao autor de R\$ **1.687,50** (Hum mil seiscientos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), na via administrativa, seria o valor correspondente à sequela que o mesmo sofrerá.

Sendo que o autor sofreu sequela permanente, ou seja, não tem mais as condições que tinha outrora, para as atividades que praticava quando não havia sofrido o acidente.

Senão vejamos o que diz o artigo 3º, inciso II das Leis 11.482/07 e 11.945/09, que alteraram o valor da indenização do seguro DPVAT.

O art. 3º, inciso II, traz:

Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II – Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente.”



08/0

e) Dos Juros Legais e da Correção Monetária

Descabida a pretensão da Requerida quanto à correção monetária ser somente o do índice de atualização vigente no mês do ajuizamento da ação, pois adotaram, como posicionamento majoritário em nosso Tribunal, que a correção monetária decorrentes de sinistros, deverão ser corrigidas desde a data do acidente, com base na Súmula 54 do STJ.

III - Dos Pedidos

Diante do exposto requer a Vossa Excelência a total procedência da presente ação para condenar a Requerida ao pagamento do teto máximo do seguro obrigatório do DPVAT, haja vista ter o Autor logrado êxito em comprovar a sua invalidez permanente, tendo a Requerida que pagar a diferença entre o valor já recebido pelo Autor e o devido, qual seja a importância de R\$ **11.812,50** (onze mil oitocentos e doze e cinco reais), devendo ainda ser este valor corrigido.

Ratifica ainda os demais pedidos da exordial.

Nestes termos, pede deferimento.

Cacimba de Dentro, 17 de novembro de 2014.



Pollyanno Henrique Pereira

OAB/PB 16.689



e) Dos tipos legais e de caráter

Conclui-se, portanto, que a análise de dados de Direção

Cocaine de Distro

Technico / Auxiliar





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CACIMBA DE DENTRO

119

Vistos etc.

Nos termos do art. 331 do Código de Processo Civil, designo o dia 22 de 04 de 2015, às 12:40 horas, no Fórum local, para a realização de audiência preliminar. Intimações necessárias.

Cacimba de Dentro (PB), 26 de novembro de 2014


CLARA DE FARIA QUEIROZ
Juíza de Direito em substituição

DATA

Recebido nesta data em
cartório.

Cacimba de Dentro,
26/11/14.



Analista/Técnico Judiciário



TJPB
VJB01J06

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA
SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS

07/04/2015
10:27:34

PUBLICACAO - LISTA DE PARTES

Processo: 0000448-23.2014.815.0831

Opcao	Nome	Tipo	Stat.
X	SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ Advogados: 16689 PB	A	A
X	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT Advogados: 4246 A 015477 PB	R	A
-	Advogados:		
-	Advogados:		

F3 - RETORNA
PUBLICACAO 1 INCLUIDA COM SUCESSO.

F9 - ENCERRA



TJPE
VJBACS1X

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA
SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS

07/04/2015
11:13:58

ry
x

SOLICITAÇÃO DE MANDADOS

Nº Processo: 0000448-23.2014.815.0831

MANDADO nº 001 SOLICITADO COM SUCESSO.

F3 - RETORNA

F9 - ENCERRA





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE CACIMBA DE DENTRO
Rua Capitão Pedro Moreira, s/n, fone 0XX.83.3379-2013

123
10

Cacimba de Dentro, 06 de abril de 2015

Proc. N. 0000448-23.2014.815.0831

Ação: COBRANÇA DE DIFERENÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS

Autor(a): SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT.

CARTA DE INTIMAÇÃO

Prezado Senhor REPRESENTANTE LEGAL DA
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT.

Avenida Senador Dantas, 74, 5º andar, centro, Rio de
Janeiro, CEP 20031-205.

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a)
Dr(a). CLARA DE FARIA QUEIROZ, Juíza de Direito da Comarca de Cacimba de Dentro-Pb,
INTIMO a Vossa Senhoria para comparecer ao fórum local desta comarca, no próximo dia 22-
ABRIL-2015, às 12h:40m, a fim de participar da audiência PRELIMINAR.

Atenciosamente,


GIVALDO DE PONTES
- Analista Judiciário -



JUNTADA

Junto a estes autos o(s) MANDADOIS)
nº 001

que se seguem).

Casimiro de Dentro. 24 de 04 de 15

Técnico(a) / Analista Judiciário





COMARCA DE CACIMBA DE DENTRO

MANDADO 001 - MAND INTIMACAO AUTOR (AUDIENCIA)

PROCESSO: 0000448-23.2014.815.0831 VARA UNICA CACIMBA DENTRO
Classe : PROCEDIMENTO ORDINARIO

AUTOR : SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ
Endereco: R PROJETADA
Bairro : BENJAMIM MARANH Cidade: CACIMBA DE DENT CEP: 58230000
REU : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT e Outros
Endereco: R AV SENADOR DANTAS 74 5º ANDAR
Bairro : CENTRO Cidade: RIO DE JANEIRO CEP: 20031205

O MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA SUPRA MANDA AO OFICIAL DE JUSTICA ABAIXO, QUE, EM CUMPRIMENTO A ESTE, INTIME A PARTE AUTORA, NOME E ENDEREÇO ACIMA, PARA COMPARECER A AUDIENCIA, NO LOCAL, DATA E HORA ABAIXO DESIGNADOS.

COMPLEMENTO/DESPACHO JUDICIAL

INTIME-SE.

LOCAL: FORUM MUNICIPAL - S/1
FORUM MUNICIPAL CEP: 99999999

DIA 22/04/2015 AS 12:40 HORAS
CACIMBA DE DENTRO, 08 de abril de 2015

CHEFE DA CENTRAL DE MANDADOS, POR ORDEM DO MM. JUIZ

OFICIAL: 0614-8 001 08/04/15
O oficial acima devese identificar com sua carteira funcional.

CIENTE: _____

MANDADO SEM GUIA DE DILIGENCIA INFORMADA.

00004482320148150831001




PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CACIMBA DE DENTRO

CERTIDÃO

Certifico, eu, Jucely Siqueira Sales, Oficiala de Justiça Avaliadora, abaixo nominada, que em cumprimento ao mandado expedido pela MM Juíza de Direito em Substituição nesta cidade e Comarca, que DEIXEI DE INTIMAR SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ, em virtude da insuficiência de endereço e maiores informações sobre a parte, que o conjunto Benjamim maranhão possui diversas ruas denominadas "Projetadas", devolvo o mandado ao cartório para as providências legais

O referido é verdade. Dou fé.

Cacimba de Dentro - (PB), 13 de abril de 2015.


Jucely Siqueira Sales
Oficiala de Justiça Avaliadora
Matrícula 476029-8





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE CACIMBA DE DENTRO
VARA ÚNICA

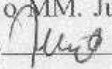
TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº 0000448-23.2014.815.0831

Natureza: Instrução e Julgamento

Data e horário: 22.04.2015 12:40 horas

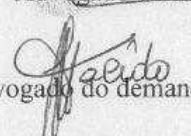
Presentes: O Dr. Rúsio Lima de Melo, Juiz de Direito em Substituição, a parte promovente, o Dr. Pollyanno Henrique Pereira, OAB/PB 16.689, a Dra. Jordana de Pontes Macedo, OAB/PB 18369 e da preposta Caíze Maria de Pontes Matias.

OCORRÊNCIA: Aberta a audiência, a Seguradora Líder requereu a juntada de substabelecimento e carta de preposição, o que foi deferido. Ato contínuo, as partes foram questionadas acerca da possibilidade de acordo, não havendo qualquer composição amigável entre as mesmas. Em seguida, o MM. Juiz encaminhou a parte autora para realização de perícia médica, através de convênio firmado entre o TJPB e a Seguradora Líder, para realização desse tipo de prova. Nada mais havendo a tratar, mandou o MM. Juiz encerrar o presente, que depois de lido e aceito, vai devidamente assinado. Eu, , Viviany Christine Rodrigues da Silva, Técnica Judiciária, digitei-o e assino.

Rúsio Lima de Melo
Juiz de Direito em Substituição


Autor


Advogado do autor


Advogado do demandado


Caíze Maria de Pontes Matias



125
4

SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, substabeleço, com reservas de iguais para mim, na pessoa do Dr. JORDANA DE PONTES MACÊDO, inscrito na OAB/PB 18.369, os poderes que me foram outorgados SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A nos autos da ação de cobrança nº 0000448-23.2014.815.0831 em tramitação no Cartório da VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARIMBA DE DENTRO PB movida por SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ, vedado os poderes para receber intimações.

João Pessoa, 08 de janeiro de 2015.


Suélio Moreira Torres
OAB-PB 16477




126

CARTA DE PREPOSTO

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/001-04, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como **PREPOSTO (A)** CAIZE MARIA DE PONTES MARIAS, brasileira, portadora do CPF n.º 095.088.139-71 podendo a mesma responder nesta qualidade a todos os termos do Processo n.º 0000448-23.2014.815.0831 que tramita na VARA ÚNICA NA COMARCA DE CAJIMBA DE DENTRO/PB.

JOÃO PESSOA-PB, 08 de janeiro de 2015.

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A


Suélio Moreira Torres
OAB-PB 15477



127
Two

PROTOCOLO DE CARGA DE PROCESSO

DADOS DO PROCESSO

Numeração : 0000448-23.2014.815.0831
Classe : PROCEDIMENTO ORDINARIO
Assunto(s): SEGURO
INDENIZACAO POR DANO MATERIAL

Promovente: SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ
Promovido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT

Quantidade de volume(s): Único; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; ()
Volume(s) em carga: () todos; ()
Quantidade total de folhas: 127
Existe(m) objeto(s) (CD/DVD, envelope lacrado, etc.) anexado ao processo?
() sim; () não. Especificar o(s) objeto(s)

Outras observações: _____

ADVOGADO FAVORECIDO COM A CARGA:

Nome: POLLYANNO HENRIQUE PEREIRA

Inscrição na OAB: 016689PB

Telefone(s): celular: _____ fixo: _____

Advogado de () autor () réu () vítima () litisconsorte () outro

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA CARGA:

Matricula n°: 4767390 - TJEAR21 - [XX]

RECIBO

Recebi nesta data os autos acima especificados.

Em: 21/05/2015




(assinatura do recebedor)

Observações: _____

DEVOLUÇÃO

Recebi nesta data os autos acima especificados.

Em: 01/06/15

Nome/Assinatura do servidor: 

Matricula n°: _____

Observações : _____



PROCESSO Nº 0000 948-23.2014.815.0831

126/2

AVALIAÇÃO MÉDICA

PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

Distribuído em

04/06/2014

(Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/194)

PERITO _____

BANCA _____

☒ Manhã ☐ Tarde

Nome completo:

Sebastião Salvinio da Cruz

CPF: _____

Endereço completo:

Rua: Projeto cong. Benjamin Maranhão

Informações do acidente

Local:

lavinha de dentro

Data do Acidente:

15/06/2013

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº _____, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura

como autor e que tramita na _____ Vara Cível ou JEC da Comarca de lavinha de dentro

João Pessoa/PB, 27/05/2015.

Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?



Sim



Não



Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

MIE (membro inferior esquerdo).

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporariamente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Fratura do acetábulo Esq - 1º conservador.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?



Sim



Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):



IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

41B.

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Dr. Claudio Camp, limitação do flexão quadril
grauo muscular com E. (MIL)

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação de(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1º Lesão

MIL

☐ 10% Residual

☐ 25% Leve

☒ 50% Média

☐ 75% Intensa

2º Lesão

☐ 10% Residual

☐ 25% Leve

☐ 50% Média

☐ 75% Intensa

3º Lesão

☐ 10% Residual

☐ 25% Leve

☐ 50% Média

☐ 75% Intensa

4º Lesão

☐ 10% Residual

☐ 25% Leve

☐ 50% Média

☐ 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Local e data da realização do exame médico:

Joaquim Pessoa, 27 PS 2015

Assinatura do médico – CRM

Dr. Douglas Teixeira
Traumatologista
CRM 5236/PB

Dr. Thiago Dutra Vilar
Médico
CRM 52.95276-1

CNIS



129



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos
I MUTIRÃO DPVAT – JOÃO PESSOA / 2015

Banca: 11

Processo nº: 0000448-23.2014.815.0831

Vara de Origem: VARA CÍVEL ÚNICA DA CORMACA DE CACIMBA DE DENTRO - PB

Requerente: SEBASTIAO SALVINO DA CRUZ

Advogado: POLLYANNO HENRIQUE PEREIRA OAB: 16.689 PB

Requerida: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

CNPJ nº 09.248.608/0001-04.

Preposto da Seguradora:

SUELIO MOREIRA TORRES CPF: 052.236.464-01

FERNANDA CIBELLE A. DA SILVA CPF: 023.974.344-07

NICKOLAS RUSSELL DE PINHO ALVES CPF: 082.579.164-20

MAURÍLIO RODRIGUES DE MEDEIROS JÚNIOR CPF: 011.000.364-07

MARIO RENATO PILAR DE A. FILHO CPF 063.178.574-40

ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS CPF: 088.289.997-05

Advogado da Seguradora: JOSÉ ATTOS OURIQUES DE MELO - OAB 20.352-PB

Valor Total do acordo: R\$ 3.341,25 (Três mil e trezentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos)

Valor da parte requerente: R\$ 3.037,50 (Três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

Valor dos honorários do advogado: R\$ 303,75 (Trezentos e três reais e setenta e cinco centavos)

As partes acima identificadas, todos representados neste momento por seus advogados ao final assinados, declaram, ratificam e firmam neste TERMO DE ACORDO, TRANSAÇÃO, PAGAMENTO E QUITAÇÃO, em caráter irrevogável e irretratável, têm justo e reciprocamente aceito e fixado o seguinte:

Com o objetivo de dar fim à Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT acima identificada, relativa à indenização decorrente de acidente de trânsito, em trâmite perante o Juízo apontado neste termo, proposta pelo Autor em face da Ré, as partes, por mútua e recíproca vontade, resolvem compor-se amigavelmente, estipulando, de comum acordo:

I. O pagamento da quantia total do acordo (principal + honorários) será efetuado através de um único cheque administrativo emitido em nome da parte autora da ação;

II. Pelo presente termo, fica acordado que a SEGURADORA pagará à parte autora a quantia total para a quitação integral de todos os pedidos deduzidos na exordial, sendo que, do mencionado valor, serão pagos, a título de principal, verba esta que corresponde ao pedido da parte autora, já devidamente acrescida de correção monetária, juros de mora e demais obrigações pecuniárias e acessórias, e a quantia relativa ao pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência;

III. O pagamento será realizado no prazo máximo de 45 dias úteis a contar da sentença homologatória.

IV- Fica definido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a parte requerente fazer juntar aos autos a procuração pública, sob pena de tornar sem efeito este acordo, e consequente não pagamento do valor acordado.

O montante transacionado e ora discriminado no item anterior, corresponde ao valor principal, honorários advocatícios, acréscimos legais e acessórios, a título de pagamento único, amplo, final e total, pertinente a todos e quaisquer direitos e valores correspondentes à ação supracitada.

Devem os patronos da causa, quando dos recebimentos dos valores aqui acordados, procederem com o repasse nos exatos termos das quantias estabelecidas neste termo, sob pena de incidência do crime de apropriação indébita, conforme art. 168, § 1º, III, do Código Penal, sem prejuízo a infração



disciplinar disposta no art. 34, XXI da Lei nº. 8.906/94.

É de se ressaltar que a transação realizada nos autos do processo em epígrafe não gera qualquer tipo de precedente, não obrigando a Ré ou qualquer Seguradora integrante do "Consórcio DPVAT", a celebrar acordo em processos judiciais similares ao ora tratado.

Fica pactuado ainda, entre as partes, que o percentual de 50% (cinquenta por cento) das custas do processo será pago pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar desta data.

Os 50% (cinquenta por cento) restantes serão pagos pela parte autora, caso não seja beneficiária da Justiça Gratuita, nos termos do art. 12, da Lei nº 1060/50.

Quando do pagamento e recebimento discriminado, como por força deste TERMO DE ACORDO, TRANSAÇÃO, PAGAMENTO E QUITAÇÃO, o (a) Autor (a) dará à Ré a mais ampla, plena, rasa, total, geral, irrevogável e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, seja a que título for, em Juízo ou fora dele, sob qualquer fundamento e alegação, valores oriundos do acidente automobilístico descrito na inicial, tendo sido vitimado o promovente citado na inicial, relativo à indenização por invalidez, correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos.

Sem prejuízo do exposto, em apreço ao Princípio da Eventualidade, requer ainda a Ré:

- o desbloqueio de contas caso tenham sido bloqueadas on-line;
- a baixa de eventual penhora, no caso de bens já penhorados;
- recolhimento do mandado de penhora e intimação de execução, caso já tenham sido expedidas por este d. Juízo.

Assim sendo, e estando as partes ajustadas e acordadas, sem nenhuma ressalva e oposição, ratificam o inteiro teor deste TERMO DE ACORDO, TRANSAÇÃO, PAGAMENTO E QUITAÇÃO, valendo para todos os efeitos legais, inclusive com relação ao encerramento definitivo e respectiva baixa da ação acima referida, fazendo coisa julgada.

Termos em que pede deferimento.

Conciliador (a): *JOÃO PESSOA MARIZ MAIA PITANGA*

Parte Autora:

Seguradora:

Advogado:

Advogado:

HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL (Mutirão de DPVAT)

Homologo, por **SENTENÇA**, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo supra, extinguindo o processo com resolução do mérito e assim o faço com fulcro no art. 269, III, do Código de Processo Civil.

Homologo ainda a renúncia do prazo recursal requerida pelas partes.

Se houver necessidade, expeçam-se os devidos alvarás.

Partes de logo intimadas. Publicada neste ato. Registre-se.

Comprovado o pagamento das custas processuais, archive-se com a devida baixa.

João Pessoa, 27 de maio de 2015.

Magistrados

Juiz Bruno César de Azevedo Isidro

Juiza Erica Tatiana Soares Amaral Freitas

Juiz Fábio Leandro de Alencar Cunha

Juiz Sivanildo Torres Ferreira

Juiza Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga

Juiza Maria das Graças Fernandes Duarte



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA DA
COMARCA DE CACIMBA DE DENTRO-PB.**

RECEBIDO

Recebidos nesta data em Cartório

Cacimba de Dentro, 02 de 06 de 15

Técnico(a) / Analista Judiciário

Processo nº 0000448-23.2014.815.0831

SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ, devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT**, que move em desfavor de **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, vem respeitcsamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador signatário apresentar para em seguida requerer:

No 1º Mutirão DPVAT –João Pessoa ano 2015, o requerente participou e ocorreu uma composição amigável com Seguradora Lider.

Ocorre que, como o requerente não é alfabetizado, ficou condicionado que para o acordo ter validade deveria ser apresentada procuração pública nos autos. Logo, segue em anexo documento comprobatório.

Nestes termos, pede deferimento.

Cacimba de Dentro, 01 de junho de 2015.



Pollyanno Henrique Pereira

OAB/PB 16.689





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

131

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE CACIMBA DE DENTRO

COMARCA DE CACIMBA DE DENTRO

SERVIÇO REGISTRAL E NOTARIAL "GOMES DE SOUZA"

Genivaldo Gomes de Souza - Oficial Titular - Geovânia Oliveira de Alcântara e Souza - Substituta

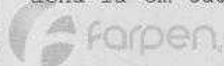
Aldrina Magda Gomes de Sousa Silva - Escrevente

Livro: 54

Folha: 132-f

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ(EM): **SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ**, na forma abaixo

S A I B A M, os quantos este público instrumento de procuração bastante virem ao(s) dois (02) dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Cacimba de Dentro, Comarca de Cacimba de Dentro, Estado da Paraíba, neste Serviço Notarial e Registral perante mim escrevente e que este compareceu como outorgante) **SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG. nº 3.093.176 - SSP/PB, CPF. nº 081.860.004-70, residente e domiciliado no Conjunto Benjamim Gomes Maranhão, cidade de Cacimba de Dentro-PB. E, pelo(s) outorgante(s) m e foi dito que por este público instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia(m) e constitui(em) como bastante procurador: DR. **POLLYANNO HENRIQUE PEREIRA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB nº 16.689-PB com escritório estabelecido na Rua Benjamin Gomes Maranhão, nesta cidade de Cacimba de Dentro-PB. CONFERE AMPLOS E ILIMITADOS PODERES PARA O FORO EM GERAL, COM A CLÁUSULA "AD-JUDICIA" A FIM DE QUE POSSA DEFENDER OS INTERESSES E DIREITOS DO OUTORGANTE PERANTE QUALQUER JUÍZO, INSTÂNCIA OU TRIBUNAL, INCLUSIVE REQUERER OS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, DE CONFORMIDADE COM LEI Nº 1.060/50, EM REPARTIÇÃO PÚBLICA AUTARQUIA OU ENTIDADE PARA-ESTATAL, PROPONDO AÇÃO COMPETENTE EM QUE A OUTORGANTE SEJA AUTOR, E DEFENDENDO-O QUANDO FOR RÉU, INTERESSADO OU REQUERIDO PODENDO RECLAMAR, CONCILIAR, DESISTIR, TRANSIGIR, FAZER ACORDO, RECORRER, RECEBER E EFETUAR SAQUES DE DEPÓSITOS ORIUNDOS DE PAGAMENTOS DE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (RPV) EFETUANDOS POR DETERMINAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL, PODENDO ASSINAR RECIBOS CHEQUES E DAR QUITAÇÃO, CONFESSAR, FIRMAR COMPROMISSO, PRESTAR DECLARAÇÕES, RECEBER CITAÇÃO, RETER VALORES CONTRATOS DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, BEM COMO SUBTABELAR A PRESENTE, COM OU SEM RESERVAS DE PODERES, SE ASSIM LHE CONVIER, E PRATICANDO TODOS OS ATOS NECESSÁRIOS PARA O BOM E FIEL DESEMPENHO DESTES MANDATO, DANDO POR BOM, FIRME E VALIOSA, com esta se apresentar onde mais for necessário, podendo tudo resolver, requerer, recorrer, ajustar, praticar, juntar, desentranhar, retirar, apresentar e assinar documentos exigidos, formular requerimentos, petições, receber certidões, assinar protocolos, pagar taxas, impostos, emolumentos, efetuar pagamentos e recebimentos, receber quantias, dar e aceitar quitações, firmar e assinar recibos, contratos, instrumentos públicos ou particulares, assinar livros públicos, combinando cláusulas e condições; e ainda nomear e constituir advogados para o foro em geral, com cláusulas ad-judicia e ad-negotia, para defender os direitos e interesses do OUTORGANTE perante qualquer juízo, tribunal ou instância, repartição pública acordar, concordar, desistir, transigir, firmar compromissos, receber citação e/ou intimação, solicitar audiências; enfim tudo mais praticar para fiel e cabal desempenho do presente mandato, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes. Assim o disse do que dou fé, e me pediu este instrumento, o qual feito lhe li em voz alta e clara, por achá-la em tudo conforme, aceitou, outorgou e assina. à rogo dele por ser



VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Nº 822365 A



analfabeto Sheila Cristina Paulino Gomes brasileira, solteira, autônoma, residente nesta cidade. Testemunha dispensadas conforme Provimento nº 03/87- da Corregedoria Geral da Justiça do Estado da Paraíba nos termos do art 1º e publicado no Diário Oficial da Justiça do Estado. Custa 39.90; Farpem 4.21 e 1.39 FEPJ. Eu Genivaldo Gomes de Souza, Titular do Aos (18) dias do mês de fevereiro de dois mil e treze ° ofício, a fiz lavra. Dou Fe subscrevo e assino em publico e raso que uso. Aos dois (02) do Mês de junho do ano de dois mil e quinze (2015). ° Justo DA VERDADE.

Genivaldo Gomes de Souza Titular.

Aldrina Magda G. de Sousa Silva
Escrevente Autorizada

SELO DIGITAL
ABJ72789-BWAK
Consulte Autenticidade em:
<http://selodigital.tjpb-jus.br>

DATA

Recebidos nesta data em Cartório

Cacimba de Dentro 01/06/15

[Assinatura]
Técnico (Auxiliar)

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO



132
20

Judiciário do Estado da Paraíba		Via Processo	Data de Emissão 05/05/2015
Pagamento de Custas e Taxas			Data de Vencimento 05/06/2015
2, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98			
Nº do Processo 0000448-23.2014.815.0831	Nº da Guia 083.2015.600051	Conta FEPJA 1618-7/228.039-6	
Despesas - Diligências / Despesas Postais INTO ORDINARIO - CIVEL - 7 NO DA CRUSZ; ER DOS CONSORCIOS DPVAT; <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> Com AR R\$ 0,00 </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> R\$ 5,00 </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> R\$ 5,00 </div>		Custas Judiciais (R\$) 0,00	
		Taxa Judiciária (R\$) 0,00	
		Despesas Postais (R\$) 5,00	
		Despesas com Mandados (R\$) 0,00	
		Tarifa Bancária (R\$) 1,35	
		Valor Total (R\$) 6,35	
		Instruções Pagar nas agências do Banco do Brasil ou Correspondentes Bancários.	

Protocolo: P000016150831

Data: 05/05/2015 Hora: 09:57:19

Tipo: PETICAO (OUTRAS)

Processo: 0000448-23.2014.815.0831

Status: ATIVO

Assinatura: SMT

Comarca: JOAZEIRO DE DENRO

Via: VARA UNICA DE PAGAMENTO

Causa: PROCEDIMENTO ORDINARIO

Assunto: SEGURO

Partes/Peticionarios:

SEGURADORA: CONSORCIOS DPVAT

Guia: 083.2015.600051

JUNTADA

Junto a estas duas

Petição

seu signatário.

Carteira de Direito, 09 de 06 de 15

Tribunal de Justiça



133
C

1366112 - C1 / 2014-13035 - INV

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
João Martins
Rafaela Barbosa
Joselaine Maura
Fernando Barbosa
Carlos Eduardo
Amanda Maia

Cristina Ferreira
Evelyn Castillo
Isabel Chagas
Noemia Teixeira
Taisa Silva
Roberto Costa
Tiago Leão

Osmar Aquino
Rodrigo Almeida
Paulo Silva
Walter Araújo
Eduardo Dias
Tamires Farias

Raphael Neves
Cristiane Silva
Gabrielle Serrano
André Silva
Juliana Cruz
Adriana Moura
Renan Farias

Assistentes jurídicos
Breno Azambuja
Kellen Drummond
Lohan Mota
Michael Cunha
Rita Nogueira
Roberta Oliveira

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE
CACIMBA DE DENTRO/PB

Processo n. 0000448-23.2014.815.0831

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT, previamente qualificada nos autos do processo em
epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta
subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que
lhe promove **SEBASTIAO SALVINO DA CRUZ**, em trâmite perante este
Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à
presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada
da inclusa guia com fito de pagamento dos honorários do perito
nomeado pelo Juízo.

Por derradeiro, requer seja observado o nome do advogado, João
Alves Barbosa Filho, OAB/PB 4246-A para efeito de intimações
futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

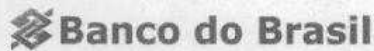
Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Cacimba de Dentro, 04 de MAIO de 2015.

João Barbosa
OAB/PB 4246 - A

SUELIO MOREIRA TORRES
OAB/PB 15477



134
[assinatura]

DJO - Depósito Judicial C

Nº DA PARCELA 0		DATA DO DEPÓSITO 30-04-2015	AGÊNCIA (PREF/DV) 1618-7	Nº DA CONTA JUDICIAL 400133248832
DATA DA GUIA 30-04-2015	Nº DA GUIA 10749761	NÚMERO DO PROCESSO 0000448-23.2014.8.15.0831	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL	
COMARCA CACIMBA DE DENTRO		ORGÃO/VARA VR UNICA COM CACIMBA DENT	TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA	DEPOSITANTE REU
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER		VALOR DO DEPÓSITO 200,00		TIPO PESSOA JURÍDICA
NOME DO AUTOR/IMPETRANTE SEBASTIAO SALVINO DA CRUZ		CPF/CNPJ 09.248.608/000		TIPO PESSOA FÍSICA
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA FC97AF3FE0D64994		CPF/CNPJ 081.860.004-70		



135
C

SUBSTABELECIMENTO

PEDRO HENRIQUE BANDEIRA SOUSA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob Nº 155.834, **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob Nº 140.522, **MARCELO RIBEIRO CÔCO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob Nº 99.771 e **JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob Nº 144.919, substabelecem, com reservas de iguais, na pessoa de **SUÉLIO MOREIRA TORRES**, inscrito na OAB/PB sob o Nº 15.477, com escritório a Avenida João Machado Nº 553, Sala 111 – 1º Andar, Edf. Plaza Center, Centro - João Pessoa/PB – CEP: 58013-520 os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT.

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2015

PEDRO HENRIQUE BANDEIRA SOUSA

OAB/RJ 155.834

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS

OAB/RJ 144.819

JOSELAINE M. DE S. FIGUEIREDO

OAB/RJ 140.522

MARCELO RIBEIRO CÔCO

OAB/RJ Nº 99.771





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE nº 4.246; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819, CPF 098.884.617-96; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, solteira, OAB/RJ 140.522, CPF 071.463.857-95; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, solteiro, OAB/RJ 152.629, CPF 089.027.257-31; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681, CPF de número 010.766.304-05. Escritório situado a Rua São José, 90, grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro, RJ- CEP 20.010-020, tel.: (21) 3265-5600. TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/A, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a



R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205
Tel 21 3861-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2014

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança a firma de MARCELO DAVOLI LOPES
(X0000000389)

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014. Conf. por:
Em testemunho _____ da verdade.

Geovani Alves Cunha - Aut.

ERCM-57192 UFL Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/silepublico>

Servente	36% TUF
Total	36% TUF
Geovani Alves Cunha	
Escritor	
CTPS nº 84919	
Série 150 RJ	
Art. 20 § 3º Lei 8.935/94	

OFÍCIO DE NOTAS - RJ

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança a firma de JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON
(X0000000389)

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014. Conf. por:
Em testemunho _____ da verdade.

Geovani Alves Cunha - Aut.

ERCM-57194 BOV Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/silepublico>

Servente	36% TUF
Total	36% TUF
Geovani Alves Cunha	
Escritor	
CTPS nº 84919	
Série 150 RJ	
Art. 20 § 3º Lei 8.935/94	

OFÍCIO DE NOTAS - RJ

CERTIDÃO

Certifico que a SENTENÇA de fls. 129
foi REGISTRADA sob nº 75/2015, des.
fls. 151, do Livro nº 001/2015, Des. J.
Cacimba de Dentro, 12 de 06 de 15

JUNTADA

Junto a estes autos (a) / Analista Judiciária
Petição

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar a floresta (m).
Cacimba de Dentro, 17 de 08 de 15



R.H.
13/08/15
[assinatura]

137
[assinatura]

1366112 - 1 / 2014-13035 / INV

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
João Martins
Rafaela Barbosa
Joselaine Maura
Fernando Barbosa
Adriana Moura
Amanda Maia

Caroline Mancano
Cristiane Fias
Cristina Ferreira
Diego Silva
Elisama Silva
Evelyn Castillo
Felipe Carvalho

Isabel Chagas
Jessica Correa
Marcos Carmo
Noemia Teixeira
Osmar Aquino
Paloma Oliveira
Paula Silva

Roberto Costa
Taísa Silva
Tamires Farias
Tiago Leão
Walter Araújo

Assistentes jurídicos
Breno Azambuja
Carlos Eduardo
Kellen Drummond
Lohan Mota
Michael Cunha
Rita Nogueira
Roberto Oliveira

**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CACIMBA DE DENTRO / PB**

Processo n. 4482320148150831

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, no autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, que lhe promove **SEBASTIAO SALVINO DA CRUZ**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respetivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V.Exa., **requerer a juntada do Recibo de Pagamento no valor de R\$ 3.341,25.**

Por derradeiro, requer, ainda a ré que seja observado exclusivamente o nome do advogado João Barbosa Alves Filho, OAB/PB 4246-A, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termo em que,
Pede Juntada.

Cacimba de Dentro, 3 de julho de 2015.

JOÃO BARBOSA

OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES

OAB/PB 15477

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joao-barbosaadvass.com.br



138
C

RECIBO DE PAGAMENTO JUDICIAL

C1/2014-13035/INV

Juízo : Unica Vara-Cível da Comarca de CACIMBA DE DENTRO/PB

Processo nº : 4482320148150831

Autor(es) : SEBASTIAO SALVINO DA CRUZ

Réu(s) : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Vítima(s) : SEBASTIAO SALVINO DA CRUZ

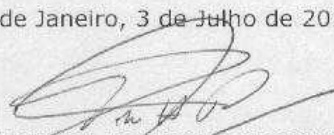
Nº Sinistro : 2014/836568/01

Valor Total : R\$ 3.341,25 (Tres mil e trezentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos)

Recebi da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, o(s) cheque(s) de n.º , 145943, da conta corrente n.º , 6440002, da agência de n.º , 1769, no valor individual de \$ 3.341,25 (Tres mil e trezentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos), referente à Acordo realizado no processo em epígrafe, tendo como Autora(es) SEBASTIAO SALVINO DA CRUZ portadora(es) do(s) R.G.(s) de n.º 3093176, e inscrito(s) no CPF/MF de n.º 081.860.004-70 e a Ré sendo SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Com o pagamento ora realizado, a (os) Autora (es) SEBASTIAO SALVINO DA CRUZ, através de seu advogado, Drº. POLLYANNO HENRIQUE PEREIRA, que subscreve a presente, dá plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado, seja em Juízo ou fora dele.

Rio de Janeiro, 3 de Julho de 2015


POLLYANNO HENRIQUE PEREIRA
OAB/16689 - PB



JUNTADA

Junto a estes autos

Petição

que segue(m).

Cacimba de Dentro

17 de 08 de 15

P
Técnico(a) / Analista Judiciário



RH.
04.08.15
Am
140
@**JOÃO BARBOSA Advogados Associados**João Barbosa
João Martins
Rafaela Barbosa
Joselene Maura
Fernando Barbosa
Carlos Eduardo
Amanda MaiaCristina Ferreira
Evelyn Castilho
Isabel Chagas
Naemia Teixeira
Taísa Silva
Roberto Costa
Tiago LeãoOsmar Aquino
Rodrigo Almeida
Paulo Silva
Walter Araújo
Eduardo Dias
Tamires FariasRaphael Neves
Cristiane Silva
Gabrielle Serrano
André Silva
Juliana Cruz
Adriana Moura
Renan FariasAssistentes Jurídicos
Breno Azambuja
Kellen Drummond
Lohan Mata
Michael Cunha
Rita Nogueira
Roberta OliveiraEXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CACIMBA DE DENTRO / PB

Processo n. 4482320148150831

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, que lhe promove SEBASTIAO SALVINO DA CRUZ, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer a juntada da inclusa guia de recolhimento de custas finais no valor de R\$ 126,39 (Cento e Vinte e Seis reais e Trinta e Nove centavos).

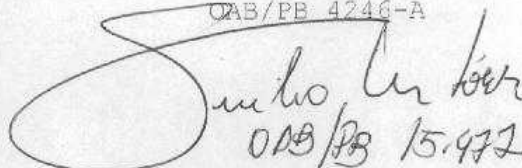
Por fim, diante do cumprimento da obrigação e da satisfação do credor, requer a baixa do processo no cartório distribuidor, e o subsequente arquivamento dos autos.

Termo em que,
Pede Juntada.

CACIMBA DE DENTRO, 15 de julho de 2015.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

OAB/PB 4246-A


OAB/PB 15.472

141/2

1366112

Estado da Paraíba		Vencimento
05/05/2015 - BANCO DO BRASIL - 10:00:12 491213368	as 88/98	05/06/2015
Com COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA	Guia nº	28/05/2015
8-23.2014.815.0831 200.2015.372057-4		1618-7/228035-6
Convenio TRIBUNAL DE JUSTICA-PB Código de Barras 6660000001-4 26390926310-0 52015060520-9 02015372057-8 Data do pagamento 05/06/2015 Valor em Dinheiro 126,39 Valor em Cheque 0,00 Valor Total 126,39 NR. AUTENTICAÇÃO 5.E0F,27C,44D,D1A.AFB		Custas Judiciais 25,06 Diligências 99,99 Tarifa Bancária 0,00 Total 1,35 126,39

P/ BANCO DO BRASIL S/A ATÉ A DATA DO VENCIMENTO.
O NÃO PAGAMENTO DA GUIA ATÉ A DATA DO SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.

Poder Judiciário do Estado da Paraíba		Vencimento
Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		05/06/2015
Comarca	Processo	Guia nº
JOAO PESSOA	0000448-23.2014.815.0831	200.2015.372057-4
CUSTAS PREVIAS A FINAL PROCEDIMENTO ORDINAR - 11.812,50		1618-7/228035-6
		Custas Judiciais 25,06 Diligências 99,98 Tarifa Bancária 0,00 Total 1,35 126,39

PAGÁVEL APENAS NOS CAIXAS DAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S/A ATÉ A DATA DO VENCIMENTO.
O NÃO PAGAMENTO DA GUIA ATÉ A DATA DO SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.

Poder Judiciário do Estado da Paraíba		Vencimento
Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		05/06/2015
Comarca	Processo	Guia nº
JOAO PESSOA	0000448-23.2014.815.0831	200.2015.372057-4
CUSTAS PREVIAS A FINAL PROCEDIMENTO ORDINAR - 11.812,50		1618-7/228035-6
		Custas Judiciais 25,06 Diligências 99,98 Tarifa Bancária 0,00 Total 1,35 125,39

PAGÁVEL APENAS NOS CAIXAS DAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S/A ATÉ A DATA DO VENCIMENTO.
O NÃO PAGAMENTO DA GUIA ATÉ A DATA DO SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.



142
C

SUBSTABELECIMENTO

PEDRO HENRIQUE BANDEIRA SOUSA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob Nº 155.834, **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob Nº 140.522, **MARCELO RIBEIRO CÔCO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob Nº 99.771 e **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob Nº 144.919, substabelecem, com reservas de iguais, na pessoa de **SUÉLIO MOREIRA TORRES**, inscrito na OAB/PB sob o Nº 15.477, com escritório a Avenida João Machado Nº 553, Sala 111 – 1º Andar, Edif. Plaza Center, Centro - João Pessoa/PB – CEP: 58013-520 os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT.

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2015

PEDRO HENRIQUE BANDEIRA SOUSA

OAB/RJ 155.834


JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS

OAB/RJ 144.819

JOSELAINÉ M. DE S. FIGUEIREDO

OAB/RJ 140.522

MARCELO RIBEIRO CÔCO

OAB/RJ Nº 99.771





143
2

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE nº 4.246; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819, CPF 098.884.617-96; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, solteira, OAB/RJ 140.522, CPF 071.463.857-95; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, solteiro, OAB/RJ 152.629, CPF 089.027.257-31; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681, CPF de número 010.766.304-05. Escritório situado a Rua São José, 90, grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro, RJ- CEP 20.010-020, tel.: (21) 3265-5600. TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/A, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a



R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205
Tel 21 3861-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2014

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança a firma de MARCELO DAVOLI LOPES
(X000000038A)

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014. Conf. por:
Em testemunho _____ da verdade.

Geovani Alves Cunha - Aut.
EACH-57192 UFL Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/site/publico>



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança a firma de JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON
(X000000038B)

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014. Conf. por:
Em testemunho _____ da verdade.

Geovani Alves Cunha - Aut.
EACH-57194 BOV Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/site/publico>



Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder - DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Protocolo: P000074150831
Data: 16/07/2015 Hora: 15:02:32
Tipo: PETICAO (OUTRAS)
Processo: 0000448-23.2014.815.0831
Status: ATIVO
Justiça Gratuita: SIM
Comarca: CACIMBA DE DENTRO
Vara: VARA UNICA CACIMBA DENTRO
Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO
Assunto: SEGURO
Parte(s) Peticionante(s):
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT
Guia: 832015600433

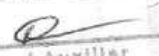
144
2

		Poder Judiciário do Estado da Paraíba		Via Processo	Data de Emissão
		Guia de Recolhimento de Custas e Taxas			Data de Vencimento
		Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98			
Comarca	Nº do Processo	Nº da Guia		Conta FEPJA	
Cacimba de Dentro	0000448-23.2014.815.0831	083.2015.600133		1618-7/228.039	
Histórico				Custas Judiciais (R\$)	
Tipo de Guia: Guia de Custas Ocasionalis - Diligências / Despesas Postais				Taxa Judiciária (R\$)	
Classe Processual: PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7				Despesas Postais (R\$)	
Promovente: SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ				Despesas com (R\$)	
Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT				Tarifa Bancária (R\$)	
Valor da Causa:		R\$	0,00		
Postais	Com AR	R\$	5,00		
Despesas Processuais:		R\$	5,00		
Observação: A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia.					
Instruções				Valor Total (R\$)	
Pagar nas agências do Banco do Brasil ou Correspondentes Bancários.					

www.pagfacil.com

pagfacil.com



TERMO DE ARQUIVAMENTO
Por determinação do Exmo Dr. Juiz desta
Comarca, nesta data, arquivo os presentes
Fols. 129v
Cacimba de Dentro, 17 de 08 de 15

Técnico / Auxiliar





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CACIMBA DE DENTRO/PB

Processo: 4482320148150831

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SEBASTIAO SALVINO DA CRUZ**, em trâmite perante este Douto Juízo, requerer o **DESARQUIVAMENTO DOS AUTOS**, tendo em vista a necessidade imperiosa de obtenção de cópias, possibilitando ao patrono da Ré para prestação de contas com maior clareza e transparência.

Por fim, após atendido o pedido de desarquivamento dos autos, requer seja intimada a ré, através de decisão publicada em diário oficial no nome do **2014-13035, OAB/PB 15477** para ciência e devidas providencias que entender cabíveis.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CACIMBA DE DENTRO, 15 de julho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A



SUELIO MOREIRA TORRES
OAB/PB 15477



146

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 083.8.19.00085/01 Data de emissão: 15/07/2019
Nº do Processo: 0000448-23.2014.815.0831	Comarca: Cacimba de Dentro	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/07/2019
Número da guia: 083.2019.600085 Tipo da Guia: Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais			UFR vigente: R\$ 50,47
Detalhamento: - Despesas processuais postais: R\$ 4,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 5,85
			Desconto total: R\$ 0,00
866400000000 058509283188 520190731080 381900085014 			Valor final: R\$ 5,85

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 083.8.19.00085/01 Data de emissão: 15/07/2019
Nº do Processo: 0000448-23.2014.815.0831	Comarca: Cacimba de Dentro	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/07/2019
Número da guia: 083.2019.600085 Tipo de Guia: Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais			UFR vigente: R\$ 50,47
Detalhamento: - Despesas processuais postais: R\$ 4,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 5,85
			Desconto total: R\$ 0,00
866400000000 058509283188 520190731080 381900085014 			Valor final: R\$ 5,85

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 083.8.19.00085/01 Data de emissão: 15/07/2019
Nº do Processo: 0000448-23.2014.815.0831	Comarca: Cacimba de Dentro	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/07/2019
Número da guia: 083.2019.600085 Tipo de Guia: Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais			UFR vigente: R\$ 50,47
Detalhamento: - Despesas processuais postais: R\$ 4,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 5,85
			Desconto total: R\$ 0,00
866400000000 058509283188 520190731080 381900085014 			Valor final: R\$ 5,85



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
16/07/2019 - AUTOATENDIMENTO - 15.01.11
1251301251 SEGUNDA VIA 0029

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: J BARBOSA ADVOGADOS ASS
AGENCIA: 1251-3 CONTA: 31.969-4

Convenio TRIBUNAL DE JUSTICA-PB
Codigo de Barras 86640000000-0 05850928318-8
52019073108-0 38190008501-4
Data do pagamento 16/07/2019
Valor em Dinheiro 5,85
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 5,85

DOCUMENTO: 071601
AUTENTICACAO SISBB: C.C6B.39B.3CF.09A.8D9



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA

COMARCA DE ARARUNA - CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO

Tipo de distribuição: TRANSFERENCIA - 18/02/2020 08 horas 33 minutos

Processo: 0001819-04.2014.815.0061

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 11812,50

Serie : 10

Autor : SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : 1A. VARA DE ARARUNA

Juiz : CLARA DE FARIAS QUEIROZ

Promotor: *****



DATA

Recebidos nesta data em Cartório

Araruna/PB, 19 / 02 / 2020

Técnico Auxiliar

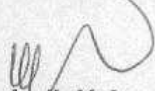


148
uu

CONCLUSÃO

**Conclusos nesta data ao MM. Juiz de
Direito .**

Araruna, 03/03/2020.


Técnico Judiciário





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
1ª VARA DA COMARCA DE ARARUNA

Proc. 0001819-04.2014.815.0061

DESPACHO

Vistos, etc.

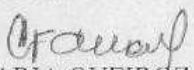
prazo de 10 (dez) dias.

Defiro os pedidos de desarquivamento e vista dos autos, pelo

Com a devolução, retornem-se os autos ao arquivo.

Intime-se.


Araruna, 10.03. 2020


CLARA DE FARIA QUEIROZ
Juíza de Direito

DATA

Nesta data, recebi os presentes autos da
MM. Juíza de Direito.

Araruna/PB, 10/03/2020.


Analista/Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA**

1ª Vara Mista de Araruna

Rua Fausto Hermínio Araújo, 827, Centro, ARARUNA - PB - CEP:
58233-000

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0001819-04.2014.8.15.0061

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: SEBASTIÃO SALVINO DA CRUZ

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 50/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0001819-04.2014.8.15.0061** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, ao passo em que dou continuidade aos atos processuais.

ARARUNA, 24 de novembro de 2020.

LEVI ROSAL COUTINHO
Chefe de Cartório





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
1ª VARA DA COMARCA DE ARARUNA

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO
(DESPACHO)

Processo n.º: 0001819-04.2014.8.15.0061

Fica(m) o(a)(s) **REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, devidamente intimado(a)(s) da **Certidão** de **ID n. 37028294**.

Tratando-se o doc. ID nº 36203034 - pág. 64, de pedido de obtenção de cópia dos autos, e estando os mesmos digitalizados e disponíveis neste sistema, **o processo retornará ao ARQUIVO**, podendo ser alvo de novo pedido de desarquivamento caso este seja concernente a impulso processual.

ARARUNA 24 de novembro de 2020

LEVI ROSAL COUTINHO

Chefe de Cartório



DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Types of Particles

Sociedade anônima

Boite Environnement

Normal

NO An Dentarlin

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Argumento

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC99430A9D4

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO D0003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4B56AFAD5E0FBFFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



JUCEFUA
ananda digital



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 05/03/2021 11:54:02

<http://pie.tipb.ius.br:80/pie/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21030511540250300000038354317>

Número do documento: 21030511540250300000038354317

Num. 40263171 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

Handwritten signatures

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13





PORTARIA Nº 755, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.323, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 34 da Diretiva-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e a que trata do processo Susep 15414/619783/0517-06, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelas assembleias de ALFA SEGUROADORA S.A. - MICROSEGUROADORA, CNPJ n.º 31.694.711/0001-85, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2017.

I - Aumento do capital social em R\$ 400.168,00, elevando-o para R\$ 3.155.595,91, dividido em 179.246.992 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Registra-se que a presente de R\$ 185.140,00 do aumento de capital subscrito deverá ser integralizado até 30 de junho de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 756, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.323, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 34 da Diretiva-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e a que trata do processo Susep 15414/619783/0517-06, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n.º 09.348.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 757, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.323, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 34 da Diretiva-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, submetido com o artigo 3º da Lei Complementar n.º 124, de 15 de janeiro de 2007, e o processo de processo Susep 15414/62384/0517-50, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membros do comitê de auditoria de IRB BRASIL RESEGUROS S.A., CNPJ n.º 33.356.988/0001-01, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 24 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

RTIFICACÃO

No artigo 1º da Portaria Susep/Direp n.º 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, página 168, onde se lê: "... na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017", leia-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

Ministério da Indústria,
Comércio Exterior e ServiçosINSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso das atribuições conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.046, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 8.033, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Lei n.º 8.033, de 20 de dezembro de 1999, aprovada pelo Decreto n.º 3.175, de 28 de novembro de 2003.

Considerando o Decreto Federal n.º 96.044, de 18 de maio de 1998, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária Designados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 01, página 46;

Considerando que o Inmetro, no âmbito de sua competência, tem a responsabilidade de emitir o Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviária;

Considerando a necessidade de ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Inmetro n.º 16/2016, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária Designados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site www.inmetro.gov.br.

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Decof
Rua Santa Alzavinda, nº 416 - 3º andar - Rio Cam-
pêdo

Cep 26.261-322 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Ficam substituídos os Anexos A e D da Portaria Inmetro n.º 16/2016 pelos Anexos A e D anexos a esta Portaria.

Art. 3º Ficam incluídos na Portaria Inmetro n.º 16/2016 os Anexos E e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Ficam incluídos, no art. 4º da Portaria Inmetro n.º 16/2016, os seguintes parágrafos:

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, torna públicas, conforme o controle de acesso, as propostas de modificação da Normativa Conjunta do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em análise pela Departamento de Negociação Internacional (DENINT), que o objetivo de colher subsídios para definição de posicionamento do governo brasileiro no âmbito da coordenação do Comitê Técnico n.º 1, de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, do Mercosul (CT-1).

1. Manifestações sobre as propostas deverão ser dirigidas ao DENINT por meio do Protocolo-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", Térreo, CEP 20033-900, Brasília (DF). As manifestações deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas às propostas deverão ser encaminhadas mediante e-mail eletrônico, disponível na página do site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, no endereço <http://www.mec.gov.br>, ou pelo e-mail denint@denint.gov.br, ou pelo endereço de correio eletrônico denint@denint.gov.br, ou pelo endereço de correio eletrônico denint@denint.gov.br.

3. O acompanhamento sobre as análises das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/indicadores> e pelo endereço de correio eletrônico denint@denint.gov.br.

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelas reuniões em nomeação do CT-1, eventuais manifestações a respeito deverão ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RINALDO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
2017.20.00	2017.20
Acidos poliacetilenicos ciclicos, ciclicos ou cícloarilínicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados	Acidos poliacetilenicos, ciclicos, ciclicos ou cícloarilínicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados
2017.20.10	2017.20.10
2017.20.11	2017.20.11
2017.20.12	2017.20.12
2017.20.13	2017.20.13
2017.20.14	2017.20.14
2017.20.15	2017.20.15
2017.20.16	2017.20.16
2017.20.17	2017.20.17
2017.20.18	2017.20.18
2017.20.19	2017.20.19
2017.20.20	2017.20.20
2017.20.21	2017.20.21
2017.20.22	2017.20.22
2017.20.23	2017.20.23
2017.20.24	2017.20.24
2017.20.25	2017.20.25
2017.20.26	2017.20.26
2017.20.27	2017.20.27
2017.20.28	2017.20.28
2017.20.29	2017.20.29
2017.20.30	2017.20.30
2017.20.31	2017.20.31
2017.20.32	2017.20.32
2017.20.33	2017.20.33
2017.20.34	2017.20.34
2017.20.35	2017.20.35
2017.20.36	2017.20.36
2017.20.37	2017.20.37
2017.20.38	2017.20.38
2017.20.39	2017.20.39
2017.20.40	2017.20.40
2017.20.41	2017.20.41
2017.20.42	2017.20.42
2017.20.43	2017.20.43
2017.20.44	2017.20.44
2017.20.45	2017.20.45
2017.20.46	2017.20.46
2017.20.47	2017.20.47
2017.20.48	2017.20.48
2017.20.49	2017.20.49
2017.20.50	2017.20.50
2017.20.51	2017.20.51
2017.20.52	2017.20.52
2017.20.53	2017.20.53
2017.20.54	2017.20.54
2017.20.55	2017.20.55
2017.20.56	2017.20.56
2017.20.57	2017.20.57
2017.20.58	2017.20.58
2017.20.59	2017.20.59
2017.20.60	2017.20.60
2017.20.61	2017.20.61
2017.20.62	2017.20.62
2017.20.63	2017.20.63
2017.20.64	2017.20.64
2017.20.65	2017.20.65
2017.20.66	2017.20.66
2017.20.67	2017.20.67
2017.20.68	2017.20.68
2017.20.69	2017.20.69
2017.20.70	2017.20.70
2017.20.71	2017.20.71
2017.20.72	2017.20.72
2017.20.73	2017.20.73
2017.20.74	2017.20.74
2017.20.75	2017.20.75
2017.20.76	2017.20.76
2017.20.77	2017.20.77
2017.20.78	2017.20.78
2017.20.79	2017.20.79
2017.20.80	2017.20.80
2017.20.81	2017.20.81
2017.20.82	2017.20.82
2017.20.83	2017.20.83
2017.20.84	2017.20.84
2017.20.85	2017.20.85
2017.20.86	2017.20.86
2017.20.87	2017.20.87
2017.20.88	2017.20.88
2017.20.89	2017.20.89
2017.20.90	2017.20.90
2017.20.91	2017.20.91
2017.20.92	2017.20.92
2017.20.93	2017.20.93
2017.20.94	2017.20.94
2017.20.95	2017.20.95
2017.20.96	2017.20.96
2017.20.97	2017.20.97
2017.20.98	2017.20.98
2017.20.99	2017.20.99
2017.20.100	2017.20.100

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.inmetro.gov.br/assinadigital>, pelo código 0001291012300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A8220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 6/13





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

12/1

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284795
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira	ADB2B69D
Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)	Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000	088674
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS	CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Em testemunho da verdade.	Total	Paula Cristina A. D. Gaspar
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		3.9% Escrevente
EDLP-56891 H01, EDLP-56892 H01		10796.48062 série 09077 ME
https://www3.tirri.jus.br/sitepublico		Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477-OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

